

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

GABRIELA RODRIGUES DE ANDRADE

MAPEAMENTO DO ATIVISMO BRASILEIRO EM DEFESA DA AMAZÔNIA

São Paulo
2024

GABRIELA RODRIGUES DE ANDRADE

MAPEAMENTO DO ATIVISMO BRASILEIRO EM DEFESA DA AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao curso de Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como requisito parcial para a conclusão de mestrado.

Orientador: Lucia Santaella

São Paulo
2024

GABRIELA RODRIGUES DE ANDRADE

MAPEAMENTO DO ATIVISMO BRASILEIRO EM DEFESA DA AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao curso de Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como requisito parcial para a conclusão de mestrado.

São Paulo, __ de _____ de ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Winfried Nöth
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dra. Kelly Kalyinka Damasceno Cruz
Universidade Federal do Pará

Dedico este trabalho aos meus pais e meus amigos, que sempre me incentivaram, e Izabel, que me move. Também à Nina, que carrego nos olhos.

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – processo nº 88887.701073/2022-00.

ACKNOWLEDGEMENT TO CAPES

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – process nº 88887.701073/2022-00.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores e colegas por me ajudarem a desenvolver este trabalho. Destacadamente, agradeço à professora Lucia Santaella, que ensina que raramente grandes projetos podem progredir sem o trabalho em conjunto. A comunhão de esforços e mentes é capaz de produzir resultados inesperados e impressionantes, e essa é uma lição que carregarei comigo, bem como o carinho e incentivo que recebi da professora, de meus colegas, de meus familiares e de minha noiva. Sem perceber, sempre fui fruto de trabalhos conjuntos.

"(Exit, pursued by a bear)" (Shakespeare)

RESUMO

Este trabalho é um mapeamento de entidades ativistas que atuam pela defesa da Amazônia Legal. Ele integra um projeto de pesquisa mais amplo, "Pensar e agir no Antropoceno", coordenado pela professora Lucia Santaella, e se organiza em dois capítulos: o primeiro apresenta os pressupostos teóricos do mapeamento, e o segundo apresenta a metodologia e recortes temáticos aplicados, bem como os resultados obtidos. Os pressupostos teóricos são a política do Antropoceno e a questão da ecologia, de acordo com Bruno Latour, os conceitos de ativismo digital e redes sociais, de acordo com Manuel Castells e Lucia Santaella, e breves revisões das histórias tanto do desenvolvimento e organização socioeconômica da Amazônia brasileira quanto da prática do ativismo e do movimento ambientalista no Brasil. Utilizando estes conceitos como ferramentas, o mapeamento das entidades permitiu não só a identificação das potências e falhas do panorama das atividades ativistas voltadas à preservação da Amazônia, mas também a proposta de um diagnóstico e sugestões de melhoria que apresentam como elemento central o uso de plataformas digitais e novas tecnologias para a reorganização da atividade ativista.

Palavras-chave: Antropoceno; Amazônia; ativismo; tecnologia; mapeamento.

ABSTRACT

This study is a detailed mapping of activist entities that act in defense of the legal Brazilian Amazon territory (the Legal Amazon). It is part of a broader project, "Thinking and acting in the Anthropocene", coordinated by professor Lucia Santaella, and is organized in two chapters: the first one presents the theoretical premises of this mapping, and the second one presents the methodology and thematic approaches applied, as well as the results obtained. The theoretical premises are the politics of Anthropocene and the matter of ecology, according to Bruno Latour, the concepts of "digital activism" and "social network", according to Manuel Castells and Lucia Santaella, and a brief historic review of the socioeconomic development and organization of the Brazilian Amazon and the environmental movement in Brazil. Using these concepts as tools, the mapping of these activist entities allowed not only the identification of their strengths and weaknesses, but also a diagnosis proposal and suggestions for improvement that present the use of digital platforms and new technologies as a focal point to reorganize those activities.

Keywords: Anthropocene; Amazon; activism; technology; mapping.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Página inicial do Observatório de Ativismo Ambiental Amazônia Legal (OBA)	13
Figura 2 — "A irrupção de um terceiro atrator rompe o sistema de coordenadas habitual dos Modernos"	17
Figura 3 — "Uma reorientação do espaço da política"	18
Figura 4 — Número de identidades de usuários em redes sociais (em milhões) no tempo	25
Figura 5 — Quantidade de OSCs no Brasil em julho/2024	33
Figura 6 — Mapa da Amazônia Legal em 2022	37
Figura 7 — Quem se beneficia com a destruição da Amazônia?	39
Figura 8 — Alerta de desmatamento no Vale do Javari em 2022 (imagem da PlanetScope)	40
Figura 9 — Taxa de desmatamento - Amazônia Legal - Estados	41
Figura 10 — Áreas sob risco de desmatamento na Amazônia (Ranking 2024)	42
Figura 11 — Fluxograma do algoritmo de identificação de OSCs (2021)	46
Figura 12 — Número de OSCs, segundo a finalidade de atuação: Brasil (2016) [parte 1] .	47
Figura 13 — Números de OSCs, segundo a finalidade de atuação: Brasil (2016) [parte 2]	48
Figura 14 — "Ilhas verdes" formadas por áreas ocupadas por povos indígenas	50
Figura 15 — Funil de filtragem de entidades	52
Figura 16 — Exemplo de categorização por projeto	54
Figura 17 — Áreas e subáreas	55
Figura 18 — % de entidades por região do país	59
Figura 19 — % de entidades com presença digital	60
Figura 20 — Canais digitais de preferência	61
Figura 21 — Status do CNPJ	62
Figura 22 — Distribuição de áreas e subáreas de atuação por região	63
Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ	75
Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileiras de ONGs
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ANM	Agência Nacional de Mineração
APPN	Associação Paulista de Proteção Natural
BASA	Banco da Amazônia S.A.
Brexit	Aglutinação dos termos "Britain" e "exit", indicando a saída do Reino Unido da União Europeia
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEBAS	Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
Censo SUAS	Censo do Sistema Único de Assistência Social
CMP	Central dos Movimentos Populares
CNDDA	Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia
CNEA	Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas
CNEAS	Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social
CNES	Cadastro Nacional de Entidades Sociais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GEE	Gases do Efeito Estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Instituto Sociambiental
LAPIS	Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites

LGBTQIAP+	Lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, questioning, intersex, asexual/aromantic, pansexual communities
M.A.I.S.	Meio Ambiente Integrado e Seguro
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MUD	Multi-User Dungeon
OBA	Observatório Ambiental Amazônia Legal
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
Osfil	Organizações sem Fins Lucrativos
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
P2P	Peer to Peer
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
Salic	Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SLIE	Sistema da Lei de Incentivo ao Esporte
SPVEA	A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Fraca de Manaus
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: PENSANDO E AGINDO NO ANTROPOCENO	12
2	CONTEXTO-CHAVE ÀS ESCOLHAS METODOLÓGICAS E TEMÁTICAS: ANTROPOCENO, ATIVISMO E AMAZÔNIA	15
2.1	A POLÍTICA DO ANTROPOCENO E A QUESTÃO DA ECOLOGIA	15
2.2	A DEFINIÇÃO E A PRÁTICA DO ATIVISMO	19
2.2.1	O ativismo digital	21
2.2.2	O ativismo nas redes sociais	23
2.3	HISTÓRIA DO ATIVISMO AMBIENTAL NO BRASIL	27
2.3.1	As Organizações da Sociedade Civil	31
2.4	HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	33
2.4.1	A Amazônia Legal: passado, presente e futuro	36
3	MAPEAMENTO DAS ENTIDADES ATIVISTAS EM DEFESA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA LEGAL	43
3.1	HIPÓTESES SOBRE O RESULTADO	43
3.2	BASES DE DADOS E CRITÉRIOS DE FILTRAGEM	44
3.3	CATEGORIZAÇÃO DAS ENTIDADES MAPEADAS	53
3.3.1	Exemplos de iniciativas de ativismo ambiental	55
3.3.2	Exemplos de iniciativas de Ativismo social/cultural	56
3.4	RESULTADOS DO MAPEAMENTO	57
4	CONCLUSÃO: PENSAMOS. AGORA, COMO AGIR?	65
	REFERÊNCIAS	68
	ANEXO A — ENTIDADES MAPEADAS - LOCALIDADE, STATUS DO CNPJ E PRESENÇA DIGITAL	75
	ANEXO B — ENTIDADES MAPEADAS - CANAIS DIGITAIS DE PREFERÊNCIA	92

1 INTRODUÇÃO: PENSANDO E AGINDO NO ANTROPOCENO

Uma das questões mais desafiadoras com as quais as sociedades humanas se depararam vem recebendo o nome de "Antropoceno". Do grego "anthropos", que significa "ser humano", mais "Kainos", que significa "recente", "novo", a expressão representa uma possível nova época geológica marcada pelo crescimento sobremaneira pesado da antroposfera. a camada humana que cresceu dentro da biosfera.

Apesar de não ser uma opinião unânime¹, é discutido entre os cientistas que a biosfera deixou de se comportar dentro dos padrões do Holoceno. As pegadas deixadas pelo homem sobre a Terra tornaram-se sobremaneira pesadas, e os sinais de que o planeta deixou as condições de equilíbrio mantidas no holoceno apresentam-se agora nitidamente na crise climática, no alargamento da camada de ozônio e no ritmo acelerado de extinção das espécies da biosfera.

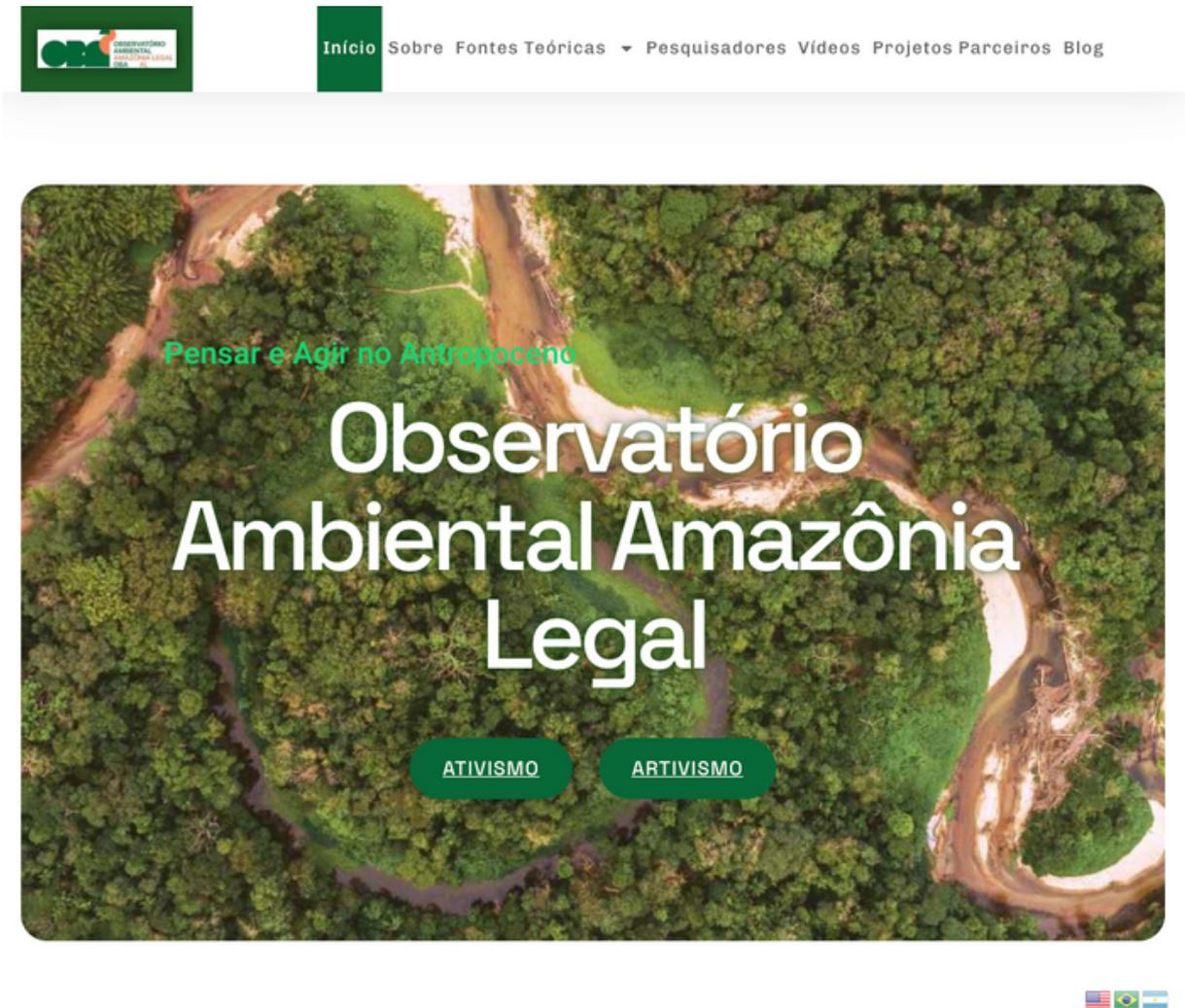
Para endereçar a questão do Antropoceno, no plano epistemológico com consequências políticas, é necessário, entretanto, descentralizar as discussões do ser humano. Tornou-se imperioso repensar o humano nas suas relações com as outras espécies como meio de conscientização, suscitando de forma nova ações que tenham em vista a implementação de soluções plurais para a crise que o planeta atravessa. Essas soluções não devem se restringir a políticas globais, mas também devem atingir a mudança de mentalidade relativa à posição que o humano desempenha na biosfera - questão fundamental na base das ações que visam à sustentabilidade.

O presente estudo é parte de um desafio proposto e coordenado por Lucia Santaella, o projeto "Pensar e Agir no Antropoceno", originado de um projeto Pipeq (PUC-SP) e expandido no projeto Fapesp (2022/05866-5). Este projeto desenvolve pesquisa prática, teórica e conceitual, visando fazer avançar o conhecimento sobre a nova época geológica da Terra - o Antropoceno. Partindo do conceito peirciano de "sinequismo", o projeto tem por objetivo desenvolver a tese de uma continuidade, não apenas entre a biosfera e a esfera da tecnocultura ou antroposfera, mas também entre estas e a fisiosfera. Para tal, divide-se em duas partes: uma delas é o "Pensar", que desenvolve teoricamente a tese acima; a outra é o "Agir", por meio da qual foi proposta a criação do Observatório Ambiental da Amazônia Legal - OBA² através das contribuições de diversos pesquisadores e colaboradores, incluindo este trabalho. Abaixo, na Figura 1, está a capa do website desenvolvido para o OBA.

¹ Em resultado divulgado em 05 de maio de 2024, o comitê da União Internacional de Ciências Geológicas organizou uma votação para decidir se o Antropoceno pode ser aceito como época geológica, e concluiu, por 12 votos a 4, que ainda não. Matéria disponível em <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2024/03/08/por-que-cientistas-ainda-nao-acham-que-estamos-no-antropoceno>. Acesso em 13 de maio de 2024.

² Disponível em <https://obaal.com.br/>. Acesso em 16 de julho de 2024.

Figura 1 — Página inicial do Observatório de Ativismo Ambiental Amazônia Legal (OBA)



Fonte: Observatório de Ativismo Ambiental Amazônia Legal (OBA).

O OBA é uma plataforma digital que serve de repositório de dados de grupos de militância ecológica relativos à Amazônia Legal, com foco no Brasil, por meio da coleta, análise, armazenamento e divulgação de dados sobre a produção do ativismo ambiental de grupos e movimentos culturais, de coletivos artísticos e iniciativas do terceiro setor no Brasil com projetos voltados à Amazônia Legal. Por meio desse esforço, o OBA pretende oferecer um panorama atual sobre a militância ecológica no Brasil "enquanto forma de pensamento e guia de suas ações e oferecer subsídios para a desconstrução de dicotomias e separações isolacionistas entre físico, a eco e a tecnoantroposfera, com o intuito de romper com as divisões dualistas herdadas de Descartes"³.

Isso dito, o presente trabalho, sozinho, não é e não pretende ser um "observatório".

Um fenômeno surgido na Europa e proliferado nos anos 1990, observatórios surgem na mesma época na propagação do conceito de sociedade da informação e do conhecimento (Ortega; Valle, 2010), assumindo como principal função a transferência e o

³ Disponível em <https://obaal.com.br/sobre/>. Acesso em 16 de julho de 2024.

acesso ao conhecimento para fomentar debate e diálogos, contribuir para a reflexão, investigação e melhoria do processo de tomada de decisão (Caniëls; Bakens, 2012). A princípio, é possível dizer que não há consenso na literatura sobre a definição do termo "observatório". Muitos autores, entretanto, no estudo ou na constituição de observatórios, associam o conceito à ideia de coleta, armazenamento, consolidação, divulgação e análise de dados, bem como transparência, observação e informação sobre um determinado tópico ou área do conhecimento (Meneghel; Tomazzoni, 2012; Sakata *et al.*, 2013; Brown, 2017; Maiorano, 2003).

Sozinho, portanto, este trabalho constitui uma humilde tentativa de listagem das entidades brasileiras que promovem o ativismo ambiental pela preservação da Amazônia Legal, e um esforço sincero em categorizar tais entidades e seus projetos de acordo com suas atividades principais. Trata-se, assim, de um repositório temático, que tem como objetivo armazenar e organizar dados concentrados em um único assunto, bem delimitado e bem definido. Nesse sentido, repositórios temáticos podem ser definidos como um conjunto de serviços destinados à gestão e disseminação de informações sobre uma área ou subárea específica do conhecimento em formato digital (Kuramoto, 2006).

A Amazônia é o espaço escolhido para este estudo por sua importância para o meio ambiente brasileiro e global, seja pelo seu papel na manutenção do clima do planeta, por abrigar a maior biodiversidade do mundo (entre espécies catalogadas e desconhecidas), ou por conter as maiores florestas e corpos hidrográficos do mundo. Ainda assim, constitui um território de disputas ideológicas, uma vez que a exploração da região e sua consequente destruição atendem a interesses econômicos e políticos de determinadas camadas da sociedade contemporânea. Assim, o estudo e promoção de uma ação voltada à Amazônia é um recorte capaz de nos oferecer um pedaço do quebra-cabeça sobre o real estado da mobilização de agentes e orientações políticas quanto ao Antropoceno, no Brasil e no mundo.

Este trabalho tem por objetivo oferecer uma leitura e análise dos dados coletados para desenhar a figura do estado do ativismo no Brasil voltado à Amazônia, e integra um conjunto de produções técnicas e acadêmicas que, combinados, dão origem a um observatório, uma carta de amor à coordenação de esforços e conhecimentos interdisciplinares com o fim de colocar em prática o "pensar" quando o "agir" se faz mais necessário que nunca.

2 CONTEXTO-CHAVE ÀS ESCOLHAS METODOLÓGICAS E TEMÁTICAS: ANTROPOCENO, ATIVISMO E AMAZÔNIA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os pressupostos teóricos relevantes que, analisados conjuntamente, justificam a abordagem e os recortes metodológicos e temáticos escolhidos para a execução do presente estudo. Tais pressupostos não buscam justificar tão somente as definições escolhidas para termos-chave como "ativismo" e suas modalidades relevantes a este trabalho, ou o conceito de "Amazônia" em sua porção brasileira, mas buscam, também, demonstrar a relevância do estudo que segue.

A fundamentação teórica do estudo abrange 4 seções principais: (i) a política do Antropoceno e a questão da ecologia; (ii) a definição e a prática do ativismo; (iii) a história do ativismo ambiental no Brasil, e (iv) a história da organização da Amazônia brasileira. Considerações finais complementam as análises.

2.1 A POLÍTICA DO ANTROPOCENO E A QUESTÃO DA ECOLOGIA

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, os sinais de que o planeta deixou as condições de equilíbrio mantidas no Holoceno apresentam-se em diversos sintomas perturbadores: a crise climática, o alargamento da camada de ozônio e a perda da biodiversidade são alguns exemplos. Esses sintomas não passaram despercebidos pela política global, mas ainda assim não foram evitados.

Através de alguns acontecimentos históricos recentes, Latour (2020) indica que as questões climáticas estão no cerne das discussões geopolíticas da atualidade:

- a. O primeiro acontecimento histórico é o Brexit, a desvinculação do Reino Unido da União Europeia, iniciada em 2016 e concretizada em 2020, diante da chegada de milhares de refugiados na região - contradizendo os ideais do que se entendia pelo processo de "globalização".
- b. O segundo acontecimento histórico é a eleição de Donald Trump em 2017 como presidente dos Estados Unidos, com objetivos de campanha voltados ao fortalecimento das fronteiras norte-americanas.
- c. O terceiro acontecimento foi a amplificação das migrações pela acumulação de guerras, quase nenhum ou nenhum desenvolvimento econômico, e resultados das mudanças climáticas - que indica uma modificação da noção de "solo".

Para demonstrar como esses acontecimentos indicam que a crise climática está no centro da agenda geopolítica global, e diretamente ligada ao aumento das injustiças e desigualdades, o autor identifica a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 (na qual ocorreu a assinatura do Acordo de Paris⁴, com o objetivo de reduzir emissões de gases de efeito estufa - GEE) como o estopim da compreensão dos países

⁴ Disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement>. Acesso em 14 de julho de 2024.

signatários em relação às consequências da realização dos respectivos planos de modernização. Percebeu-se ali que não haveria planeta suficiente, terra suficiente, solo suficiente, para comportar todos esses planos.

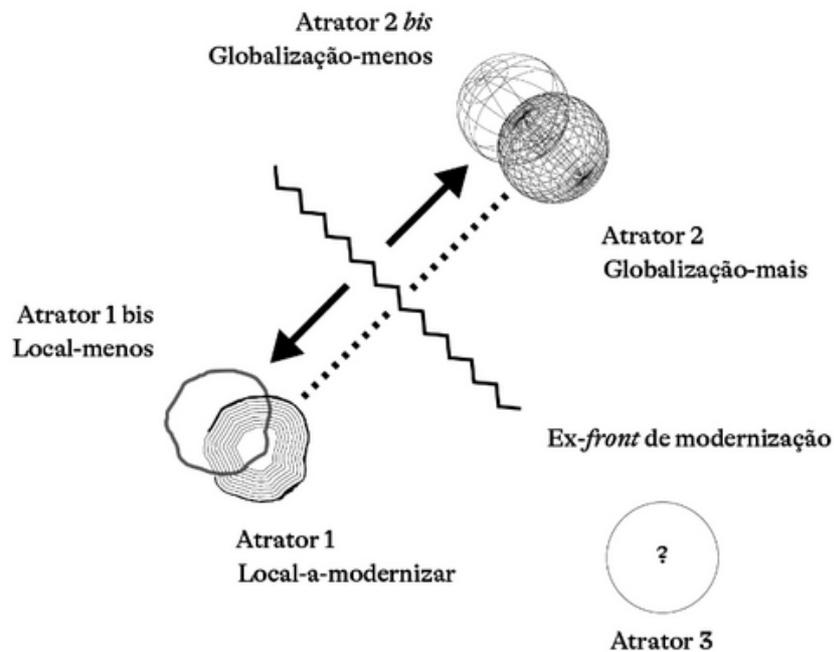
O que está sendo tirado de nós diz respeito a nossos vínculos, nosso modo de vida; é uma questão de solo, da propriedade que desaba sob nossos passos, e essa preocupação atinge todos da mesma forma; tanto os antigos colonizadores quanto os antigos colonizados. Na verdade, não, ela apavora muito mais os antigos menos habituados a essa situação que os antigos colonizados. A única certeza é que todos estão diante de uma carência universal de espaço a compartilhar e de terra habitável. (Latour, 2020, p. 18).

É a partir dessa percepção que se podem compreender a generalização da crise migratória, a quantidade de vítimas de disputas por território e da perda total do solo sob as condições do Antropoceno, e a conseqüente tendência das grandes potências, antes globalizadoras, de fecharem seus territórios e retornarem às proteções do Estado nacional. Assim, a crise migratória, o aumento das desigualdades e o Novo Regime Climático podem ser entendidos como aspectos do mesmo problema.

Nesse sentido, Latour (2020) apresenta uma proposta de reinvenção do esquema canônico de orientação política Moderna para que seja possível endereçar as questões do Antropoceno. Para tanto, ele indica que, a princípio, esse esquema canônico contava apenas com duas forças atratoras da orientação política: o "Atrator-Global", da globalização-mais, que era entendido como um sinônimo de modernização, riqueza, emancipação e conhecimento econômicos, tecnológicos e científicos, e o "Atrator-Local" (por oposição a Global), que deveria ser abandonado para se atingirem dos objetivos Globais. Entre esses atratores, havia um fronte de modernização pioneiro que avançava em direção ao Global. Esse sistema de orientação é tão simples que foi sobre esse vetor que a diferença entre Esquerda e Direita, hoje questionada, foi projetada (ainda que não necessariamente "Esquerda" e "Direita" apontassem sempre para as mesmas direções, a depender do contexto).

Esse esquema deixou de funcionar, entretanto, quando as consequências da globalização, agora não mais a globalização-mais, sinônimo de modernização, deram espaço às consequências da globalização-menos, já mencionadas acima. As orientações políticas se modificaram e se criou um novo atrator fora da linha de orientação que já existia, e que, apesar de ainda não ser identificado, passou a absorver os objetos de disputa, gerando desorientação. Abaixo, a Figura 2 indica o rompimento do esquema canônico de pensamento jurídico dos Modernos por meio do surgimento de um novo atrator, até então não identificado.

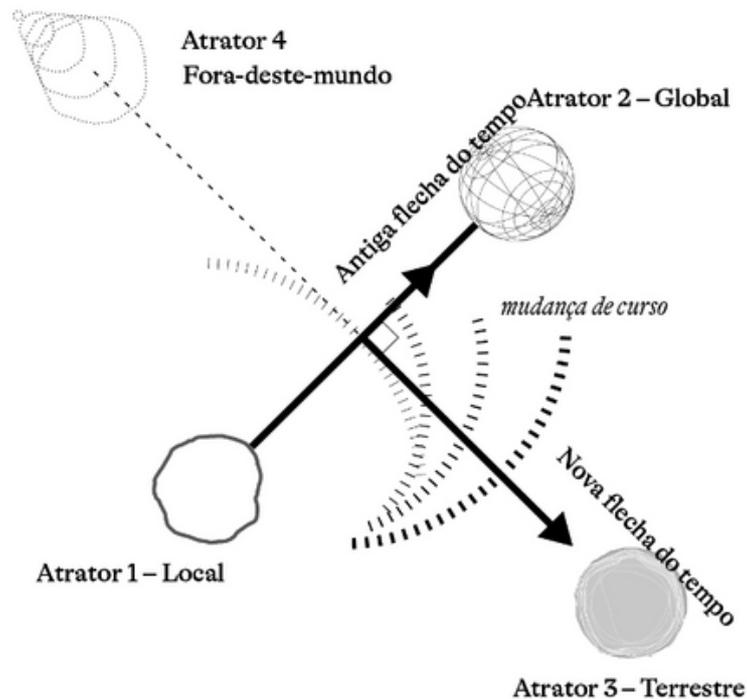
Figura 2 — "A irrupção de um terceiro atrator rompe o sistema de coordenadas habitual dos Modernos"



Fonte: Latour (2020, p. 42).

O autor identifica esse novo atrator como "Terrestre", indicando o planeta e sua reação à ação humana como um novo agente político. A existência desse atrator ficou ainda mais clara com a saída dos Estados Unidos do acordo de Paris em 2017, o que passou a apontar a crise climática no cerne das discussões geopolíticas globais - ainda que em um contexto no qual se tentou negá-la. A Figura 3 demonstra como a identificação deste novo atrator (por meio da sua negação, que criou o "Atrator 4") criou a necessidade de um giro de 90° no eixo do pensamento político.

Figura 3 — "Uma reorientação do espaço da política"



Fonte: Latour (2020, p. 52).

Considerando a existência desse novo ator político, é impossível não pensarmos na proposição de soluções voltadas ao endereçamento das questões do Antropoceno, destacadamente a crise ambiental e climática. Afinal, o que poderia ser mais urgente que a manutenção de um planeta para se viver? Assim, e conforme mencionado anteriormente, se tornou necessário repensar o humano nas suas relações com as outras espécies, a fim de se encontrarem soluções para a crise que o planeta atravessa. Mais ainda, Lucia Santaella consegue, de partida, localizar bem o papel do humano no destino que é construído por ele mesmo, diferenciando-o de um "genocídio" e o identificando como algo mais próximo de um suicídio: "O ser humano está se matando a si próprio. Se nós frequentarmos os grandes especialistas em antropoceno e crise climática, a conclusão a que chegaremos é a seguinte: a Terra vai continuar; ela continua seu ciclo até o momento em que o sol não mais aquecer o sistema solar, mas quem pode desaparecer do planeta é a espécie humana" (Instituto Humanitas Unisinos, 2022).

Um questionamento que surge, entretanto, é o papel da ecologia na política do Antropoceno. Ao reconhecer o quão longe chegamos na crise ambiental e climática e nos resultados atingidos em seu enfrentamento, o autor considera que houve um "fracasso provisório" (Latour, 2020, p. 59) dos movimentos ecológicos, e que a causa disso está diretamente relacionada a como estes movimentos se situaram (ou deixaram de se situar) em relação a estes três atratores. Pela falta de um vetor diferente daquele antigo eixo dos

Modernos, a ecologia não conseguiu se descolar da gradação do vetor "Esquerda/Direita", carregada de afetos que pautam "reações viscerais" (Latour, 2020, p. 62):

Após cinquenta anos de militância verde, com raríssimas exceções, as pessoas continuam a opor a economia à ecologia, as exigências do desenvolvimento às da natureza, as questões de injustiça social à atividade do mundo vivo.

[...]

[...] melhor seria girar a linha do front, modificando o conteúdo dos objetos de disputa que originaram a distinção Direito/Esquerda - ou mais precisamente as Direitas e as Esquerdas, hoje tão numerosas e tão numerosas e tão emaranhadas que, quando nos valem desses rótulos, quase não sobra mais nada do poder de ordenamento que esse sistema clássico de coordenadas possuía. (Latour, p. 60)

[...]

A prova de que o movimento ecológico não conseguiu definir com suficiente precisão esse grande ator político, o Terrestre, é que a ecologia não soube produzir uma mobilização social à altura dos desafios. Ficamos sempre surpresos ao ver a distância que existe entre a potência dos afetos suscitados pela questão social desde o século XIX e a potência dos movimentos ecológicos desde o século XIX e a potência dos movimentos ecológicos desde o pós-guerra. (Latour, 2020, p. 59-70)

Apesar de reconhecer seu fracasso provisório, o autor não deixa de mencionar as contribuições da ecologia na inserção de tópicos ambientais em um debate político que se limitava ao mundo social, com os "partidos verdes" tentando tornar o atrator Terrestre o novo eixo para a vida pública - adicionando, assim, uma "dimensão ecológica" (Latour, 2020, p. 58) a cada objeto material. O fracasso, entretanto, se deve ao fato de que a ecologia política foi incapaz de se fazer combinar com os movimentos sociais - muito pelo contrário, consolidou-se a ilusão de uma oposição entre ambos, como se conflitos sociais e ecológicos fossem conjuntos distintos entre os quais uma escolha deveria ser feita. Ao compreendermos, entretanto, tais conflitos como "geo-sociais", sem opor o social e o ecológico, entendemos a importância da contribuição da ciência que estuda os processos da natureza, especialmente os estudos voltados às Zonas Críticas⁵, que procuram compreender a ação conjunta dos agentes conhecidos pelas ciências. Entendemos, ainda, o potencial da ecologia de ainda endereçar os desafios do Antropoceno de forma eficiente.

2.2 A DEFINIÇÃO E A PRÁTICA DO ATIVISMO

Compreender a política do Antropoceno e o papel da ecologia é importante para que o tema do ativismo ambiental e sua capacidade de impacto não sejam considerados de forma leviana. O conceito de "ativismo" e sua prática como parte de um movimento ecológico, entretanto, são, por si só, temas que demandam atenção específica.

A definição geral da palavra "ativismo", nos termos discutidos neste trabalho, se refere à ação direta em apoio ou oposição a uma política, em prol de mudanças na sociedade. As

⁵ "Termo empregado por uma rede de pesquisadores das ciências da terra para comparar determinados lugares equipados - em geral, bacias hidrográficas - combinando os resultados de disciplinas que trabalhavam até então de modo separado. O termo no singular, Zona Crítica, designa a fina película, dentro da qual a vida modificou radicalmente a atmosfera e a geologia, em oposição tanto ao espaço quanto à profunda geologia de baixo." (Latour, 2020, p. 96 - nota de rodapé)

origens do termo "ativismo" e "ativista" não são certas. O Online Etymology Dictionary aponta as raízes da palavra "ativismo" ao ano de 1915, quando “ativistas” suecos pediram o fim da neutralidade do país na I Guerra Mundial. Por outro lado, há quem diga que ambos os termos foram usados pela primeira vez pela imprensa belga, em 1916, em referência ao Movimento Flamingant, para o reconhecimento de duas línguas oficiais no país. Entre outras teorias, há ainda, quem indique o origem dos termo (i) ao movimento das suffragettes na virada do século XX, (ii) a uma exposição no Museu da Cidade de Nova Iorque com o título “Nova Iorque ativista”, que incluiu o documento “Flushing Remonstrance”, escrito em 1657 por um grupo de colonos protestantes na Nova Holanda, que se opunham à expulsão dos quacres da cidade.

Enquanto não há uma teoria única sobre a origem dos termos "ativismo" e "ativista", todas as teorias mencionadas trazem como ponto comum a emergência de movimentos e práticas que buscavam o afastamento de determinadas ideologias políticas, entendidas por tais movimentos como antiquadas e/ou insuficientes, e mudanças sociais e/ou econômicas. Isso dito, a prática do ativismo encontra respaldo legal no artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos:

Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui o de não ser incomodado por causa de suas opiniões, o de investigar e receber informações e opiniões, e o de difundi-las, sem limitação de fronteiras, por qualquer meio de expressão.

Com base neste conceito, pode-se dizer que o fim da década de 1960 viu uma erupção de movimentos ativistas em diversas localidades do globo – feminismo, liberação LGBTQIAP+, ativismo ecológico, entre outros, que se desenvolveram e evoluíram de diversas formas. Na última década, há diversos exemplos de movimentos ativistas importantes e de larga repercussão que ajudaram a moldar o panorama social e político global, como: (i) Occupy Wall Street⁶, protestos contra a desigualdade socioeconômica nos Estados Unidos, (ii) a Primavera Árabe, movimento revolucionário anti governo iniciado na Tunísia, e que se espalhou por diversas regiões do Oriente Médio e norte da África, (iii) o movimento Black Lives Matter, nascido em 2014, e que desencadeou uma série de protestos contra o racismo institucional após a morte de um homem negro, George Floyd, pela ação de um policial de Mineápolis, nos Estados Unidos, (iv) o movimento Me Too⁷, contra assédio e agressão sexual, (v) o movimento global de greves escolares iniciado pelo ativismo ambiental de Gretha Thumberg, entre outros.

No Brasil, com um pouco de imaginação política, pode-se dizer que foram os abolicionistas, ou até mesmo os quilombolas, alguns dos primeiros ativistas no Brasil - antes mesmo do surgimento deste conceito. Na Constituição Federal brasileira, há dois principais artigos que amparam a prática do ativismo:

⁶ Disponível em <http://occupywallst.org/>. Acesso em 15 de jul. de 2024

⁷ Disponível em <https://metoomvmt.org/>. Acesso em 15 de jul. 2024.

Art. 5 Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Art. 220 A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Obviamente, a prática do ativismo é, muitas vezes, contraposta pelas mesmas forças políticas que desafia. Um exemplo, que também contextualiza o estado da obra do ativismo no Brasil, é a declaração do então candidato Jair Bolsonaro, às vésperas do segundo turno da eleição presidencial em 2018, de que daria “um ponto final” em todos os ativismos no país⁸. Ainda, em maio de 2021, o subsecretário operacional da Polícia Civil do Rio de Janeiro, delegado Rodrigo Oliveira, chamou de “ativismo judicial” o conjunto de críticas da sociedade civil organizada em relação à operação policial na comunidade do Jacarezinho, zona norte do Rio, que resultou em 28 mortes⁹. Em suas declarações, o delegado atribui ao "ativismo judicial" a culpa pela morte de um agente policial que participava da operação.

Não é difícil listar conquistas sociais positivas advindas da ação de movimentos ativistas espalhados pelo mundo. Importa ressaltar, entretanto, que movimentos ativistas podem gerar contrapartidas negativas em um contexto de crise global da representatividade democrática. Rosemary Segurado aponta como exemplo o surgimento de grupos despreparados que se apresentam como alternativa às lideranças tradicionais. "Aqueles que não conhecem a dinâmica da política podem facilmente cair no canto da sereia. Na política não existe vácuo e alguém sempre ocupará o espaço vazio" (Uol). Outro exemplo são as mobilizações de internautas para a prática da humilhação na internet em defesa de determinadas causas - por vezes, erroneamente (Uol).

Isso dito, há diversas formas de se praticar ativismo. Algumas das mais tradicionais são protestos e manifestações, petições e cartas abertas, boicote e desinvestimentos, filantropia, trabalhos de conscientização e informação, entre outros.

2.2.1 O ativismo digital

Na atualidade, uma das práticas mais utilizadas de ativismo é o denominado "ativismo digital", que pode ser amplamente entendido como o ativismo na internet, ou movimentos políticos que dependem da internet para existir (McCaughey; Ayers, 2013). Segundo Silva, Bragatto e Sampaio (2016), há duas ênfases distintas na democracia digital: a institucional, preocupada com como instituições provêm serviços e aplicam estratégias no âmbito digital, e a ligada aos processos de “engajamento político, apropriação política das ferramentas digitais, fortalecimento da esfera pública” (Silva; Bragatto; Sampaio, 2016, p. 20)

⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MjUg2iydfzU>. Acesso em 01 de jul de 2024.

⁹ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/06/policia-do-rj-ataca-restricao-do-stf-a-operacoes-ativismo-judicial.htm>. Acesso em 01 de jul de 2024.

. Gomes (2016) aponta que esses estudos se intensificaram na segunda metade dos anos 2000, especialmente pela possibilidade da “publicação de conteúdo em redes mais extensas e permanentes” (Gomes, 2016, p. 47) com a web 2.0.

A ascensão da internet, no final do século XX, modificou o modo como a sociedade se manifesta e reúne apoiadores a uma ideia ou propósito.

Aqui, uma das primeiras questões a se encarar é a dificuldade de definição de "ativismo digital", havendo pouco consenso sobre o conceito. É o encontro de dois conceitos complexos: a tecnologia digital, especificamente a internet - que, por si só, é de difícil definição e frequentemente misturada a conceitos como novas mídias, tecnologia da comunicação, entre outros termos (Breindl, 2010) - e ativismo.

Mas, afinal, o termo "ativismo digital" engloba apenas o uso de tecnologias viabilizadas pela internet, ou suporta quaisquer novas tecnologias, tais quais novas tecnologias de informação, ou novos tipos de equipamentos? Mais ainda, seria o ativismo digital uma nova forma de ativismo ou a mera utilização da estratégia digital como extensão de movimentos que já existem no mundo offline?

Algumas vertentes bastante aceitas da literatura entendem que atividades online e offline não possuem uma separação clara, uma vez que o digital não existe separadamente do universo físico, e a relação entre digital e físico é mais complexa e intrincada do que uma mera visão dualista seria capaz de explicar (Jurgenson, 2012). Este ponto ficará mais claro mais a frente.

Por ora, utilizaremos a conceituação de Karatzogianni (2015), que define ativismo digital como a "participação política, atividades e protestos organizados em redes digitais além de uma política representativa" (Karatzogianni, 2015, p. 1, com adaptações), e por parte de atores não institucionais.

Neste trabalho, também, o termo "ativismo digital" será utilizado como um termo guarda-chuva para diversas práticas. Isso porque há estudiosos que descrevem diversas atividades que são formas de ativismo digital, como por exemplo o uso da internet para a mobilização de protestos offline. Ou a realização de protestos online. Ainda, a criação de petições online, a realização de campanhas por meio de websites, protestos verbais em larga escala, o hackeamento de websites (Yang, 2009), clicktivismo, metavoicing (a amplificação do discurso de um usuário por meio do compartilhamento), a criação de conteúdo de reivindicação, e-funding, consumo politizado, botivismo (ativismo distribuído por robôs), ativismo de dados, entre outros (George; Leidner, 2009).

Um terceiro questionamento válido (retornando à discussão sobre a separação entre "virtual" e "real") é particular ao ativismo digital: é possível que a prática seja de fato eficaz? Ou, melhor: o ativismo digital tem a capacidade de produzir resultados no "mundo real"? Como indicativo para investigarmos este ponto, tomaremos as palavras de Santaella (2006), que analisa em mais de um trabalho as novas facetas que a tecnologia vem trazendo à

comunicação e à cultura, e nos oferece a metáfora dos "espaços intersticiais": os limites (ou "bordas") entre espaços físicos e digitais que, ao se conectarem, tendem a dissolver as fronteiras rígidas entre si. Constituem, assim, um terceiro espaço novo e único - que não pertence necessariamente nem a um lado, nem ao outro.

Santaella (2010) ainda analisa brilhantemente a correlação entre a esfera pública e espaços midiáticos:

[...] a esfera pública não mais se define pelas estruturas materiais como praças e ruas, nem apenas pelo espaço virtual das redes telemáticas, mas surge na interação complexa de espaços materiais e imateriais, em especialidades híbridas caracterizadas por fluxos dinâmicos. O impacto desses desenvolvimentos na relação entre espaços midiáticos e espaços urbanos tem sido profundo (McQuire, 2006) e nos leva a confirmar que o desenvolvimento e crescimento de complexidade das tecnologias comunicacionais não se está dirigindo para a dissolução das cidades, dos corpos, do mundo físico, mas para a intersecção do físico com o virtual. A integridade do corpo biológico, cuja perda iminente foi tão lastimada, está na realidade transformando-se rapidamente em um conjunto de extensões ligadas a um mundo híbrido, pautado pela interconexão de redes e sistemas on e offline (Beiguelman, 2006, p. 153). Assim, continuamos a habitar esferas físicas em urdiduras nas quais várias outras esferas virtuais misturam-se, sem que os ambientes físicos desapareçam. (Santaella, 2010, p. 121)

Essa é uma visão que se contrapõe às primeiras definições de "ciberespaço" (termo alcunhado inicialmente na ficção científica "Neuromancer", escrita por William Gibson em 1984 - que já tratava redes virtuais como um espaço separado do físico), e um questionamento que se tornou possível principalmente, ainda segundo Santaella (2010), com a expansão dos dispositivos móveis, das tecnologias de localização e da computação ubíqua.

Não havendo mais que se falar, assim, numa separação dualista entre físico e digital, é possível afirmar que os efeitos resultantes das ocorridas entre estes dois espaços, ou seja, no espaço intersticial, em teoria também não devem ser considerados dualisticamente. Significa dizer, no presente contexto, que o ativismo digital pode sim, a princípio, causar efeitos no mundo físico. Nesse sentido, Castells (2017) estuda as revoluções e movimentos sociais ocorridas na Islândia, Egito, Espanha e Estados Unidos no início dos anos 2010 e conclui que as "redes sociais da internet" propiciam uma nova forma de mobilização, que o autor denomina como denominada por "conectividade".

2.2.2 O ativismo nas redes sociais

Esclarecida a questão da eficácia do ativismo digital, uma das formas de ativismo digital mais relevantes para o presente trabalho é o ativismo que faz uso de redes sociais. Em entrevista a reportagem do site El País¹⁰, o consultor Oscar Howell-Fernández, autor da obra "La mano emergente" ("A mão emergente", em tradução livre), define o ativismo nas redes sociais como "uma representação mais ou menos exata de nossas preferências e de nossa

¹⁰ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/08/tecnologia/1512753235_185478.html. Acesso em 18 de julho de 2024.

atividade social que se desenvolve de maneira constante e diária online, diante de instituições públicas ou privadas, governamentais ou comerciais."

As redes sociais, antigas "comunidades sociais", foram inicialmente definidas (ou popularizadas) pelo jornalista Howard Rheingold em 1993 como agregações sociais voluntárias por meio das quais uma quantidade suficiente de pessoas forma redes de relacionamento no ciberespaço, apresentando os mesmos tipos de comportamento de comunidades "autênticas", com a exceção da presença de seus corpos físicos (Rheingold, 1993). Significa que se tratam de comunidades que se constituem e se comunicam independentemente de limites como a distância geográfica.

Castells (2003), entretanto, considera simplista a análise inicial das comunidades virtuais, por terem sido tratadas como "oposição ideológica entre a comunidade local harmoniosa de um passado idealizado e a existência alienada do 'cidadão da Internet' solitário, associado com demasiada frequência, na imaginação popular, ao estereótipo do nerd" (Castells, 2003, p. 98). Ele adota, então, o conceito de redes e da "sociedade em rede" para indicar a existência de uma nova dinâmica social com enfoque nos fluxos de informação. O autor sustenta a tese de que a internet funciona, a certo nível, como suporte material para o individualismo na rede e, mais ainda, como grande base dos movimentos sociais na era da informação.

Santaella (2010), ao tratar das redes sociais na internet, entende que a internet incrementa as possibilidades de formação de redes sociais:

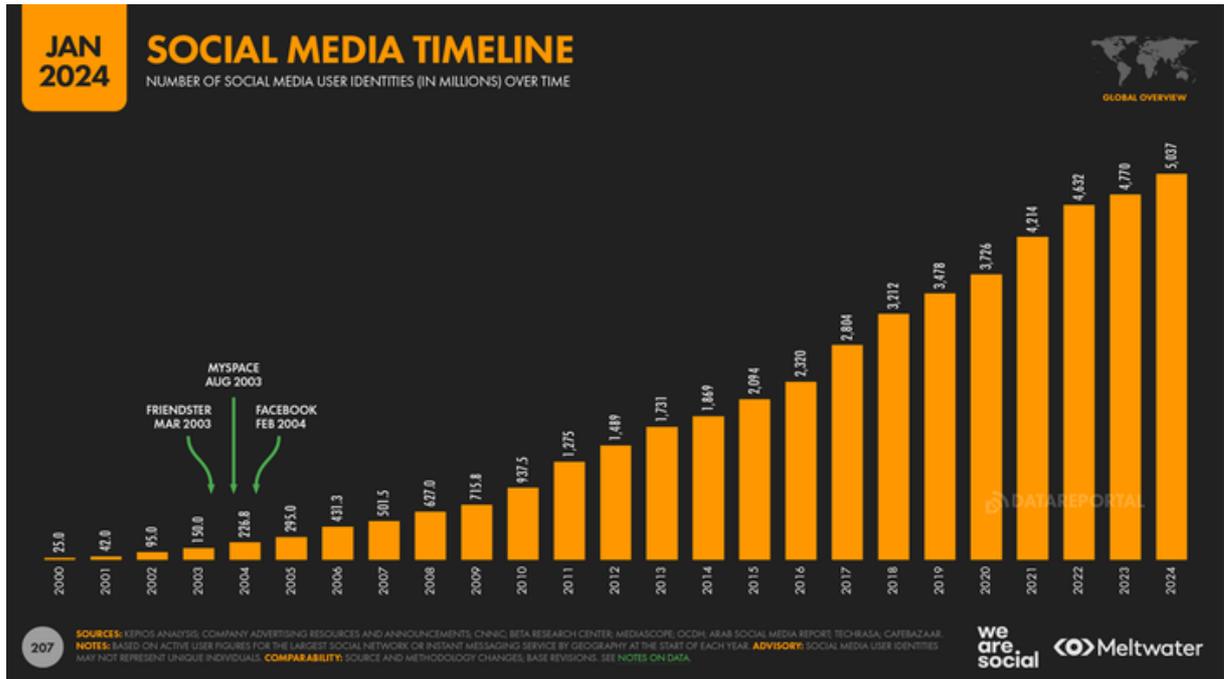
A característica principal dessas redes de interação incessante está na dinamicidade e na emergência, adaptação e auto-organização que são próprias dos sistemas complexos e que se expressam, no caso, em comportamentos coletivos descentralizados.

[...]

Uma plataforma é lançada, sem que se possa saber, de antemão, qual vai ser seu destino. É o modo como os usuários se apropriam dela que determina sua vida, sua ascensão, seu clímax, sua permanência ou sua queda. (Santaella, 2010, p. 273).

Na prática, o ativismo em redes sociais se beneficia justamente de tal dinamicidade no compartilhamento de informações. Ocorre através de páginas do Facebook, X, Instagram, Youtube, entre outras, para promover o apoio a uma causa específica. Faz sentido: no começo de 2024, foram mapeadas 5.04 bilhões de identidades de usuários em redes sociais. A Figura 4 indica o grau de conectividade global por meio de contas individuais de usuários nas redes sociais:

Figura 4 — Número de identidades de usuários em redes sociais (em milhões) no tempo



Fonte: Digital... (2024).

No Brasil, Facebook, Youtube, Instagram, Tik Tok e Facebook Messenger são as redes sociais com as maiores quantidades de usuários em 2024, sendo que 144 milhões de pessoas possuíam contas ativas em redes sociais, o que corresponde a 66,3% da população em geral (Digital..., 2024). Um exemplo prático deste tipo de ativismo é a já mencionada Primavera Árabe, na qual Twitter, Facebook e Youtube foram empregados para a divulgação de informações censuradas por governos autoritários e pela mídia oficial de algumas nações envolvidas. Ou a criação, por parte do jornalista Julian Assange, do website WikiLeaks para divulgar documentos e mídias mantidos em segredo por mostrarem atitudes abusivas de instituições nos Estados Unidos em 2010.

Isso dito, enquanto em sua raiz o ativismo é praticado, essencialmente, por grupos estruturados politicamente (a exemplo de organizações da sociedade civil - OSCs), a natureza da disseminação de informações por meio da internet, que deixou de depender do suporte de meios de comunicação e mídia de massa, somada à natureza difusa da divulgação de informações em redes sociais faz com que a vertente ativista restrita às redes sociais seja menos organizada, mais fragmentada e possa nascer de causas mais difusas. Não existe, portanto, um caminho ou padrão válido para a prática de ativismo nesses canais de comunicação social: o alto grau de conexão das pessoas à internet tem como consequência um padrão de conexão menos centralizado, mais interativo, com menor grau de separação entre indivíduos, viabilizando mobilizações sem convocações centralizadas.

Uma prática comum é a realização de publicações que, por despertarem a atenção ou serem consideradas relevantes, alcançam uma quantidade expressiva de usuários,

impulsionando movimentos em prol de uma determinada causa. O alcance do discurso nas redes sociais depende, dessa forma, de fatores como a popularidade do tema e os algoritmos das redes, e o apoio a essas publicações é expresso através de curtidas, compartilhamentos e comentários - o que aumentará a possibilidade de tal publicação aparecer para cada vez mais usuários. Esse alcance potencializado pode fazer com que um determinado tema possa atingir diversos indivíduos em diversas localidades em um curto período. Há, ainda, personalidades que se constituem como autoridades em determinadas causas, e utilizam sua influência digital para a divulgação contínua de informações. O outro lado dessa relação com uma determinada publicação é a atividade da pessoa apoiadora, que compartilha e apoia nas redes sociais o conteúdo divulgado em prol de determinada causa. No Brasil, pode-se utilizar o exemplo as Jornadas de Junho: uma série de mobilizações de massa ocorridas simultaneamente em mais de quinhentas cidades do Brasil no ano de 2013, que não tiveram um líder ou entidade hierárquica e se basearam em processos P2P (ponto a ponto), um alto grau de conectividade e disponibilidade de mídias interativas em tempo real.

Na maior conectividade, há também o maior acesso à informação, o que possibilita a análise da origem e confirmação (ou não) de determinados conteúdos. Pierre Lévy, filósofo francês especializado em cibercultura, afirma que os riscos de manipulação são maiores quando o cidadão tem acesso a poucos canais de informação. "Quanto mais fontes, menores são as possibilidades de manipulação absoluta", afirmou durante uma palestra¹¹ em São Paulo. O aumento da quantidade de fontes de consulta disponíveis, entretanto, não significa nem a padronização de informações disponíveis e, conseqüentemente, não deve ser confundida com a padronização de conclusões possíveis. Ou seja: enquanto a afirmação de Pierre Lévy faz sentido, dela não se pode presumir que o maior acesso à informação tenha a unanimidade de opiniões como resultado. Muito pelo contrário, há diversos exemplos recentes da história contemporânea que demonstram que a maior conectividade pode resultar, também, no agravamento de posicionamentos culturais, sociais, políticos, artísticos (honestamente, de qualquer natureza) opostos.

É uma elucubração possível que isso se dê, em parte, ao que Turkle (1996) afirma. Em sua obra, a autora se baseou em programas de computador que podiam ser acessados pela internet originadas do jogo Dungeons and Dragons e onde era possível navegar, conversar e construir - MUDs (Multi-User Dungeons). A partir desse estudo, Turkle indica que há tanto uma distinção entre uma identidade construída por um usuário nos MUDs e sua identidade real, quanto há também pontos onde tais identidades se reúnem para constituir aquilo que o indivíduo entende ser o seu "eu autêntico" (Turkle, 1996, p. 23).

Assim, a professora elabora que, na construção de identidades na internet, é mais comum encontrarmos diversas facetas do eu, enxergando o desenvolvimento das novas mídias e da internet em dois períodos diferentes: a Modernidade do cálculo, no qual o computador é visto como apenas um objeto de engrenagens visíveis, e a Pós-Modernidade da simulação,

¹¹ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=8EKm_Qsq8ck. Acesso em 18 de julho de 2024.

onde o que se vê são ícones, documentos e programas. Sobre isso, a autora reflete:

[...] as janelas tornaram-se uma poderosa metáfora para pensar no eu como um sistema múltiplo e fragmentado. O eu já não se limita a desempenhar diferentes papéis em cenários e momentos diferentes [...]. A prática vivida nas janelas é a dum eu descentrado que existe em muitos mundos e desempenha muitos papéis ao mesmo tempo. (Turkle, 1996, p. 18)

Segundo a autora, a metáfora da janela indica que o usuário passa a ser capaz de ver como mais de um, desdobrando sua mente entre as diversas janelas digitais por meio das quais interage com o mundo, apenas uma parte de cada vez. Assim, "na sua realidade virtual, moldamo-nos e criamo-nos a nós mesmos" (Turkle, 1996, p. 265). Apesar de um certo otimismo inicial da autora em relação à internet, em seu livro "Alone together" (Turkle, 2017), lançado alguns anos depois, Turkle assume uma postura mais cautelosa em relação às vantagens das novas tecnologias na experiência humana, questionando se, em vez de aproximar os relacionamentos humanos, elas estão nos tornando cada vez mais solitários.

Assunções à parte, não buscamos aqui explicar o fenômeno das grandes polarizações de opiniões, mas mencioná-los é importante porque o ambientalismo no Brasil (e no mundo) tende a ser um tópico polarizador. Havendo muitos exemplos disponíveis desta situação, este trabalho se restringirá, mais à frente, ao comentário dos posicionamentos relacionados à preservação, ou não, da Amazônia Legal.

2.3 HISTÓRIA DO ATIVISMO AMBIENTAL NO BRASIL

Antes de tratarmos especificamente do movimento ambientalista no Brasil, faz-se necessário tratar, ainda que brevemente, do desenvolvimento dos movimentos ativistas de uma forma geral no Brasil - principalmente a partir da década de 90.

Gohn (1996) indica que as lutas sociais empreendidas nas décadas anteriores à década de 90, responsáveis pela reivindicação de direitos e espaços de participação social, construíram uma concepção específica de sociedade civil. Tal concepção constituiu uma nova visão da relação Estado-sociedade, legitimando a existência de um espaço a ser ocupado por instituições situadas entre o mercado e o Estado, o terceiro setor. A este setor, caberia a mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições governamentais.

Paralelamente, as mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento brasileiro, predominantemente econômico, nos anos 90 trouxeram grande ênfase ao mercado informal de trabalho em comparação à economia formal, diminuindo, de certa forma, a importância do Estado na esfera social. Ainda, a criação de um sistema produtivo mundial altamente competitivo, focado na geração do lucro (o que culminou na redução da quantidade de trabalhadores na atividade produtiva), gerou um cenário de desemprego em massa. Paralelamente, a TV e os jornais da grande imprensa passaram a se constituir como importantes agentes de pressão social, e, pela predominância da economia informal, os

sindicatos de trabalhadores perderam espaço - o que permitiu que as organizações não-governamentais ganhassem mais destaque e mais confiabilidade que as instituições oficiais no que dizia respeito à gestão de recursos públicos.

Ocorre que, paralelamente ao desenvolvimento da democracia representativa, a sociedade foi criando variadas instituições privadas de representação direta. Não só de categorias profissionais e econômicas, como também entidades de caráter temático (temas ecológicos, tributários, científicos, culturais etc.), cada uma delas com um certo grau de universalidade nas suas funções, as quais remetem necessariamente para um determinado tipo de vínculo ou de demandas sobre o Estado.

Trata-se do surgimento de uma esfera pública não-estatal que se agrega às instituições tradicionais de caráter estatal, como os parlamentos e os tribunais, que se tornam tanto mais importantes quanto mais se tornam ineficientes os órgãos tradicionais de controle e representação previstos pela Constituição. Numa sociedade cada vez mais complexa e dotada de interesses legítimos e conflitantes, o surgimento dessa esfera é um antídoto social à burocratização do Estado e ao seu afastamento do cotidiano dos cidadãos.

Já há, portanto, na sociedade atual, o início de um controle público não-estatal sobre o Estado, e ele se torna cada vez mais atuante e capaz de imprimir uma nova dinâmica, não só às instituições, empresas e agências do Estado, mas à própria democracia representativa, que sofre as restrições de um jogo de poder e influência cada vez mais complexo na sociedade de classes. Trata-se de agregar, processualmente, à democracia representativa elementos reais de democracia direta, participativa, que valorizam o cidadão com iniciativa —uma livre iniciativa da cidadania capaz de revalorizar a cena pública. (Genro; Genoíno, 1995).

Trata-se, assim, de um novo tipo de entidades que, sem fins lucrativos, promove o desenvolvimento de comunidades carentes. O desenvolvimento dessas ONGs, entretanto, depende da interlocução com organizações institucionalizadas por meio de parcerias com o poder público - o que garante certo controle governamental sobre os processos das organizações por meio do controle dos recursos econômico-monetários mediante a apresentação de projetos.

A partir desse período, alguns eixos de lutas sociais no Brasil se deslocam. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, criado em 1979, se tornou o maior movimento social no Brasil, pleiteando a reforma agrária. Também ganham destaque movimentos voltados à questões éticas e à revitalização da vida humana. Neste período, também, se fortalecem as redes nacionais de movimentos sociais ou estruturas centralizadoras de tais movimentos, como a ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e a CMP (Central dos Movimentos Populares), e a criação no Brasil de sedes de grandes ONGs internacionais. A autora usa como exemplo o Greenpeace, a Anistia Internacional e a Rainforest (Gohn, 1996).

Já em "Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo", Gohn (2011) propõe um mapeamento das formas mais gerais de demandas e lutas dos movimentos sociais no Brasil, e explicita a existência de dez principais eixos temáticos das reivindicações da sociedade civil: (i) movimentos sociais em torno da questão urbana; (ii) movimentos em torno do meio ambiente; (iii) movimentos identitários e culturais; (iv) movimentos de demandas na área do direito, especialmente em Direitos Humanos; (v)

movimentos ao redor da questão da fome; (vi) mobilizações e movimentos na esfera do trabalho; (vii) movimentos voltados às questões religiosas; (viii) mobilizações e movimentos rurais; (ix) movimentos sociais de comunicações, e (x) movimentos sociais globais que englobam boa parte dos eixos anteriores.

Dado o panorama geral do desenvolvimento contemporâneo do ativismo no Brasil e seus principais eixos, podemos focar especificamente na história do movimento ambientalista.

No Brasil e no mundo, ideias sobre proteção do ambiente existem na periferia do pensamento social e das agendas políticas há séculos. Já a atenção institucionalizada ao meio ambiente é um fenômeno mais recente, e aparece na segunda metade do século XX. A adoção mais generalizada de medidas de proteção ao meio ambiente levaram acadêmicos e teóricos a procurar por explicações a nível internacional. Em muitas dessas explicações, o foco está em como normas são geradas de forma coletiva ou construídas em arena internacional e, depois, transmitidas às sociedades domésticas.

Assim, uma análise das histórias mais conhecidas do Brasil no contexto de discussões ambientais a nível internacional expressam um padrão de resistência brasileira à proteção ambiental, quando "forçada" de fora para dentro. Para ilustrar tal afirmação, selecionamos três eventos:

- a. Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano em Estocolmo, a delegação brasileira defendeu com vigor o direito de países em desenvolvimento de usar seus recursos naturais conforme quisessem;
- b. Uma geração depois, quando o desmatamento da Amazônia capturou a atenção do mundo e uma variedade de atores internacionais se mobilizou para responder a isso, muitos brasileiros dentro e fora do governo, responderam com bastante resistência nacionalista;
- c. Em 2000, Cristovam Buarque, senador na época, ex-governador do Distrito Federal e ex-ministro da Educação, respondeu a um jornalista norte-americano que o pediu para responder como um humanista, não como um brasileiro, sobre o que ele pensava sobre a internacionalização da Amazônia. Ele respondeu que, como humanista, ele era favorável à internacionalização do mundo: reservas de petróleo, riquezas financeiras, museus de arte, etc. Mas "enquanto o mundo me tratar como um brasileiro, eu lutarei para garantir que a Amazônia seja nossa. Só nossa." (Buarque, 2001)

Dispensando-se qualquer juízo de valor em relação aos exemplos listados, é importante ressaltar que eles criam a imagem de um país que adota tardiamente ideias sobre responsabilidade ambiental, recepcionando normas difusas transnacionais, sem necessariamente criá-las. Essa imagem não é necessariamente verdadeira. Em 1972, por exemplo, quando houve os comentários da delegação brasileira pró-desenvolvimento, o movimento ambientalista já tinha desenvolvido raízes no Brasil. Ideias ambientalistas, na verdade, têm uma trajetória longa na história cultural do Brasil (alguns atribuem parte da

introdução de temas ecológicos no Brasil a José Bonifácio).

A verdade é que as organizações de conservação começam a se formar a partir dos anos 50, antes da chegada do "novo ambientalismo" na década de 70. Ainda assim, os debates ambientais no Brasil se intensificam a partir da transição da redemocratização pós Ditadura Militar, a partir de 1970, sendo muito influenciados pela pauta democrática e participativa, pela descentralização de poderes e pela contínua interação entre formalidade e informalidade.

A evolução desses debates pode ser dividida em três momentos, ou ondas, conforme explicam Hochstetler e Keck (2007):

a. Antes da redemocratização, a partir da década de 1950, a primeira onda do movimento ambientalista no país foi marcada pelo nacional-desenvolvimentismo, dando origem às instituições ambientalistas públicas, de conservação e de pesquisa científica mais antigas do país, como a Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA) e a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN). Neste momento, o que viria a se tornar o movimento ambientalista no Brasil tinha como principal característica uma fé inequívoca no avanço científico e a racionalidade científica como soluções apropriadas para problemas ambientais, diferentemente do caráter mais politizado da onda seguinte.

b. A segunda onda, o "novo ambientalismo", iniciada em 1974 e perdurando até o fim da década de 1980, viu o surgimento de organizações ativistas muito influenciadas por uma gama de outros movimentos sociais e democráticos. Aqui, foi introduzida à narrativa ambientalista uma crítica ao autoritarismo, oposição e experimentação política, e as organizações fundadas à época se concentravam em questões ambientais locais. Internacionalmente, o mundo testemunhava um grande marco político na criação de um espaço internacional para a discussão de temas ambientais, a I Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo (1972). São exemplos de instituições fundadas nesta época a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN). É também nesta fase que ambientalistas passam a procurar por engajamento político ativo, acabando na criação dos partidos verdes. Esse movimento ambientalista, pelo contexto em que surgiu, também passou a ter a tendência de se identificar com movimentos de orientação política à Esquerda.

c. Já a terceira onda (atual), descrita, em parte, alguns parágrafos acima, carrega a complexidade adicional de um aumento de influências estrangeiras no ambientalismo (já existentes antes, porém intensificadas), e de uma crise econômica. É multissetorial e resulta, em parte, das escolhas políticas e organizacionais de muitos dos entes constituídos na fase anterior. Por volta de 1988-1989, organizações ambientalistas europeias e norte-americanas passaram a reprovar a falta de posicionamento do Brasil em relação ao aceleramento do desmatamento na Amazônia, e organizações como a World Wildlife Fund (WWF) criaram filiais brasileiras nos anos seguintes, a

anteriormente mencionada ABONG foi formada em 1991 e o Fórum de ONGs Brasileiras foi formado também no mesmo período. Aqui, as entidades passam a lidar com questões complexas voltadas a seu financiamento, mas também passam a se valer das novas tecnologias aplicadas às formas tradicionais de debate. Também é profundamente influenciada pela existência de diversas estruturas de poder descentralizado advindo do federalismo - o que significa que sua discussão ocorre concomitantemente a níveis municipal, estadual e federal.

Ainda, é importante salientar que o ativismo ambiental é particularmente visado no Brasil. Deixadas de lado as políticas de Estado questionadas por estes movimentos sociais, como por exemplo os cortes no orçamento do Ministério do Meio Ambiente, vale ressaltar que o Brasil é o líder mundial em mortes de ambientalistas na última década - quase 20% das 1.733 mortes de defensores meio ambiente registradas no globo no período de 2012 a 2021, 342 ocorreram no Brasil, predominantemente na região Amazônica.

2.3.1 As Organizações da Sociedade Civil

Santos (1999) explica:

"Terceiro sector" é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam a fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações podem mencionar-se cooperativas, associações de solidariedade social, organizações não governamentais, organizações quasi-não governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc. As designações vernáculas do terceiro setor variam de país para país [...]. [...] nos países do chamado Terceiro Mundo domina a designação de organizações não governamentais. (Santos, 1999, p. 14-15).

Segundo o autor, o terceiro setor surgiu na Europa no século XIX como uma alternativa ao capitalismo, visando novas formas de consumo e de organização da produção, se consolidando como importantes intervenções para a promoção da proteção social, e reemergindo do final da década de 70. Nos países periféricos e semiperiféricos, o crescimento das ONGs se deve predominantemente à iniciativa de agências internacionais e da canalização de fundos internacionais de ajuda e desenvolvimento: houve um aumento de 1400% de assistência ao desenvolvimento canalizada para ONGs (Fowler, 1991).

No Brasil, as ONGs adquiriram a nova denominação de Organizações da Sociedade Civil - OSCs, e, como mencionado anteriormente, estão presentes no Brasil desde a década de 50, mas tomaram mais força a partir da descentralização de diversos serviços de interesse público ocorrida a partir dos anos 90. Esse processo se deu com destaque por meio da Reforma Gerencial, com a instituição do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) em 1995. Nesse momento, as ONGs passaram a poder ser responsáveis por

serviços como a saúde, educação, tecnologia, ciência e meio ambiente. Em resumo, OSCs podem ser entendidas como "entidades sem fins lucrativos que objetivam cooperar com o Estado no atendimento ao interesse público, visando produzir transformações mediante a promoção de direitos sociais, conscientização socioambiental e combate à exclusão social, sobretudo no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade (os mais frágeis da sociedade)" (Receita Federal, 2022).

Essa qualificação jurídica é regulada pela Lei 13.204 de 2015 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC), e se enquadram nesta denominação as organizações que correspondam aos seguintes critérios, simultaneamente:

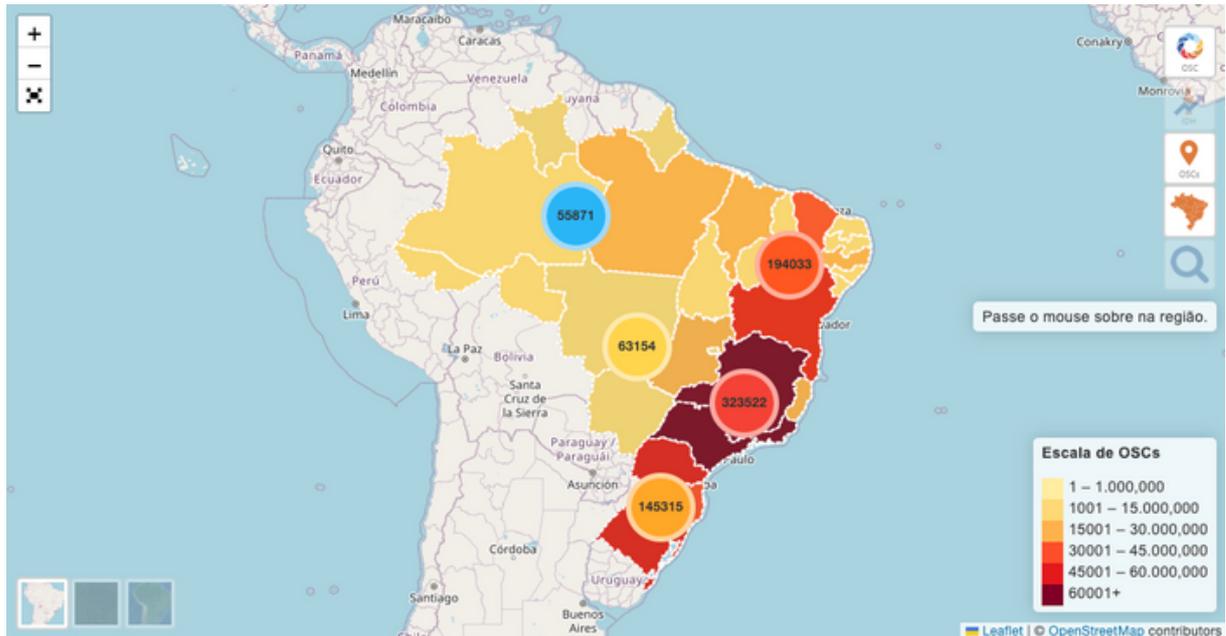
- 1) Privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado.
- 2) Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores, e não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades-fim.
- 3) Institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas.
- 4) Autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades.
- 5) Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (Mello; Andrade, 2019, p. 7).

Na estrutura brasileira, há 3 tipos de estruturas jurídicas que correspondem a estes critérios: (i) "associação" (que se constitui pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos); (ii) "fundação" (criada por um instituidor a partir de uma dotação especial de bens) (Brasil, 2002) e (iii) "organização religiosa" (Brasil, 2003).

Apesar da independência em relação ao Estado, muitas OSCs realizam suas atividades em parceria com o Poder Público.

Atualmente, um mapeamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indica a existência de 879.326 (oitocentas e setenta e nove mil, trezentas e vinte e seis) OSCs no Brasil, de acordo com a Figura 5 abaixo, retirada do Mapa das OSCs.

Figura 5 — Quantidade de OSCs no Brasil em julho/2024



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Avançada - IPEA.

2.4 HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

"Amazônia" é um termo amplo usado para tentar definir uma região amplamente diversa em termos sociais, históricos, geofísicos, ecológicos, etc. Entre os ecossistemas abrangidos pela Amazônia estão os cerrados, as matas de terra firme, os campos abertos, florestas inundadas, várzeas, igapós, e a região possui, também, a mais extensa rede hidrográfica do planeta (Pnuma/Otca, 2008).

"Amazônia", na verdade, é a criação de um processo político de organização espacial. Souza (2021) o explica tal organização como a demarcação de uma fronteira econômica que se iniciou nos 250 primeiros anos entre a chegada dos europeus e o fim do sistema colonial:

Em 250 anos, os europeus se mostraram extremamente repetitivos. Chegaram em busca da riqueza e se deram conta da falta de mão de obra. Assaltaram as populações indígenas, apressaram escravos, mas a carência de mão de obra persistiu. Esse ciclo começou muitas vezes, com as populações indígenas pagando um preço elevado. A Amazônia como hoje a conhecemos é fruto dessa cega perseverança. Os colonizadores pensaram em construir uma unidade produtiva, mas só lograram demarcar uma fronteira econômica. (Souza, 2021, p. 76)

A chegada do europeu marcou o início imediato de uma cadeia de confrontos e massacres dos povos originários da região que, subjugados e escravizados, passaram a ser um objeto do colonialismo, muitos sendo destribalizados e forçados a se ajustarem aos padrões da exploração mercantil. "Conquistada", a Amazônia passou a ser explorada por meio da lógica extrativista e da agricultura de trabalho intensivo dos europeus e, durante a evolução da administração portuguesa, teve seu território consolidado no formato atual pela economia da

borracha. A borracha se tornou produto universal entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX graças à descoberta do processo de vulcanização por Charles Goodyear, que deu estabilidade à borracha e criou uma demanda internacional para o látex da Amazônia.

A velha letargia dos tempos de dom Pedro II é sacudida pelo novo compasso do mercado internacional. Os extrativistas não mais se sentiam tolhidos pela impossibilidade tecnológica de domar a região, tampouco pelas limitações de seu saber. Invadiram a selva, pois para isso bastava um pouco de vivência, subordinando-se aos caprichos da hévea. Regiões inteiras, antes vedadas pelas doenças, percorridas apenas por índios nômades e penetradas por solitários aventureiros, foram invadidas por caçadores em busca da seringa. A ideologia do faroeste enfrentava os insetos e os males estranhos e mortais. As libras esterlinas não escolhiam grau de instrução ou escolaridade, o látex, redimia a ignorância. O colono analfabeto assume ares de cosmopolita, torce o nariz para a antiga vida tradicional. (Souza, 2021, p. 249)

O ciclo da borracha modificou a Amazônia em termos econômicos, culturais e de perfil populacional. A construção da estrada Madeira-Mamoré também serviu de grande estímulo para a ocupação definitiva da região entre 1909 e 1913. O contrabando inglês e o transplante bem-sucedido das sementes de hevea para a Ásia, entretanto, permitiram que plantações inglesas suplantassem a produção amazônica de látex entre 1913 e 1922, levando a Amazônia à recessão em pouco mais de dez anos e criando grandes diferenças a nível de instalação de uma economia competitiva em relação ao sul do país na década de 1930. O acúmulo do fim do ciclo da borracha com a falta de efetivo apoio estatal gerou grande redução populacional na região, regredindo o massa rural ao trabalho de subsistência e regime de troca, e a década de 1940 viu o desmembramento dos estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas para a constituição dos estados do Amapá, Guaporé e Rio Branco durante o governo de Getúlio Vargas (o território de Roraima já havia sido fixado como território português em 1740 por Francisco Xavier de Andrade, o estado do Acre já era território federal desde a República Velha, o estado de Rondônia foi criado apenas em 1981, durante a ditadura militar, e o Amapá se tornou ex-território apenas em 1988).

A crise da borracha é temporariamente interrompida para aumentar o estoque de borracha dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, gerando grande custo humano - mais de 20 mil trabalhadores perderam suas vidas nos seringais neste período, que passou a ser conhecido como Batalha da Borracha, e os seringais foram abandonados novamente em 1946 com o fim da guerra.

Em um projeto de desenvolvimento, foi criada em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), que falhou em sua tarefa de desenvolver a região. A ditadura militar criou, então, a Operação Amazônia, que substituiu a SPVEA pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e criou outros órgãos (SUFRAMA, BASA e INCRA) em um projeto de desenvolvimento autoritário de ocupação e integração.

Nos primeiros anos da Operação Amazônia, o governo de Brasília tentou atrair investidores para projetos agropecuários através de doações financeiras e renúncia fiscal. A partir do presidente Emílio Garrastazu Médici, o governo passou a investir diretamente em megaprojetos, criando novas fontes de recursos através de iniciativas como o Plano de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra) e o Programa de Polos Agropecuários e Agromineiras da Amazônia (Poloamazônia). No início da década de 1970, em plena época do chamado "milagre econômico", a Amazônia era então não mais uma região de economia extrativista, mas basicamente uma área de agropecuária, mineração, metalurgia e siderurgia. Já no final de 1966, mais de mil investidores tinham instalado projetos de criação de gado ao longo da estrada Belém-Brasília. A agropecuária seria, no início, o principal atrativo (Souza, 2021, p. 300).

O interesse de empresários brasileiros e estrangeiros trazido pela abertura da estrada Belém-Brasília e um processo de apropriação de recursos naturais por grupos econômicos estrangeiros fez com que, após 1964, e com incentivo federal, a Amazônia fosse ocupada pelo capital nacional e internacional por suas potencialidades madeireiras, hidrológicas e minerais. Em 1967, Manaus foi transformada em Zona Franca, com a instalação de indústrias operando nas fases finais de montagem de produtos, contando com incentivo estatal e gerando ofertas de emprego - e o crescimento desordenado de Manaus. A Zona Franca se tornaria um dos mais importantes polos industriais da região e de todo o território nacional. Em 1970 é iniciada a construção da Transamazônica, um projeto militar de integração nacional que eventualmente se provou inútil por conta de seu traçado pouco estratégico.

Após o fim da ditadura militar, os efeitos das políticas de desenvolvimento autoritárias ainda podem ser vistos na degradação ambiental em processo acelerado da Amazônia e na expropriação sistemática de recursos dos povos indígenas. Sem um controle do processo de ocupação e sem uma nova política de reforma agrária para redistribuição das terras distribuídas na época, não se evitou o caráter destrutivo da expansão agrícola e do desmatamento, sendo que grande parte das terras foi mantida sob propriedade de latifundiários e especuladores. Eventualmente, os conflitos de terra aumentaram de intensidade, e a população geral não possui acesso às tecnologias que produzem menos impacto no meio ambiente.

Tais efeitos nefastos podem ser encontrados não somente no que diz respeito ao mercado de produtos legalizados: paralelamente aos esforços estatais para o estabelecimento de uma indústria na Amazônia, o narcotráfico de cocaína se desenvolve na região movido pelas mesmas forças que influenciam o mercado tradicional. Os efeitos perversos do narcotráfico derivam da rápida substituição dos cultivos tradicionais pelo da coca em uma região de terras já disputadas, do encarecimento dos produtos agrícolas, da influência de uma "nova oligarquia" (Souza, 2021, p. 341) fora da lei, e do despejo ilegal dos componentes químicos usados no refino da cocaína.

Fattheuer (1994), nesse sentido, critica os movimentos ecológicos que atuaram na região. É uma crítica que se assemelha à realizada por Latour (2020) ao endereçar a falha

parcial da ecologia - parte do motivo de esses movimentos falharem é simplificação exagerada na consideração do fator social das questões ambientais locais:

A ecologização total da Amazônia esvazia a região de suas características sociais. É fácil de compreender por que, no modelo de equilíbrio ecológico, todas as intervenções humanas são classificadas como prejudiciais. Exagerando: o homem aparece, a não ser que seja índio, como destruidor, como predador. Ele nem poderia deixar de sê-lo. A crítica ao desenvolvimento da Amazônia se volta, assim, não contra um modelo histórico, econômico e socialmente determinado de apropriação, mas contra todo e qualquer aproveitamento humano. (Fatheuer, 1994, p. 34)

2.4.1 A Amazônia Legal: passado, presente e futuro

A criação da SPVEA em 1953, com a aprovação da Lei nº 1.806, de 06 de janeiro, durante o governo de Getúlio Vargas, criou e delimitou também a Amazônia Legal - que compreendia os estados do Pará e Amazonas, os territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, a parte do Mato Grosso a norte do paralelo 16°, a porção de Goiás a norte do paralelo 13° e a parte do Maranhão a oeste do meridiano 44°. Em 1966, a SPVEA dá lugar à SUDAM, que passou a atuar na elaboração, execução e fiscalização de políticas de desenvolvimento regional, e a Lei nº 5.173 passou a definir como abrangência da Amazônia Legal os estados do Acre, Pará e Amazonas, os territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia e, ainda, as áreas de Mato Grosso a norte do paralelo 16°, de Goiás a norte do paralelo 13° e do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. Já em 1977, a Lei Complementar nº 31 anexou à região todo o estado de Mato Grosso.

Com a promulgação da atual Constituição Federal em 1988 e mediante a criação de novos estados, a Amazônia Legal ganhou a sua atual configuração, correspondendo à área de atuação da SUDAM delimitada pela Lei Complementar nº 124 de 2007. Engloba, assim, a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão.

A Amazônia Legal abriga todo o bioma amazônico no Brasil, 20% do Cerrado e parte do Pantanal matogrossense. Nos nove estados reside mais da metade da população indígena brasileira, cerca de 250 mil (pessoas, segundo o IBGE (Ministério Do Planejamento e Orçamento, 2023). É a região que contém a maior extensão das florestas equatoriais do mundo, abrigando uma biodiversidade composta por milhões de espécies de animais, plantas e microorganismos, entre espécies catalogadas e espécies que ainda não foram integralmente estudadas. Perfaz uma área de 5.217.423 km², que corresponde a 61% do território brasileiro, mas abriga apenas 12,4% da população nacional (a menor densidade demográfica do país).

Portugal e Silva (2020) entendem que "a inserção da Amazônia nas políticas regionais esteve relacionada com a incorporação desta porção do território nacional à lógica vigente do padrão de acumulação capitalista do país – a nosso ver, pautada na exploração de recursos naturais, em um contexto de divisão territorial do trabalho" (Portugal; Silva, 2020, p. 42). Os

suas várias representações, é uma fonte riquíssima de oportunidades para o desenvolvimento da região.

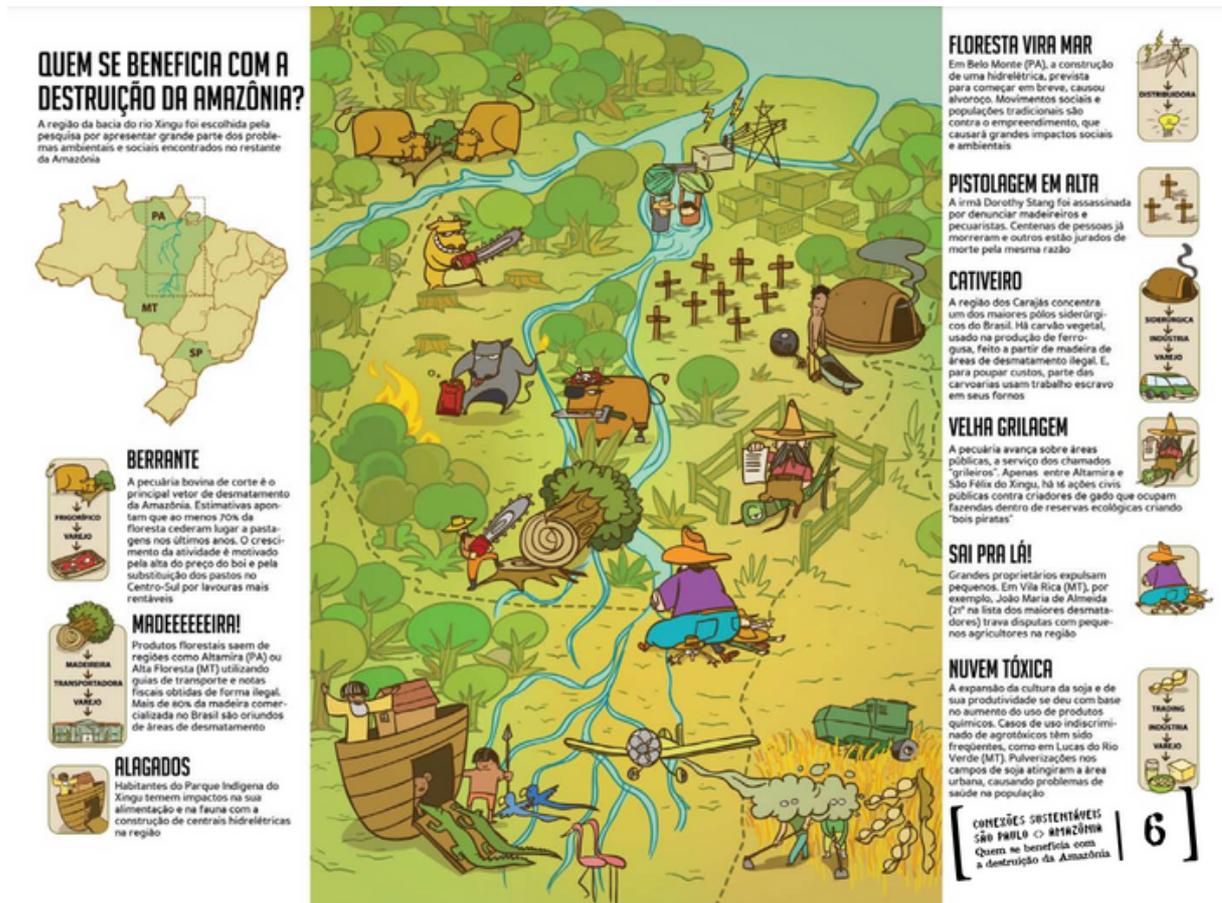
Tais temas encontram-se alinhados e respaldados pela nova agenda governamental que tem a Amazônia como centro das discussões, com grandes possibilidades de eventos internacionais ocorrerem na região, a exemplo da proposta apresentada pelo governo brasileiro junto à Organização das Nações Unidas - ONU de trazer uma edição da Conference of the Parties (COP) para a Amazônia¹². Isto tudo demonstra que a região ganha cada vez mais relevância no cenário internacional e que requer planos bem elaborados capazes de gerar transformação social (Superintendência Do Desenvolvimento Da Amazônia - Sudam, 2023, p. 9-10).

Os desafios enfrentados do ponto de vista infraestrutural e socioeconômico vão desde a falta de redes de saneamento básico até a falta de moradias adequadas para a população da região e elevados índices de pobreza. Já os desafios de natureza ambiental vão desde o desmatamento e crescimentos de focos de queimadas até a poluição, biopirataria e garimpo ilegal.

Uma pesquisa de iniciativa do Fórum Amazônia Sustentável e do Movimento Nossa São Paulo em 2008 estuda a natureza destas questões e os agentes envolvidos, tomando por espaço amostral de pesquisa a a bacia do rio Xingu. A Figura 7 foi retirada deste estudo, e lista estes desafios:

¹² Proposta apresentada pelo governo brasileiro durante a Conferência das Partes sobre as Mudanças Climáticas (COP) em 2022 em Sharm El Sheikh, no Egito.

Figura 7 — Quem se beneficia com a destruição da Amazônia?



Fonte: Fórum Amazônia Sustentável e Movimento Nossa São Paulo (2008).

Como se percebe, são questões herdadas da história do desenvolvimento da região. É um resumo generalizado dos pontos elencados, que se estendem pelo restante do território amazônico:

- O desmatamento gerado para ceder lugar a pastagens para a pecuária bovina de corte e para a extração ilegal de madeira para comercialização, gerando também a expulsão de pequenos proprietários em disputas por terras na região;
- A construção de hidrelétricas, com impactos (i) ambientais para a fauna e flora locais e (ii) sociais para os habitantes das regiões;
- O uso de mão de obra escrava em carvoarias - que fazem uso de madeira de corte ilegal para a produção de carvão vegetal;
- O avanço ilegal da pecuária sobre reservas ecológicas;
- A poluição gerada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos em pulverizações na produção de soja;
- A violência e criminalidade em torno das práticas ilegais - incluindo a vitimização de ativistas.
- Incluimos aqui, por conta própria, o narcotráfico fronteiro e o tráfico de

biodiversidade.

O desafio do desmatamento, questão ambiental mais proeminente, é evidenciado pelo avanço das tecnologias de monitoramento e sensoriamento remoto, como o Sistema de constelação de satélites PlanetScope, que permite o monitoramento diário de todo o planeta, entre outras novas tecnologias (Developers, 2024). No Brasil, o Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (LAPIS) é a instituição científica que desenvolve metodologias para uso de imagens da Constelação PlanetScope, por meio do Programa Brasil M.A.I.S. (Meio Ambiente Integrado e Seguro). A Figura 8 demonstra um alerta de desmatamento no Vale do Javari, detectado por meio destes satélites e comparando imagens obtidas com uma diferença de 18 dias:

Figura 8 — Alerta de desmatamento no Vale do Javari em 2022 (imagem da PlanetScope)

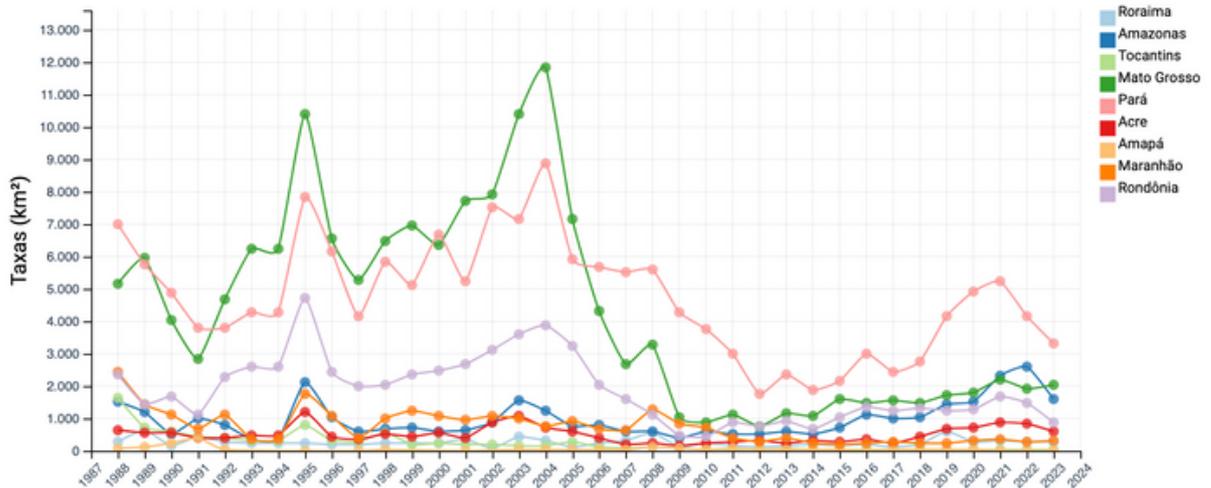


Fonte: Letras Ambientais (2022).

A imagem foi registrada em 2022, ano no qual foi registrada também a maior taxa de destruição da floresta amazônica no período de 15 anos (Instituto Homem e Meio Ambiente Da Amazônia - Imazon, 2022). Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, a taxa de desmatamento anual estimada para a Amazônia Legal por corte raso foi de 13.038 km²/ano entre agosto de 2020 e julho de 2021. A Figura 9 indica as taxas históricas de desmatamento na Amazônia Legal, separada por estado.

Figura 9 — Taxa de desmatamento - Amazônia Legal - Estados

Taxas de desmatamento - Amazônia Legal - Estados

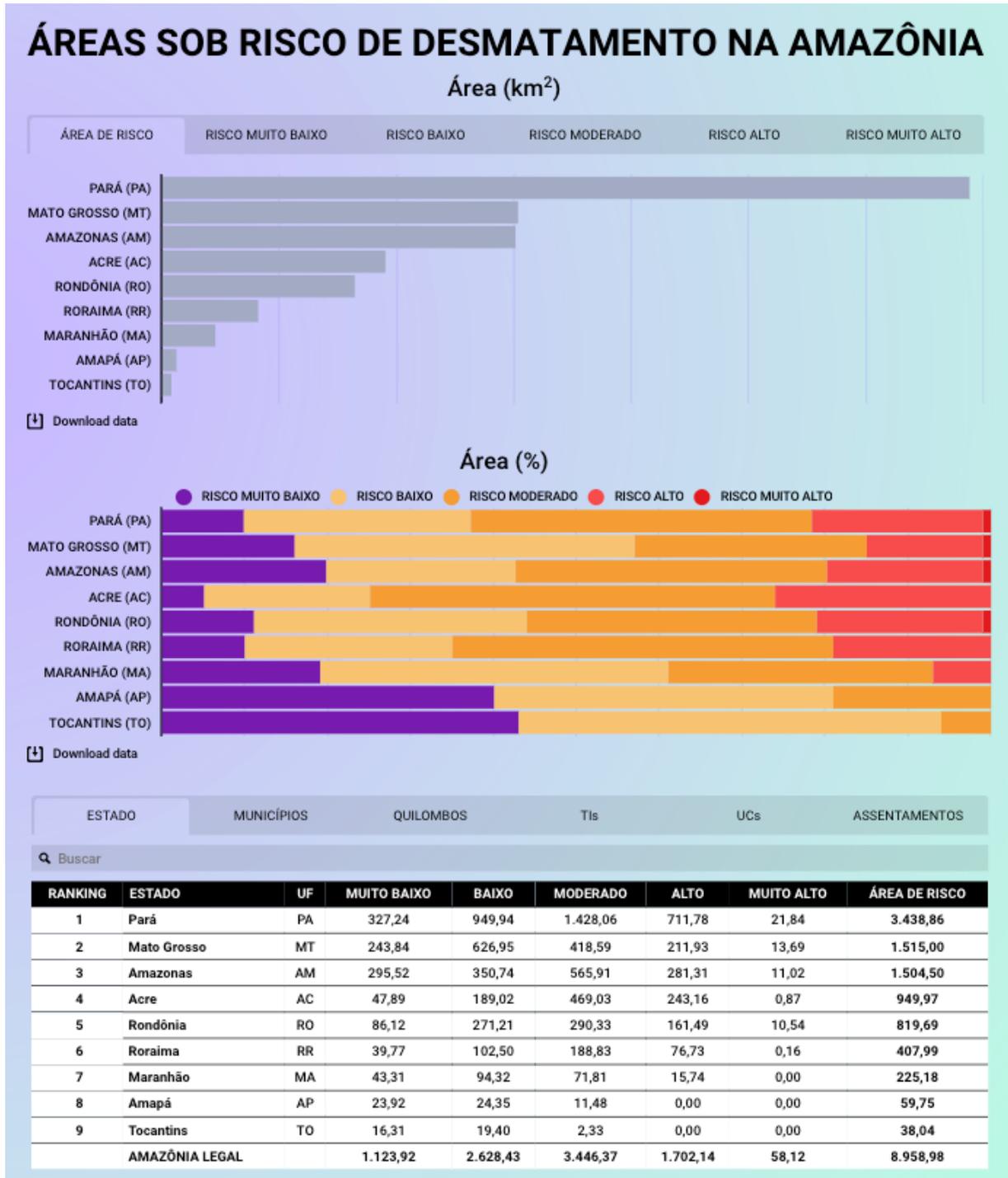


Fonte: TerraBrasilis.

Considerando também estas taxas, a plataforma de inteligência artificial PrevisIA, criada conjuntamente pelo Imazon e o Fundo Vale, com apoio e parceria da Climate and Land Use Alliance e da Microsoft, indica áreas da Amazônia Legal sob risco de desmatamento por meio da análise de "variáveis como a presença de estradas legais e ilegais, o desmatamento já ocorrido, as classes de territórios, a distância para áreas protegidas, os rios, a topografia, a infraestrutura urbana e informações socioeconômicas" (Previsia), com a finalidade de criação de maiores oportunidades de prevenção.

O ranking de 2024 elenca o Pará como o estado com a maior quantidade de áreas de risco, seguido, nesta ordem, pelo Mato Grosso, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Maranhão, Amapá e Tocantins. A previsão totaliza 8.958,98 km² de áreas de risco na Amazônia Legal, sendo 1.123,92 km² áreas de risco muito baixo, 2.628,43 km² áreas de risco baixo, 3.446,37 km² de áreas de risco moderado, 1.702,14 km² de áreas de risco alto e 58,12km² de áreas de risco muito alto. A Figura 10 indica a separação destas medições por estado.

Figura 10 — Áreas sob risco de desmatamento na Amazônia (Ranking 2024)



Fonte: PrevisIA.

3 MAPEAMENTO DAS ENTIDADES ATIVISTAS EM DEFESA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Conforme ressaltado no início, este estudo constitui uma das etapas da formação de um observatório, e tem como objetivo geral listar e categorizar as entidades ativistas voltadas ao ativismo ambiental em defesa da Amazônia Legal. Quanto à abordagem adotada, a pesquisa foi classificada como uma pesquisa mista, pois tenta compreender a totalidade do fenômeno a partir da coleta e análise de dados quantitativos.

Ainda, o presente mapeamento não tem a intenção de ser um mapeamento exaustivo. Significa que reconhecemos desde já, pela complexidade do tema e pela natureza descentralizada do ativismo no Brasil, a impossibilidade de reunirmos todas as entidades de ativismo ambiental em um repositório de uma vez só. Assim, por maiores que sejam os nossos esforços para a coleta da maior quantidade possível de informações, é fundamental que o presente repositório seja um modelo vivo dentro do observatório, possibilitando o cadastro de novas entidades periodicamente.

3.1 HIPÓTESES SOBRE O RESULTADO

Considerando todas as informações trazidas no capítulo 2, foi possível formular 3 hipóteses sobre os possíveis resultados deste mapeamento:

A. **Hipótese 1:** a primeira hipótese é que a maior parte das entidades mapeadas se localizará na região Sudeste. Isso se baseia em duas informações anteriormente mencionadas: (i) a Figura 5, "Quantidade de OSCs no Brasil em julho/2024", indica que, no Brasil, a maior parte das OSCs se localiza no Sudeste - o que não é surpreendente, considerando a proeminência do eixo Rio de Janeiro-São Paulo como centro mais populoso do país; (ii) os itens 2.2.1 e 2.2.2 indicam que não é mais essencial a proximidade física para a prática do ativismo. Significa não só que é possível praticar o ativismo em defesa da Amazônia Legal por meios digitais, incluindo redes sociais (o que viabiliza a prática à distância), mas também que modalidades de ativismo baseadas na troca de informações serão favorecidas.

B. **Hipótese 2:** a segunda hipótese é que a maior parte das entidades mapeadas contará com presença digital própria, seja por meio de websites ou de redes sociais. Essa assunção também se baseia nos itens 2.2.1 e 2.2.2, que deixam clara a grande conectividade da população brasileira, com destaque ao uso das redes sociais. Assim, faz sentido que entidades de ativismo também passem a fazer uso destes mesmos canais para alcançar um público que, antes do advento da web 2.0, não poderia ser mobilizado em tamanha escala e com tamanha velocidade.

C. **Hipótese 3:** a terceira e última hipótese é que a maior parte das entidades não possuirá personalidade jurídica, ou seja, não será inscrita mediante o Cadastro

Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Essa hipótese parte das informações trazidas no item 2.3, principalmente no que diz respeito à tendência do ativismo brasileiro à informalidade e à descentralização. Assim, ainda que grande parte das entidades possa ser encontrada por meio de websites ou redes sociais, de acordo com a Hipótese 2, é pressuposto que não contarão com um CNPJ próprio e, portanto, não integrarão bases de dados que tenham o CNPJ como critério para cadastro.

3.2 BASES DE DADOS E CRITÉRIOS DE FILTRAGEM

A ideia de se mapearem as OSCs no Brasil não é necessariamente nova. No Brasil, há atualmente ao menos dois mapeamentos disponíveis: o Mapa das OSCs do IPEA, cuja proposição foi definida no Decreto nº 8.726 de 2016, e o estudo FASFIL - As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, publicado pelo IBGE (Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística, 2016).

Conforme já visto acima, o Mapa das OSCs indica atualmente a existência de 879.326 (oitocentas e setenta e nove mil, trezentas e vinte e seis) OSCs no Brasil. Para tal, o mapeamento utiliza os CNPJs ativos no Brasil, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal. Mais de 80% das instituições listadas são, juridicamente, associações sem fins lucrativos, aproximadamente 1,5% são fundações privadas e aproximadamente 17,5% são organizações religiosas. O número de organizações sociais é inexpressivo. Ainda, uma análise dos CNPJs identifica que mais de 10% dessas OSCs são filiais de outras OSCs.

Os resultados oferecidos pelo mapeamento do IPEA são bastante diferentes do resultado apresentado pela FASFIL. Para uma comparação mais aproximada, enquanto no ano de 2019 o Mapa das OSCs indicou a existência de aproximadamente 820 mil organizações no Brasil em 2019, FASFIL identificou 236 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos para o mesmo período. Essa diferença se dá, primeiramente, pelo fato de a FASFIL contabilizar, além de associações, fundações e organizações religiosas, as organizações sociais (OS) - reconhecidas como natureza jurídica a partir de 2014 (Receita Federal, 2014). O Mapa das OSCs, por outro lado, contabiliza, além de associações, fundações e organizações religiosas, as cooperativas sociais e sociedades cooperativas (Brasil, 2014).

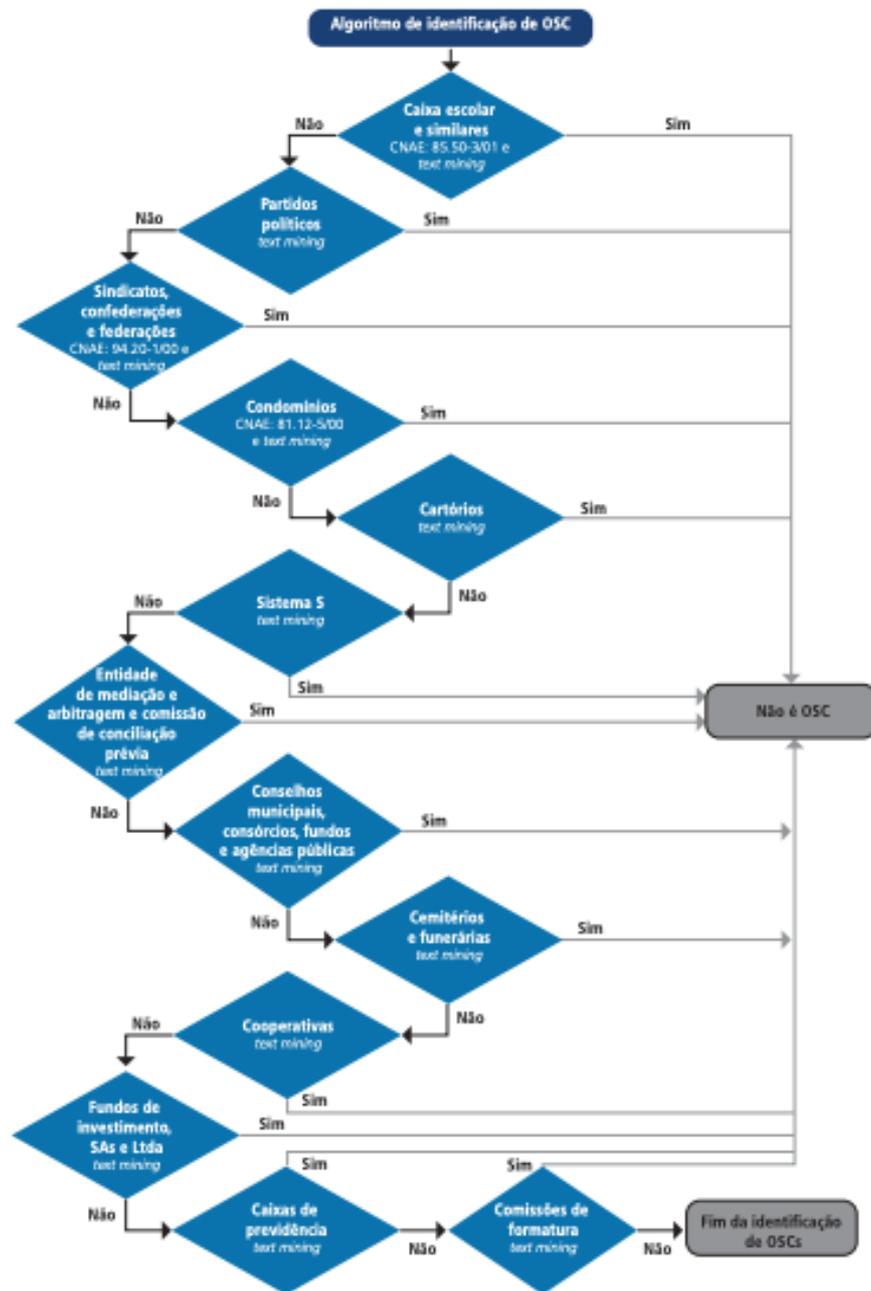
Ainda, a FASFIL identificou as OSCs a partir do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE). O CEMPRE é um registro administrativo não público, construído com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e em informações de pesquisas setoriais do próprio instituto, como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Em comparação com o cadastro do CNPJ, a base de dados da FASFIL apresenta menor capilaridade (Mello; Andrade, 2019). A obtenção do CNPJ permite a identificação e pareamento de outros dados em fontes auxiliares, como áreas e subáreas de atuação, recursos, projetos, conferências, conselhos, títulos, certificações e vínculos de trabalho formais. São

fontes auxiliares:

- RAIS;
- Cadastro Nacional de Entidades Sociais (CNES);
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS Educação, CEBAS Saúde, CEBAS Assistência Social);
- Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS);
- Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS);
- Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA);
- Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic);
- Sistema da Lei de Incentivo ao Esporte (SLIE);
- Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);
- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi);
- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV);
- Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL);
- Entidades participantes de conselhos e comissões de políticas públicas.

O algoritmo de identificação de OSCs realiza essa identificação por meio da linguagem de programação R, utilizando mineração de texto na razão social, nome fantasia e atividade econômica das OSCs. A Figura 11 demonstra o fluxo algorítmico dessa identificação:

Figura 11 — Fluxograma do algoritmo de identificação de OSCs (2021)



Elaboração dos autores.

Obs.: Cadastro do CNPJ 2020, mês de referência novembro (SRFB).

Fonte: Mello e Andrade (2019).

Com essas informações, o Mapa oferece um nível de granularidade da informação que permite a sistematização das OSCs da seguinte maneira:

- Dados Gerais (CNPJ; natureza jurídica; localização; situação)
- Áreas e subáreas de atuação, de acordo com o código “CNAE”;
- Descrição da OSC;
- Titulações e certificações;

- Relações de trabalho e governança;
- Espaços de participação social;
- Projetos (incluindo vinculação a objetivos e metas dos ODS e parcerias);
- Fontes de recursos anuais.

Infelizmente, o grupo de OSCs voltadas ao grupo “desenvolvimento e defesa de direitos de interesses” (onde grande parte das entidades ambientalistas estão categorizadas) depende de um algoritmo de reclassificação para a atribuição finalidades de atuação mais específicas. Este algoritmo opera com base na razão social e no nome fantasia da organização, classificando estas OSCs em doze diferentes subgrupos.

Por meio desses dados, em 2018 o IPEA lançou um estudo do perfil das OSCs no Brasil. Uma das métricas aplicadas foi a finalidade das organizações, onde se encontra que entidades destinadas ao "Meio ambiente e proteção animal" constituem menos de 1% das OSCs identificadas. As Figuras 12 e 13 mostram os números dessas entidades no ano de 2016, separadas por finalidade:

Figura 12 — Número de OSCs, segundo a finalidade de atuação: Brasil (2016) [parte 1]

Finalidade das OSCs	Total	(%)	
		Em relação ao total	Em relação ao grupo
Saúde	6.841	0,8	100,0
Hospitais	2.646	0,3	38,7
Outros serviços de saúde	4.195	0,5	61,3
Cultura e recreação	79.917	9,7	100,0
Esportes e recreação	55.246	6,7	69,1
Cultura e arte	24.671	3,0	30,9
Educação e pesquisa	39.669	4,8	100,0
Educação infantil	8.381	1,0	21,1
Estudos e pesquisas	1.268	0,2	3,2
Educação profissional	972	0,1	2,5
Ensino médio	1.941	0,2	4,9
Ensino fundamental	9.509	1,2	24,0
Educação superior	3.242	0,4	8,2
Outras formas de educação/ensino	6.208	0,8	15,6
Atividades de apoio à educação	8.148	1,0	20,5

(Continua)

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2018).

Figura 13 — Números de OSCs, segundo a finalidade de atuação: Brasil (2016) [parte 2]

(Continuação)

Finalidade das OSCs	Total	(%)	
		Em relação ao total	Em relação ao grupo
Assistência social	27.383	3,3	100,0
Assistência social	27.383	3,3	100,0
Religião	208.325	25,4	100,0
Religião	208.325	25,4	100,0
Associações patronais e profissionais	22.261	2,7	100,0
Associações profissionais	14.276	1,7	64,1
Associações empresariais e patronais	7.985	1,0	35,9
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	339.104	41,3	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	41.611	5,1	12,3
Associações de pais, professores, alunos e afins	40.697	5,0	12,0
Associação de moradores	33.460	4,1	9,9
Associações patronais e profissionais	29.882	3,6	8,8
Centros e associações comunitárias	20.630	2,5	6,1
Cultura e recreação	14.091	1,7	4,2
Saúde, assistência social e educação	13.837	1,7	4,1
Religião	5.448	0,7	1,6
Meio ambiente e proteção animal	3.268	0,4	1,0
Desenvolvimento rural	2.288	0,3	0,7
Defesa de direitos de grupos e minorias	1.406	0,2	0,4
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	132.486	16,2	39,1
Outras atividades associativas	77.550	9,5	100,0
Associações em atividades não especificadas anteriormente	77.550	9,5	100,0
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2,3	100,0
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2,3	100,0
Total	820.186	100,0	100,0

Fonte: SRF (Brasil, 2016).
Elaboração do Ipea.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2018).

Pela maior abrangência das bases de dados cobertas e por conter atualizações mais recentes, a base de dados do IPEA foi consultada no presente estudo preferencialmente em relação à base de dados do IBGE. Apesar da considerável abrangência do mapeamento do IPEA, entretanto, importante registrar que a plataforma por vezes fica fora de ar ou não funciona corretamente.

Importante ressaltar também que, por se tratar de requisito legal, não cabe à OSC decidir participar do portal do Mapa. Assim, se caso legalmente constituída e correspondente aos quatro outros critérios anteriormente mencionados, a OSC obrigatoriamente populará o Mapa das OSCs. Isto porque os seus dados já integrarão as bases de dados utilizadas pelo Mapa para a coleta de informações.

Isso dito, o conceito de "entidade ativista" adotado pelo presente trabalho extrapola em alguns pontos o conceito legal de OSC identificado no item 2.3.1. Isso porque, compreendendo a natureza informal que pode ser assumida pela atividade ativista, não parece suficiente considerarmos apenas entidades que tenham se constituído juridicamente, ou seja: não parece suficiente que sejam consideradas apenas entidades registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Nesse caso, para os fins deste estudo, são entidades ativistas aquelas que: (i) são privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado; (ii) não possuem lucrativos; (iii) são autoadministradas; (iv) são voluntárias. Excluímos também entidades que integram as estruturas de instituições de ensino maiores, como núcleos de estudos de universidades federais. Ainda assim, só foram mapeadas as entidades localizadas em território nacional, seja por meio de sede ou filial.

Assim, a base de dados do Mapa das OSCs foi utilizada neste trabalho como fonte de checagem inicial, para o estabelecimento das primeiras hipóteses, e como fonte de checagem final para a complementação das entidades coletadas em outras bases de dados.

Outra base de dados utilizada foi o Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA), criado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) por meio da Resolução CONAMA nº 006 de 1989. O CNEA foi instituído para manter o registro das Entidades Ambientistas não governamentais atuantes no país. Podem se registrar neste cadastro, portanto, entidades não governamentais cuja finalidade principal seja a defesa do meio ambiente, e a plataforma é acessada por diversos órgãos (governamentais e não governamentais), brasileiros e estrangeiros, para a identificação de entidades e realização de parcerias, projetos, convênios e divulgações. O próprio CONAMA utiliza o cadastro na plataforma como pré-requisito para a eleição dos Conselheiros representantes das Entidades Ambientistas Cíveis em seu Plenário.

O cadastro no CNEA é regulamentado pela Resolução CONAMA nº. 292 de 2002, sendo necessário para tal:

- Preenchimento da ficha de cadastro;
- Apresentação de cópia do estatuto ou escritura da entidade ambientalista, devidamente registrado em cartório;
- Apresentação da cópia da ata de eleição da diretoria, registrada em cartório;
- Apresentação de comprovante atualizado de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas;
- Apresentação de relatório das atividades do último ano;
- Apresentação de atestado ou declaração de pleno e regular funcionamento (o relatório deve ser fornecido por autoridade legal ou por 3 entidades da região registradas no CNEA);
- Informar o número de associados;
- Existir há, ao menos, 1 ano.

Nesse caso, a inscrição das entidades no CNEA é voluntária, porém consideravelmente

burocrática. Ainda, ao contrário da reclassificação algorítmica realizada pela plataforma do IPEA para que as OSCs sejam classificadas no subgrupo "Meio ambiente e proteção animal", não é claro qual o critério (se há algum) a que uma entidade deva atender para ser compreendida como "entidade ambientalista".

Essa certa liberdade classificatória serve bem aos propósitos do presente trabalho. Isso porque, ao considerarmos a forte conexão histórica existente entre a evolução da pauta ambientalista e da pauta social no Brasil, explicitada no item 2.3, tratar de "entidades ativistas em defesa ambiental da Amazônia Legal" engloba não apenas as entidades cuja finalidade seja o endereçamento de pautas "puramente ambientais", mas também entidades com finalidades sociais e/ou culturais que tenham consequências mais ou menos imediatas à preservação do meio ambiente.

Ilustra-se: com base em dados do INPE até 2022, o solo indígena constitui a categoria fundiária mais preservada da Amazônia. As 327 áreas ocupadas por Povos Originários representam um quarto do bioma e só perderam 1,5% da vegetação primária, enquanto a supressão é de 24% no restante da região (Climainfo, 2023). A Figura 14 indica "ilhas verdes" formadas por áreas ocupadas por povos indígenas em Rondônia. Assim, é possível afirmar que a preservação dessas comunidades contribui para a preservação do meio ambiente da região - e as entidades cuja finalidade é esta também estarão presentes neste mapeamento.

Figura 14 — "Ilhas verdes" formadas por áreas ocupadas por povos indígenas

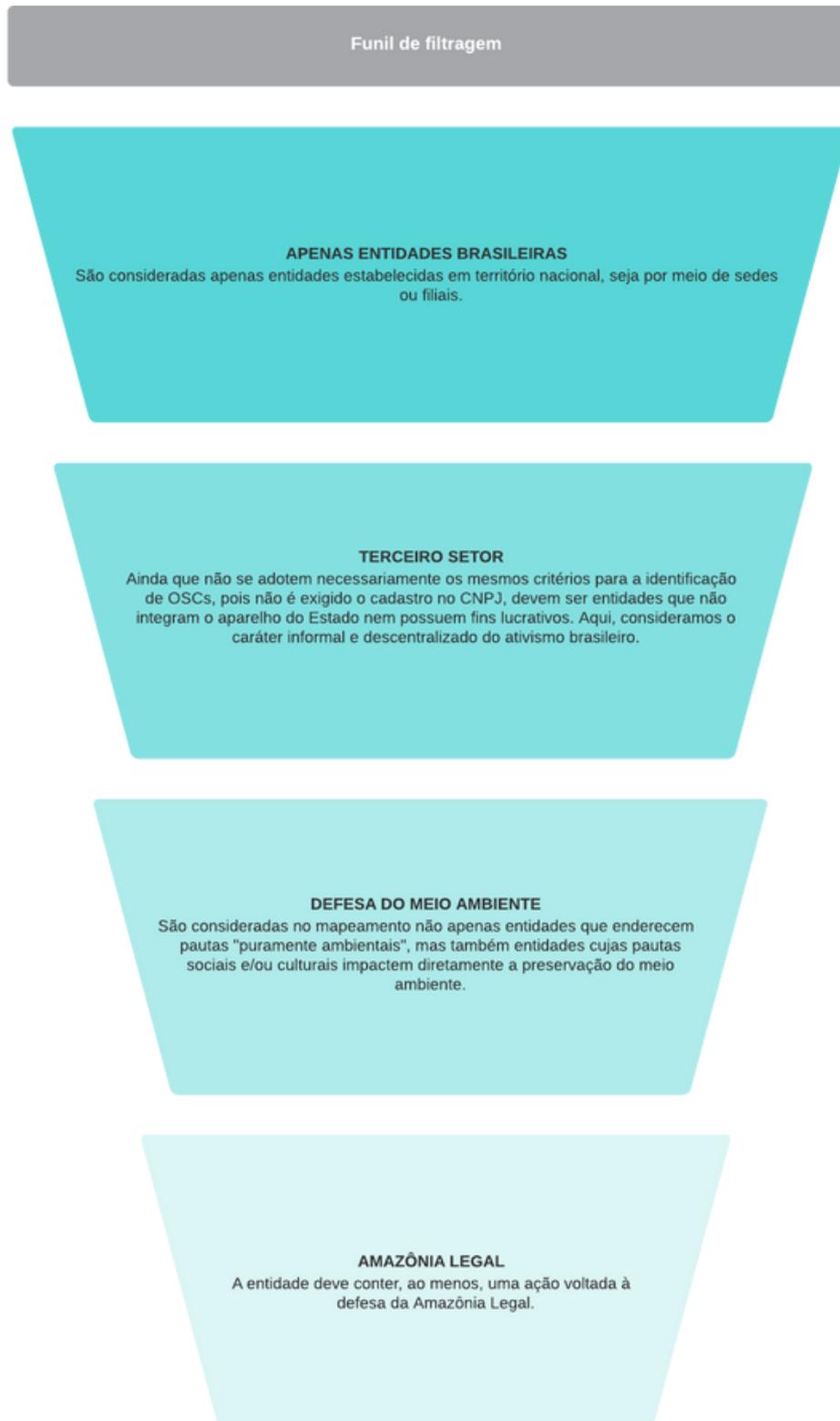


Fonte: ClimaInfo (2023).

As ações das entidades devem atingir especificamente o território da Amazônia Legal, conforme previamente descrito no item 2.4.1. Para tal mapeamento, foram verificadas todas

as informações disponíveis na web acerca das atividades e projetos das respectivas entidades, bem como foi levada em consideração a sua localidade em casos de falta de informações claras ou relevantes. Qualquer entidade que possua ao menos uma ação voltada à Amazônia Legal integrará este mapeamento. A seguir, a Figura 15 demonstra o esquema de filtragem de entidades descrito acima:

Figura 15 — Funil de filtragem de entidades



Fonte: O autor (2024).

Por fim, mas não menos importante, também foram utilizadas outras fontes disponíveis na web, como:

1. Redes e coalizões de entidades previamente existentes, a exemplo do Movimento Amazônia de Pé¹³, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)¹⁴ e da Aliança pela Restauração na Amazônia¹⁵;
2. Listas de entidades ambientais e sociais previamente criadas por outros veículos de comunicação, como a "Lista de organizações de apoio aos povos indígenas" criada pelo Instituto Socioambiental (ISA) (2021) e reportagens;
3. Pesquisas em redes sociais, predominantemente X, Facebook e Instagram, fazendo uso das correspondentes redes sociais do OBA;
4. Pesquisas no Google por meio de palavras-chave, como "ativismo", "Amazônia", "ONG", entre outras.

A predominância do uso de plataformas digitais para este mapeamento se justifica pelo suposto alto nível de conectividade da população brasileira, já explicitado no item 2.2.2, e pelo que imaginamos ser uma ascensão do ativismo digital e do ativismo pelas redes sociais. Nesse sentido, a pesquisa TIC Osfil¹⁶ (organizações como ONGs, associações, fundações e organizações religiosas no Brasil - ou seja, OSCs por definição), publicada em 2023 pelo cgi.br, indica que essa não é uma hipótese desarrazoada:

- 89% das OSCs usam celular; 74% usam notebook e 70% usam computador de mesa;
- 82% das OSCs usam a internet; 81% dessas ONGs usam por fibra ótica;
- 95% das OSCs que usam a internet enviam e-mails;
- 88% das OSCs que usam a internet enviam mensagens instantâneas;
- 85% das OSCs que usam internet fazem pesquisas online;
- 76% das OSCs pagam contas ou acessam informações bancárias online;
- 47% das OSCs fazem recrutamento de pessoal pela internet;
- 22% das OSCs recebem doações online;
- 11% do total das OSCs recebem doações por meio de plataformas ou redes sociais;
- 6% do total das OSCs recebem doações pelo website da instituição na internet;
- 4% do total das OSCs recebem doações por páginas de financiamento coletivo;
- 5% das OSCs têm site;
- 71% das OSCs têm pelo menos um perfil em redes sociais.

3.3 CATEGORIZAÇÃO DAS ENTIDADES MAPEADAS

Parte da proposta deste trabalho e do OBA é o oferecimento de uma base de dados de entidades voltadas à defesa da Amazônia com a possibilidade de aplicação de filtros de pesquisa. Assim, tomando por exemplo os filtros oferecidos pelo Mapa de OSCs, as entidades

13 Disponível em <https://amazoniadepe.org.br/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

14 Disponível em <https://coiab.org.br/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

15 Disponível em <https://aliancaamazonia.org.br/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

16 Disponível em <https://cetic.br/pesquisa/osfil/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

foram categorizadas de acordo com 'áreas de atuação e subáreas de atuação.

Após a obtenção de um espaço amostral considerável de entidades mapeadas, ficou evidente que grande parte das entidades se organiza por meio da realização de diversos projetos/ações/programas, que podem ter naturezas distintas entre si. Levando isso em consideração, foi decidido que a categorização individual de cada projeto ofereceria um panorama mais acurado que a categorização de entidades por inteiro. Abaixo, a Figura 16 demonstra um exemplo da categorização por projeto individual:

Figura 16 — Exemplo de categorização por projeto



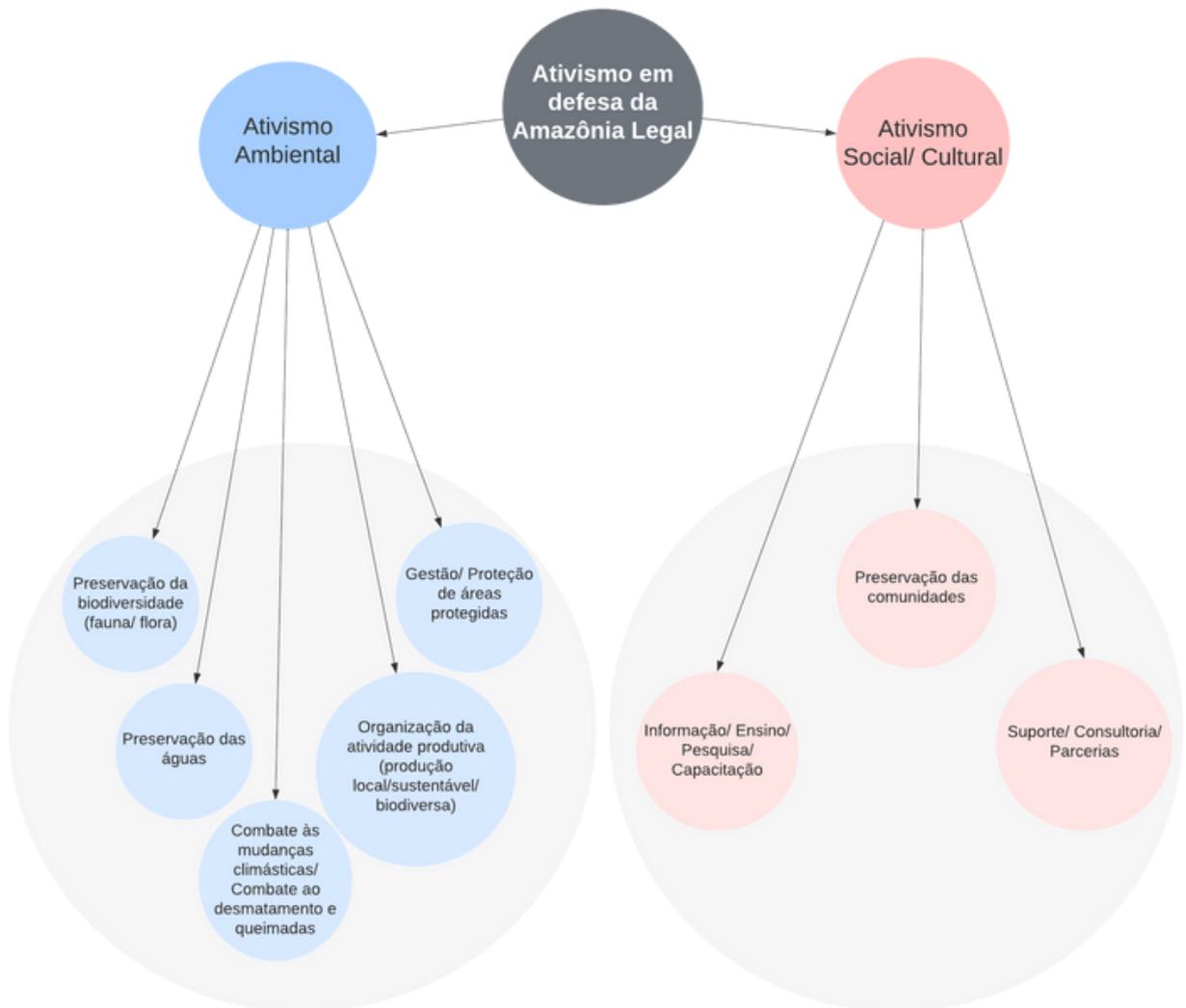
Fonte: O autor (2024).

Conforme mencionado anteriormente, não é possível apresentar uma figura clara do ativismo ambiental no Brasil se determinadas iniciativas sociais e culturais¹⁷ não forem contabilizadas de acordo com suas consequências imediatas para a preservação do meio ambiente. Essa categoria de ativismo inclui iniciativas voltadas a ensino, informação e pesquisa. Isso dito, a separação entre iniciativas de ativismo puramente ambiental e iniciativas de ativismo social e/ou cultural constituíram o marcador "área de atuação". No universo de (1) "ativismo ambiental", foram determinadas cinco sub-áreas de atuação diferentes, de acordo com uma análise conjunta dos projetos mapeados e dos riscos mais proeminentes da Amazônia Legal descritos no item 2.4.1 deste trabalho: (1.a) preservação da biodiversidade (fauna/flora); (1.b) preservação das águas; (1.c) combate às mudanças climáticas/combate ao desmatamento e queimadas; (1.d) organização da atividade produtiva (produção local/sustentável/biodiversa), e (1.e) gestão/proteção de áreas protegidas. Já no universo (2)

¹⁷ Não foram contabilizadas, entretanto, iniciativas estritamente artísticas, uma vez que o estudo da prática do "ativismo" constitui objeto de mapeamento separado.

ativismo social/cultural, a mesma análise ofereceu três subáreas distintas: (2.a) informação/ensino/pesquisa/capacitação; (2.b) preservação das comunidades, e (2.c) suporte/consultoria/parcerias. Abaixo, a Figura 17 represente o esquema visual das áreas e subáreas:

Figura 17 — Áreas e subáreas



Fonte: O autor (2024).

3.3.1 Exemplos de iniciativas de ativismo ambiental

Aqui, e para maior clareza, seguem exemplos de iniciativas correspondentes a cada uma das subáreas listadas:

- a. **Preservação da biodiversidade (fauna/flora):** projeto "AquaEla Pantanal", da entidade Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), que consiste na produção em viveiro de mudas de sementes nativas para plantio e restauração da flora pantaneira;
- b. **Preservação das águas:** projeto "Coalização pelas Águas", da entidade The Nature Conservancy, que consiste na elaboração de soluções baseadas na natureza para engajar os setores público e privado na conservação, recuperação e governança de bacias hidrográficas nas regiões da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica¹⁸;
- c. **Combate às mudanças climáticas/combate ao desmatamento e queimadas:** projeto "Carbono Florestal", da entidade Instituto Ecológica, que desenvolve o reflorestamento de áreas degradadas em assentamentos rurais visando a neutralização de emissões de gases de efeito estufa no Tocantins¹⁹;
- d. **Organização da atividade produtiva (produção local/sustentável/biodiversa):** projeto "Germinando Mudanças Sustentáveis", da entidade Centro de Estudos Rio Terra, que estruturou e organizou a atividade de confecção de artesanatos como alternativa à pecuária bovina, mineração e extração de madeira para a geração de renda no município de Itapuã do Oeste/RO²⁰;
- e. **Gestão/proteção de áreas protegidas:** projeto "Gestão Ambiental e Territorial Integrada de Terras Indígenas na Amazônia Oriental", da Instituto Sociedade, População e Natureza, que capacita e instrumentaliza povos de 10 Terras Indígenas com ferramentas de gestão, governança e proteção territorial²¹.

3.3.2 Exemplos de iniciativas de Ativismo social/cultural

Aqui, também, seguem exemplos de iniciativas correspondentes a cada uma das subáreas listadas:

- a. **Informação/ensino/pesquisa/capacitação:** projeto "Monitoramento da Amazônia", da entidade Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, que (i) utiliza imagens de satélite e bancos de informações para monitorar e analisar as principais pressões humanas sobre a Amazônia Legal, (ii) capacita servidores públicos, estudantes e a sociedade civil, e (iii) democratiza o uso das geotecnologias por meio da disponibilização de dados, boletins, relatórios e publicações científicas²²;
- b. **Preservação das comunidades:** projeto "Saúde na Floresta", da entidade Fundação

18 Mais informações em <https://www.tnc.org.br/o-que-fazemos/nossas-iniciativas/agua/coalizao-pelas-aguas/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

19 Mais informações em <https://www.ecologica.org.br/carbono-florestal/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

20 Mais informações em <https://rioterterra.org/germinando-mudancas-sustentaveis-copy/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

21 Mais informações em <https://ispn.org.br/programas/programa-povos-indigenas/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

22 Mais informações em <https://amazonia.org.br/programas/monitoramento-da-amazonia/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

Amazonas Sustentável, que elaborou estratégias para aprimorar o acesso a serviços essenciais de saúde a populações tradicionais e povos indígenas do Amazonas durante a pandemia do Covid-19, incluindo populações localizadas em áreas remotas²³;

c. **Suporte/consultoria/parcerias:** projeto "Gestão Política e Gestão Governamental", da entidade Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, que oferece suporte técnico na elaboração, acompanhamento e discussão legislativa e popular de projetos de Lei²⁴.

3.4 RESULTADOS DO MAPEAMENTO

Conforme mencionado, não há a intenção de que o presente repositório apresente todas as entidades ativistas com ações em defesa do meio ambiente da Amazônia Legal. Isso se dá por dois motivos: (i) muitas entidades não podem ser mapeadas desde já por não possuírem nem personalidade jurídica, nem presença digital (website ou redes sociais). Assim, não há como encontrá-las por meio da metodologia aplicada ao presente trabalho, o que ressalta o quão imperioso é que o OBA se constitua como um ambiente vivo que siga se alimentando de novas informações, e (ii) a natureza descentralizada e informal do ativismo no Brasil faz com que muitas entidades menores se criem e sejam rapidamente dissolvidas, o que torna impossível que qualquer mapeamento esteja sempre atualizado. Ainda, muitas iniciativas com estruturas que se assemelham muito a entidades individuais na verdade são projetos separados de entidades pré-existentes, às vezes formados mediante a contribuição de duas ou mais entidades. Um exemplo é o Canal Ninja Amazônia²⁵, que, na verdade, é um projeto da Mídia Ninja criado especificamente com o propósito de endereçar as questões da Amazônia.

Isso dito, é ainda assim possível afirmar que as entidades mais representativas e proeminentes que possuem tal finalidade estão contidas neste mapeamento. Isso pode ser afirmado porque, durante a coleta dos dados das entidades, foi perceptível que as redes e coalizões mais representativas tendem a sempre contar com a participação das entidades mais representativas - ou seja, as listas de membros das maiores redes e coalizões contavam com a presença, em sua maioria, das mesmas entidades. São dez das entidades mais frequentemente presentes:

1. Associação SOS Amazônia;
2. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON);
3. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM);
4. WCS Brasil Amazônia (Associação Conservação da Vida Silvestre);

²³ Mais informações em <https://fas-amazonia.org/programas/saude-na-floresta/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

²⁴ Mais informações em <https://renctas.org.br/gestao-politica-e-gestao-governamental/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

²⁵ Disponível em <https://casaninjaamazonia.org/noticias-2/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

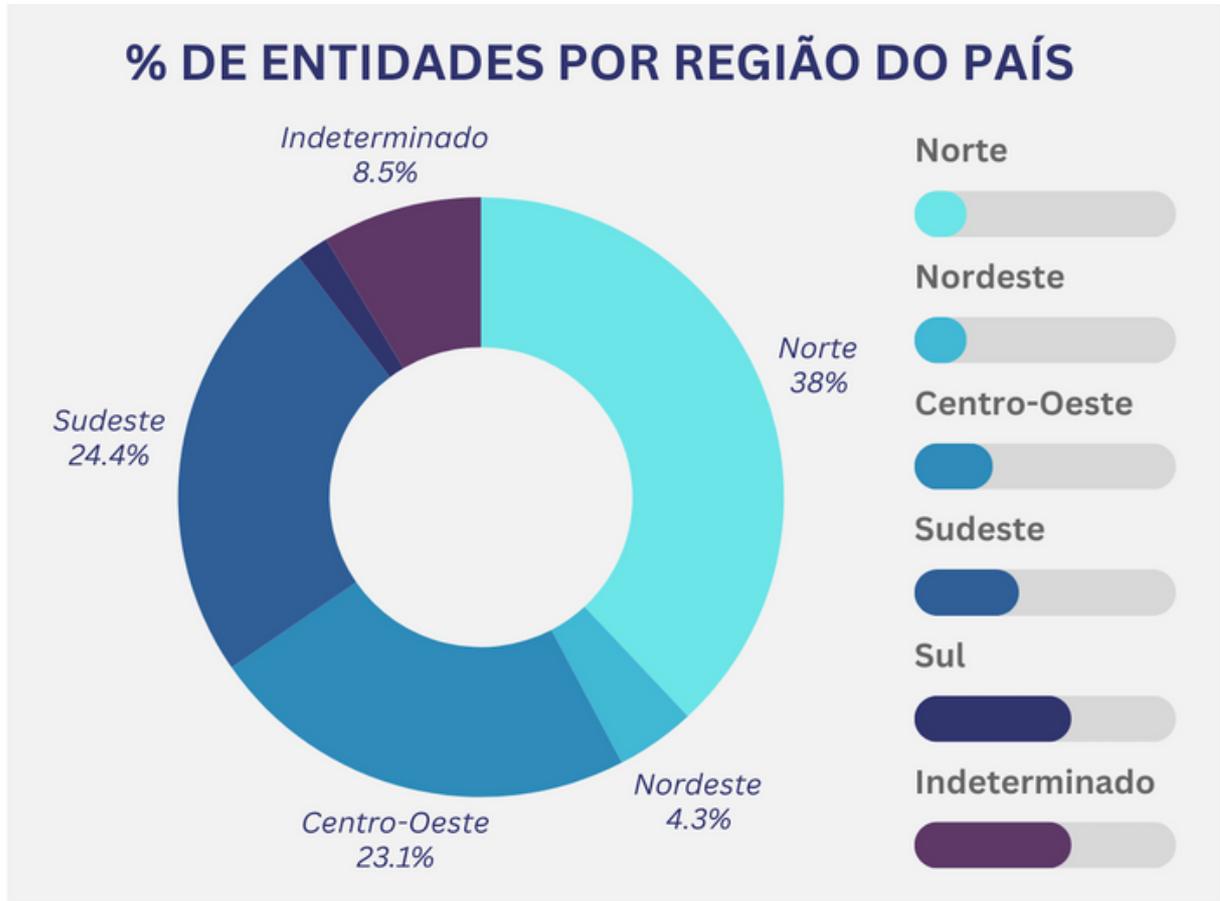
5. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Bras (COIAB);
6. Fundação Amazônia Sustentável (FAS);
7. Greenpeace Brasil;
8. Instituto Socioambiental (ISA);
9. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA);
10. Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO);

É particularmente interessante (e adequada) a tendência dessas entidades à formação de redes, como aquelas mencionadas por Castells (2017) e Santaella (2010). Essas redes se apresentam no formato de "articulações" e "coalizões", e por meio delas as entidades se engajam conjuntamente em busca de um fim comum. Um bom exemplo é a articulação "Agro é Fogo"²⁶, que idealiza a formação de um dossiê sobre e avanço de incêndios nos territórios do Cerrado, Amazônia e Pantanal e, para tal, coordena as contribuições de 43 outras organizações.

Os quadros presentes nos Anexo A e B deste estudo representam as 234 entidades que foram identificadas como correspondentes a todos os critérios mencionados no item 3.2, de acordo com análises diferentes. Os resultados obtidos serão avaliados de acordo com os marcadores de (i) localidade, (ii) presença digital, e (iii) status de personalidade jurídica (inscrição no CNPJ). A Figura 18 representa, em forma de gráfico, os resultados obtidos separados por localidade, expressos no Quadro 1 (anexo A):

²⁶ Disponível em <https://agroefogo.org.br/quem-somos/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

Figura 18 — % de entidades por região do país



Fonte: O autor (2024).

Aqui, é possível verificar que Hipótese 1 não se concretizou, e que a maior parte das entidades mapeadas se localiza na região Norte - região que abrange a maior parte da Amazônia Legal. Contrariando em parte a tendência de concentração das OSCs na região Sudeste, verifica-se que o ativismo voltado à defesa da Amazônia Legal preserva proximidade geográfica em relação aos locais em que a ação não-virtual se faz necessária.

Podemos pensar em duas explicações para isso.

A primeira explicação trata da natureza das soluções que os riscos ambientais aos quais a Amazônia Legal é submetida demandam. Significa dizer que, ainda que seja possível que algumas formas de ativismo sejam praticadas à distância, os tipos de solução que se fazem necessárias nesse caso ultrapassam aquilo que, por enquanto, ainda pode ser feito por meio de plataformas digitais. Importante ressaltar, entretanto, que a região Sudeste fica em segundo lugar, ultrapassando o Centro-Oeste (que concentra a segunda maior parcela da Amazônia Legal) e o Nordeste (que contém o estado do Maranhão). Assim, é possível dizer que a Hipótese 1 estava parcialmente errada, mas ainda é possível sustentar que a região Sudeste tem uma proeminência nos resultados que não corresponde à sua posição geográfica em relação à Amazônia Legal - o contrário do que ocorre com a região Sul, que aparece em

último lugar.

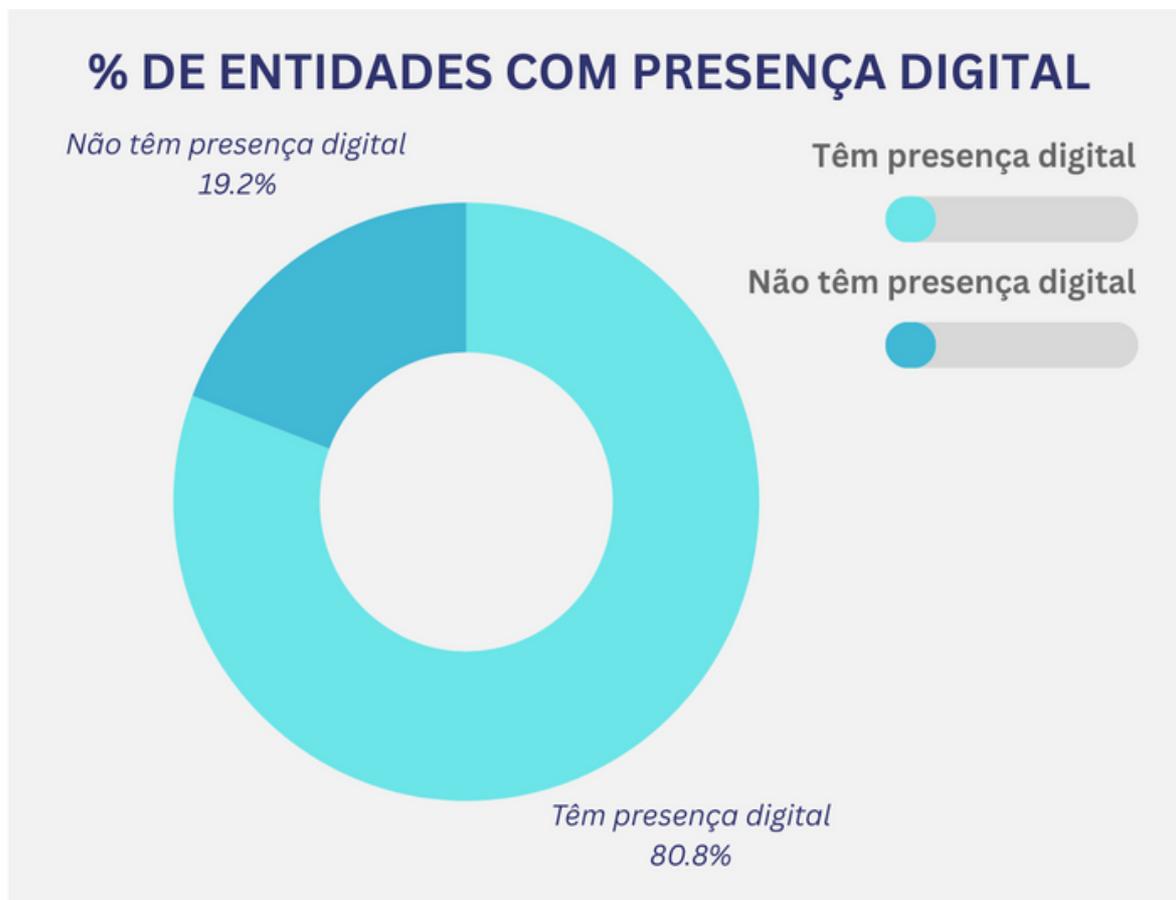
A segunda explicação retorna a Latour (2020), no que diz respeito à falha dos movimentos ecológicos. Significa dizer que o ambientalismo no Brasil ainda não foi capaz de cativar a atenção e opinião políticas da maior parte da população para que a pauta ambiental passe a ser o centro dessas discussões. Como resultado, o Sudeste, região mais populosa do país, ainda não se encontra devidamente mobilizado para endereçar a crise ambiental dos biomas da Amazônia Legal, e o engajamento obtido, em números, é apenas ameno.

A distribuição de entidades mapeadas por estado, entretanto, enfraquece a segunda explicação: 1. Pará (15,8%); 2. São Paulo (15,4%); 3. Mato Grosso (12,8%); 4. Amazonas (9,8%); 5. Rio de Janeiro (7,3%); 6. Distrito Federal (6,8%); 7. Acre e Amapá (ambos com 3,8%); 8. Maranhão (3,4%), 9. Tocantins (3%); 10. Goiás (2,1%), e 11. Minas Gerais (1,7%). 8,5% das entidades mapeadas não possuíam determinação de localidade.

O destaque do estado de São Paulo nos resultados por estado indica que a primeira explicação é mais acurada que a segunda.

Quanto aos resultados da presença digital das entidades mapeadas, a Figura 19 faz uso das informações do Quadro 2 (Anexo B), e é conforme segue:

Figura 19 — % de entidades com presença digital

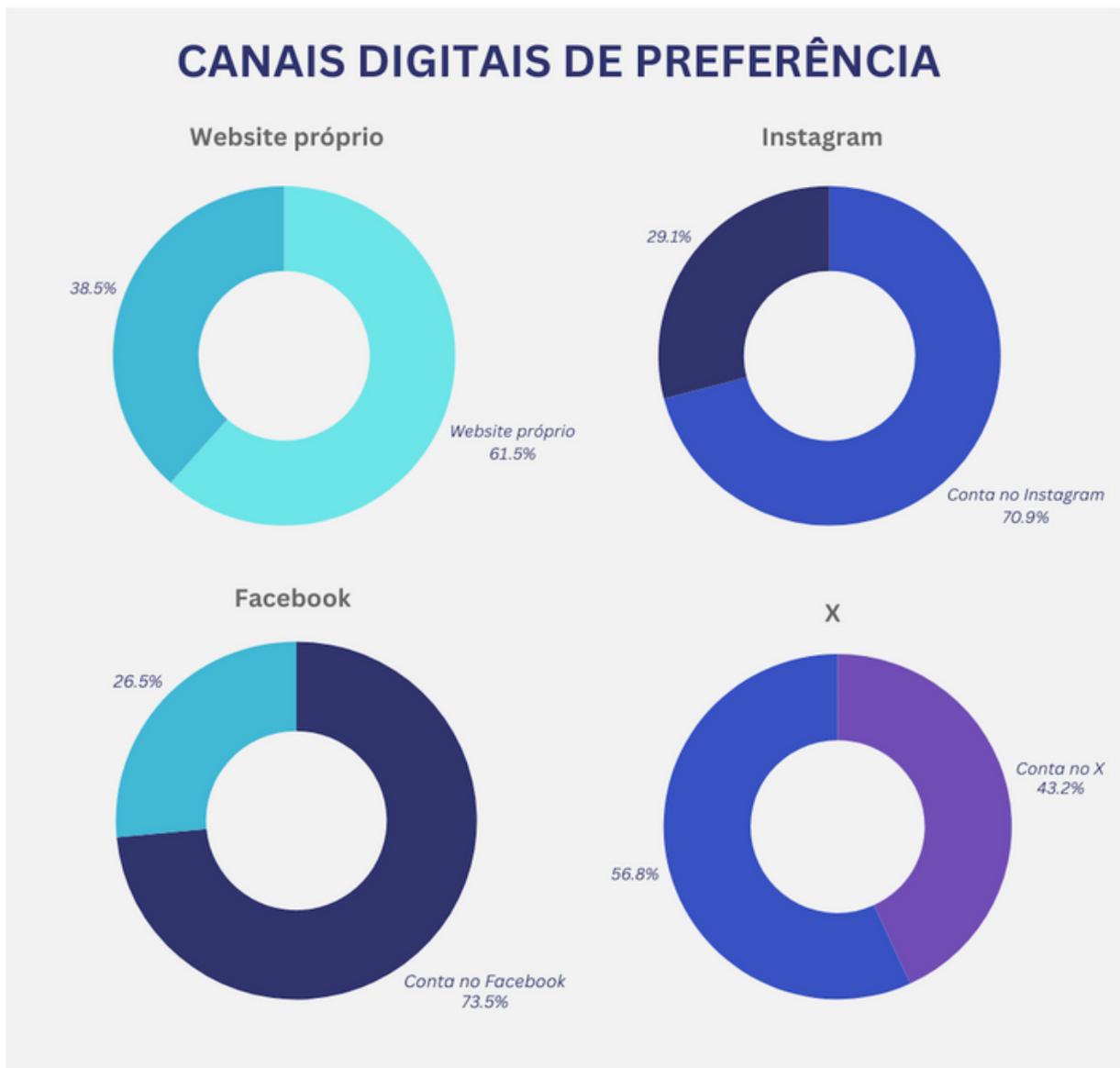


Fonte: O autor (2024).

Como se vê, a Hipótese 2 se confirma: 80,8% das entidades têm presença digital, seja por meio de website próprio ou das redes sociais. Um recorte por tipo de presença digital mostra um panorama mais claro sobre as preferências das entidades em relação aos meios digitais mais escolhidos.

A Figura 20, ainda fazendo uso do Quadro 2, separa a presença digital mapeada de acordo com os canais digitais mais utilizados pelas entidades:

Figura 20 — Canais digitais de preferência



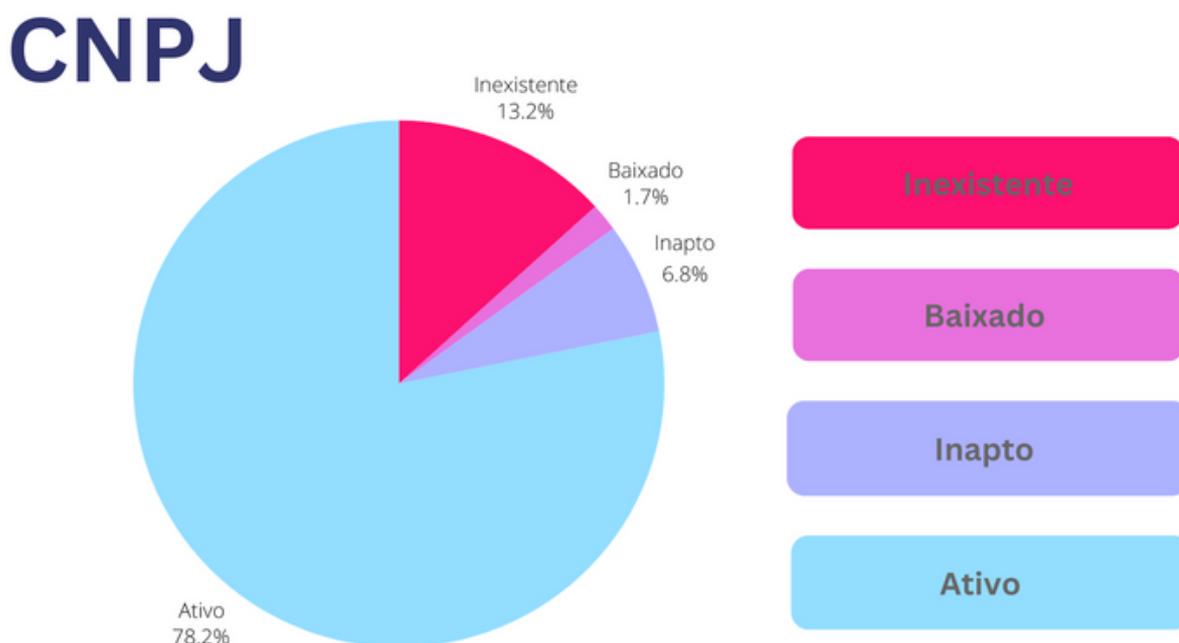
Fonte: O autor (2024).

A maior parte das entidades tinha um ou mais canais de presença digital. Entre eles, o website próprio, Facebook, Instagram e X forma os mais utilizados (seguidos do LinkedIn). 61,5% das entidades mapeadas possuem website próprio, 73,5% possuem conta de usuário no Facebook, 70,9% possuem conta de usuário no Instagram e 43,2% possuem conta de usuário

no X (antigo Twitter). Não é um resultado que surpreende, mas a prevalência do uso de redes sociais ao uso de websites próprios confirma que a facilidade de uso, acessibilidade das redes sociais e, principalmente, sua característica dinâmica e socializadora as transforma em insumo básico para os movimentos sociais na era da informação.

Por fim, quanto às características de personalidade jurídica, encontram-se os resultados mais surpreendentes. A Figura 21 representa também dados retirados do Quadro 1, e mapeia os status de inscrição no CNPJ das entidades:

Figura 21 — Status do CNPJ



Fonte: O autor (2024).

Este resultado contradiz em absoluto a Hipótese 3. Contrariamente ao esperado, grande parte das entidades mapeadas possui inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, e, mais ainda, encontram-se com o cadastro ativo. Em todos os casos em que o cadastro está inapto, os cartões de CNPJ indicam como motivo a omissão de declarações, e três dos casos em que o cadastro está baixado, o cartão indica a baixa voluntária. Um único caso indica baixa por omissão contumaz. É possível supor que um dos motivos disso seja a facilidade com que, ao possuir um cadastro no CNPJ, uma entidade pode realizar parcerias com outras entidades do terceiro setor, empresas ou órgãos governamentais. Ainda, abre-se a possibilidade da abertura de contas em bancos no nome da entidade, o que é importante em casos de prospecção de doações e incentivos. Isso representa um nível de organização do ativismo brasileiro maior que o esperado inicialmente.

O alto índice de adesão das entidades ao CNPJ também atesta pela eficiência de mapeamentos como o realizado pelo Mapa das OSCs, e por sua confiabilidade como fonte

primária para este trabalho - ainda que os filtros de áreas e subáreas oferecidos pela plataforma não tenham o nível detalhamento necessário para este estudo.

Assim, por fim, são os resultados de áreas e subáreas deste mapeamento, por região do país:

Na região Norte, há a prevalência de projetos voltados à área do ativismo social/cultural, com 61,2% dos projetos sendo voltados a esta área de atuação, e 38,8% dos projetos voltados à área do ativismo ambiental. No Nordeste, 75% dos projetos são voltados à área de atuação do ativismo social/cultura, enquanto os outros 25% são voltados ao ativismo ambiental. No Centro-Oeste, 67,6% dos projetos são voltados à área do ativismo social/cultural, enquanto 32,4% se voltaram à área do ativismo ambiental. No Sudeste, 78,8% dos projetos foram voltados ao ativismo social/cultural, enquanto 21,3% se voltaram ao ativismo ambiental. Por fim, no Sul, todas as iniciativas eram voltadas ao ativismo social/cultural. Entre as sub-áreas, a diferença de distribuição é mais gritante. A Figura 22 indica os resultados de áreas e subáreas de atuação por região do país.

Figura 22 — Distribuição de áreas e subáreas de atuação por região

		% por região					
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
Áreas de atuação	Ativismo Ambiental	Preservação da biodiversidade (fauna/flora)	3.2	12.5	14.5	5.4	0
		Preservação das águas	3	0	0.9	0	0
		Combate às mudanças climáticas/Combate ao desmatamento e queimadas	5.6	0	2.7	2.1	0
		Gestão/Proteção de áreas protegidas	3.8	0	5.4	2.1	0
		Organização da atividade produtiva (produção local/sustentável/biodiversa)	24.2	12.5	9	11.7	0
	Ativismo Cultural/Social	Informação/Ensino/Pesquisa/Capacitação	33.7	50	35.1	45.7	0
		Preservação de comunidades	21.6	25	20.7	14.9	66.7
		Suporte/Consultoria/Parcerias	4.9	0	11.7	18.1	33.3

Fonte: O autor (2024).

Aqui, podemos notar algumas tendências interessantes. A primeira é a predominância disparada da prática do ativismo de informação, ensino, pesquisa e capacitação em relação às outras modalidades - tendência essa que se mantém em todas as regiões, com exceção da região Sul. Uma hipótese que pode explicar tal disparidade nos remete novamente à prática do ativismo digital, que propicia tais atividades (baseadas na troca de dados por meio das mais diversas plataformas). Assim, a divulgação de informações de qualquer natureza, que antes dependia da presença física (no caso do ensino e capacitação) ou do suporte de meios de comunicação e mídia de massa (no caso de informação e divulgação de pesquisas), hoje ocorre com extrema facilidade por meio da conectividade. Isso valida parte da Hipótese 1, que ainda assim segue parcialmente equivocada.

Outra hipótese é a tendência que as pautas ambientais e sociais têm de se excluírem em vez de se complementarem. Se trata de um conflito antigo herde de um movimento

ambientalista que se desenvolve no berço de processos contraditórios, quais sejam: a democratização e a crise econômica global. Nesse contexto, se constrói uma falácia de que é necessário que se realize uma escolha: ou se endereça a pauta ambiental, ou se endereça a pauta social, porque ambas não podem ser endereçadas concomitantemente. Isso considerado, os resultados indicam uma inegável tendência ao endereçamento das pautas sociais.

Ainda, a possibilidade do uso de plataformas digitais também se apresentou, em casos muito isolados, em modalidades imprevistas de ativismo puramente digital. É o caso da Amazônia Minada²⁷, conta de usuário no X pertencente a um projeto criado pela InfoAmazonia, que, por meio de um robô, analisa todos os dias os requerimentos registrados na Agência Nacional de Mineração (ANM). Ao localizar requerimentos que se sobreponham a terras indígenas e unidades de conservação integral da Amazônia Legal, automaticamente o robô realiza uma postagem de denúncia. Também é o caso do Núcleo Digital²⁸, entidade formada por hackers que desenvolveu, entre outros projetos, o website da campanha "Amazônia Passa Aqui" como forma de conscientização e provocação de debates voltados às necessidades da Amazônia Legal e políticas públicas correspondentes.

O impacto da distância em relação ao objeto das ações do ativismo (no caso, a Amazônia Legal) pode ser notado, entretanto, quando confrontamos as porcentagens de atividades da área de "ativismo ambiental" com as respectivas localidades. Ou seja: naturalmente, os índices de projetos voltados às subáreas de ativismo ambiental diminuem de acordo com o aumento da distância entre a respectiva região e o território da Amazônia Legal. Por isso não é surpreendente que a região Sul tenha apenas iniciativas de ativismo social/cultural, nem que no Sudeste o segundo maior índice seja o de atividades voltadas a suporte, consultoria e formação de parcerias.

O que surpreende é que ainda na região Norte o índice de entidades que endereçam pautas como a preservação das águas e a preservação da biodiversidade seja tão baixo - ainda que seja necessário reconhecer que, por muitas vezes, as categorias das subáreas que determinamos convergem. Não é forçoso dizer, por exemplo, que a substituição de práticas produtivas de extração por práticas produtivas sustentáveis impactam, em alguma escala, o combate ao desmatamento e à crise climática. Ainda assim, falamos de um resultado secundário, não de um efeito não imediato.

Significa, ainda, que precisemos desenvolver formas de potencializar o impacto do uso das tecnologias cibernéticas no endereçamento das questões da Amazônia Legal, ou podemos correr o risco de estarmos nos restringindo a modalidades de ação que consistem predominantemente em discurso. Pensando mais do que agindo.

²⁷ Disponível em https://x.com/amazonia_minada?lang=en. Acesso em 21 de jul de 2024.

²⁸ Disponível em <https://nucleodigital.cc/>. Acesso em 21 de jul de 2024.

4 CONCLUSÃO: PENSAMOS. AGORA, COMO AGIR?

Este trabalho se propôs a analisar o estado do ativismo no Brasil voltado à preservação da Amazônia. Mais do que oferecer um mapeamento exaustivo das entidades voltadas a esta prática, o que seria impossível, este trabalho se propõe a pintar um retrato do estado da obra dessas iniciativas e, em certa medida, propor um diagnóstico. Mais do que isso, o panorama oferecido por este estudo integra um conjunto maior de outras produções e contribuições que, culminando na criação do OBA, também investigam as melhores formas através das quais um observatório pode colocar em ação todos os conhecimentos que temos em relação às novas condições do planeta - o Antropoceno.

As palavras de Latour (2020) são verdadeiras. A ecologia falhou em sua missão de conquistar as paixões políticas das comunidades, tanto globais quanto locais, e isso pode ser notado, em grande escala, no agravamento das questões ambientais e climáticas ao redor do globo. Afinal, como o ser humano pôde deixar a questão ambiental atingir um ponto em que a própria existência humana é colocada em risco? Mais ainda: como pode seguir deixando?

Estar diante deste cenário é assustador, e convida ao pensamento.

Em escala local, a história da Amazônia e os resultados de sua exploração e do descaso prolongado do Estado em relação ao desenvolvimento da região indicam que, se nada foi feito até agora para reverter um prognóstico nefasto de destruição, é porque esta mesma exploração e este mesmo descaso servem aos interesses de alguma camada da sociedade. Mais ainda, as políticas (brasileira e global) chegam ao ponto em que é mais preocupante ter os olhos do Estado e outras nações interessados na Amazônia do que não. Afinal, todos querem poder ter o direito sobre as riquezas naturais que ainda restam num planeta em que a marca deixada pelo humano é tão profunda que o Terrestre se torna um agente político com direito de resposta à ação do homem. Nesta situação, era melhor o descaso.

A convergência entre a miríade de riscos aos quais a Amazônia Legal, território tão importante para a manutenção das condições de clima e biodiversidade do planeta, está submetida e o aterrorizante panorama histórico e político que se debruçou sobre aqueles biomas e suas comunidades nos ensina que repensar a condição do humano em relação ao ambiente não pode depender apenas de políticas globais. Depende também de ações a nível local, e de nos convidarmos a não apenas pensar, mas também a agir.

O ativismo tenta cobrir o vácuo deixado pela falha da ecologia. De um lado, o ativismo brasileiro tenta preservar a Amazônia Legal e seus biomas e comunidades por meio de ações práticas. De outro, trava uma batalha injusta com os eixos do pensamento político dos Modernos, se esforçando trazer a pauta do Antropoceno para o centro das agendas políticas, com sucessos e perdas, mas, principalmente, com muita demora. O Terrestre, entretanto, não nos espera.

A lentidão não surpreende. Em suas origens, o ativismo brasileiro, especialmente a

pauta ambiental, foram submetidos a uma série de condições que os transformaram numa massa confusa e espumosa, difícil de entender e difícil de manejar. A legislação brasileira é vasta e confusa, as influências internacionais são conflituosas com políticas internas, e o terceiro setor se desenvolveu como uma forma de a sociedade civil endereçar tudo aquilo que o Estado e o mercado deixaram para trás. Em outras palavras, o resto. No Brasil e em outros países periféricos, entretanto, o resto é sempre muita coisa. Isso faz com que, por vezes, seja difícil escolher qual pauta endereçar primeiro. Em um país em que pessoas ainda morrem de fome e que frequentemente dança na corda bamba da linha da pobreza, é fácil esquecer que endereçar a pauta ambiental não significa deixar de lado as pautas sociais. Muito pelo contrário, significa compreender que são pautas inseparáveis e, portanto, evoluem em conjunto.

A urgência da pauta ambiental nos força a repensar o papel do humano no ambiente e nos força também a resgatar a ecologia e o ativismo para encontrar soluções mais criativas para a questão amazônica. Compreender, assim, o ativismo para depois repensá-lo se faz essencial.

Os resultados deste mapeamento não poderiam, nessa medida, soar mais como o ativismo brasileiro repensando a si mesmo. O diagnóstico é de transição e redescoberta. Entidades ativistas se valem de novas tecnologias para descobrir novos potenciais. Enquanto o ativismo digital permite que pessoas em localizações diametrais em um mesmo país possam se engajar diante de uma mesma causa, as redes sociais também permitem que o discurso ativista atinja um público que antes era inatingível. São muitos poderes e muitas responsabilidades, e essas potências antes inexploradas passaram a ser aproveitadas ao máximo. Não é coincidência que mais de 80% das entidades mapeadas conte com presença digital ao mesmo tempo que a maior parcela das práticas ativistas se concentra em atividades voltadas ao discurso e à troca de informações. O que, por si só, não é um problema. O problema é sempre a demora.

Entidades ativistas interessadas na pauta da preservação da Amazônia se sobrepõem e se acumulam de forma confusa nas esferas municipal, estadual e federal, sem uma organização clara sobre quais dos problemas da Amazônia estão sendo realmente endereçados e quais estão sendo deixados de lado. Por ser naturalmente tendente à formação de redes de apoio, várias entidades se aglutinam em torno de pautas comuns, enquanto outras questões acabam sendo marginalizadas pelo interesse da comunidade. As novas tecnologias, enquanto criaram novas redes e novos públicos, também descentralizaram ainda mais essas estruturas já precárias. É possível que estejamos falando demais sobre ESG e de menos sobre as reais condições das bacias hidrográficas? É possível que estejamos falando demais sobre a estrutura do jornalismo de denúncia e de menos sobre as reais condições da onça-pintada? É possível que estejamos falando demais e fazendo de menos?

É possível, mas não é o caso. O movimento ativista também vem claramente buscando

por formas de organização própria, mesmo que por meio da composição de personalidades jurídicas por meio de inscrições no CNPJ e da formação de parcerias estatais. O caso é que as estruturas que moldaram o ativismo no Brasil não podem ser mudadas, pois estão no passado, mas a descoberta de que a prática ativista se reinventou com o uso das novas tecnologias deixa no ar uma nova promessa: a promessa de que repensar essas mesmas tecnologias de forma mais centralizada e eficiente também pode propor novos moldes à organização ativista no futuro. No futuro próximo, de preferência.

Temos pressa porque o Holoceno nos deixa aos poucos, e é imperioso agir sobre a chegada do Antropoceno. Enquanto este trabalho oferece uma pintura do estado do ativismo voltado à defesa da Amazônia no Brasil, o OBA se apresenta como uma plataforma que possibilita que, considerado este panorama e suas falhas e potências, as mesmas entidades que pretendem proteger o território amazonense possam coordenar suas atividades de maneira mais clara e informada - constituindo assim uma ferramenta tecnológica para desenrolar um novelo de lã que se enrolou para dentro e, possivelmente, permitir que o ativismo sobre a Amazônia cause impactos mais eficientes, claros e direcionados.

REFERÊNCIAS

BOLSONARO: Vamos botar ponto final em todos ativismos do Brasil. Band Jornalismo. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MjUg2iydfzU>. Acesso em: 1 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Lei Complementar n. 31, de 10 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 12 de outubro de 1977, ano 1977, p. 13729. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 10406, de 09 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 11 de janeiro de 2002, ano 2002, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 10825, de 21 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 23 de dezembro de 2003, ano 2003, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.825.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 13019, de 30 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 01 de agosto de 2014, ano 2014, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 13204, de 13 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935.. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 15 de dezembro de 2015, ano 2015, p. 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13204-14-dezembro-2015-782094-publicacaooriginal-148943-pl.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 1806, de 05 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 06 de janeiro de 1953, ano 1953, p. 276. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 5173, de 26 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 31 de outubro de 1966, ano 1966, p. 12563. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15173.htm#art64. Acesso em: 29 jul. 2024.

BREINDL, Yana. Critique of the Democratic Potentials of the Internet: A Review of Current Theory and Practice. **TripleC**, v. 8, n. 1, 04 abril 2010. Disponível em: <https://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/159>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BROWN, Ian C.. **The DNA of web observatories**. Southampton, 2017 Tese (Filosofia) - University Of Southampton.

BUARQUE, Cristovam. **Os instrangeiros**: a aventura da opinião na fronteira dos séculos. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

CANIËLS, Marjolein C.J.; BAKENS, Ralph J.J.. The effects of Project Management Information Systems on decision making in a multi project environment. **International Journal of Project Management**, v. 30, p. 162-175, fev 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2011.05.005>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, v. 3, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos de A. Medeiros. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, v. 3, 2017.

CGI.BR. **TIC Organizações sem fins lucrativos**. cetic.br. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/osfil/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

CLIMAINFO. **Desmatamento destrói até 92% no entorno de Terras Indígenas na Amazônia**. Climainfo.org. 2023. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/09/21/desmatamento-destroi-ate-92-no-entorno-de-terras-indigenas-na-amazonia/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

DEVELOPERS. **Understanding PlanetScope Instruments**. Planet API. 2024. Disponível em: <https://developers.planet.com/docs/apis/data/sensors/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

DIGITAL 2024 global report. Datareportal. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report>. Acesso em: 29 jul. 2024.

DIGITAL 2024: Brazil. Datareportal. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>. Acesso em: 29 jul. 2024.

EL PAÍS. Madri, 2017. Tecnologia. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/08/tecnologia/1512753235_185478.html. Acesso em: 29 jul. 2024.

FATHEUER, Thomas. Novos caminhos para a Amazônia?: O programa pilot do G-7 - Amazônia no contexto internacional. **Cadernos de Proposta**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 5-46, 1994.

FILHO, Herculano Barreto; MELLO, Igor; FERREIRA, Lola. 'Ativismo judicial tem sangue de policial nas mãos', diz polícia do Rio... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/06/policia-do-rj-ataca-restricao-do-stf-a-operacoes-ativismo-judicial.htm?cmpid=copiaecola>. **Uol**. Rio de Janeiro, 2021. Segurança Pública. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/06/policia-do-rj-ataca-restricao-do-stf-a-operacoes-ativismo-judicial.htm>. Acesso em: 29 jul. 2024.

FOWLER, Alan. The Role of NGOs in Changing State Society Relations: Perspectives From Eastern and Southern Africa. **Development Policy Review**, Londres, v. 9, n. 1, p. 53-83, mar 1991.

FÓRUM AMAZÔNIA SUSTÁVEL E MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO. **Conexões sustentáveis**: Quem se beneficia com a destruição da Amazônia?. Reporter Brasil. 2008. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/imported/documentos/conexoes_sustentaveis.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

GENRO, Tarso; GENOÍNO, José. O controle público do Estado. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 1995. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/22/opinia0/9.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GEORGE, Jordana J.; LEIDNER, Dorothy E.. From clicktivism to hacktivism: Understanding digital activism. **Information and Organization**, v. 29, n. 3, set 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1471772717303470?via%3Dihub>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GOHN, Maria Da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edicoes Loyola, v. 1, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GOMES, Wilson. "Nós somos a rede social": O protesto político entre as ruas e as redes. *In*: MENDONÇA, Ricardo Fabrino (Org.); PEREIRA, Marcus Abílio (Org.); FILGUEIRAS, Fernando (Org.). **Democracia digital**: Publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret E.. **Greening Brazil**: Environmental Activism in State and Society. Durham: Duke University Press, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IPEA. **Amazônia Legal**.

Geociências. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 29 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **FASFIL**: As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. IBGE.gov. 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA AVANÇADA - IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa>. Acesso em: 29 jul. 2024.

INSTITUTO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON. **Desmatamento na Amazônia atinge pior primeiro semestre em 15 anos**. Imazon.org. 2022. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-atinge-pior-primeiro-semester-em-15-anos/#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20viveu%20no%20primeiro,tido%20uma%20explor%C3%A3o%20no%20desmatamento>. Acesso em: 29 jul. 2024.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Dialéticas do neo-humano**: Enfrentamentos e possibilidades civilizacionais no mundo atual. Conferência com Lucia Santaella. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/621524-dialeticas-do-neo-humano-enfrentamentos-e-possibilidades-civilizacionais-no-mundo-atual-conferencia-com-lucia-santaella>. Acesso em: 2 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. PRODES - Amazônia. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 29 jul. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Lista de organizações de apoio aos povos indígenas**. Povos Indígenas no Brasil. 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Lista_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_de_apoio_aos_povos_ind%C3%ADgenas. Acesso em: 29 jul. 2024.

JURGENSON, Nathan. When Atoms Meet Bits: Social Media, the Mobile Web and Augmented Revolution. **Future Internet**, v. 4, n. 1, p. 83-91, 23 jan 2012. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1999-5903/4/1/83>. Acesso em: 29 jul. 2024.

KARATZOGIANNI, Athina. **Firebrand Waves of Digital Activism 1994-2014**: The Rise and Spread of Hacktivism and Cyberconflict. Springer, v. 3, f. 139, 2015. 277 p.

KURAMOTO, Helio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 21-102, maio/ago 2006.

LATOURE, Bruno. **Onde aterrar?**: Como se orientar politicamente no antropoceno. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, v. 3, f. 72, 2020. 143 p.

LETRAS AMBIENTAIS. **Imagens mostram desmatamento em Terra Indígena onde jornalista e indigenista sumiram.** Letras Ambientais. 2022. Disponível em: <https://www.letrasambientais.org.br/posts/imagens-mostram-desmatamento-em-terra-indigena-onde-jornalista-e-indigenista-sumiram>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MAIORANO, Jorge Luiz. Los observatorios de derechos humanos como instrumento de fortalecimiento de la sociedad civil. **Revista Probidad**, v. 24, set 2003.

MCCAUGHEY, MARTHA; AYERS, Michael D.. **Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice.** Routledge, v. 3, 2013.

MELLO, Janine; ANDRADE, Pedro Gomes. **Diferenças metodológicas entre Mapa das OSCs/IPA e FASFIL/IBGE:** As principais referências de estudos sobre as organizações da sociedade civil no país. Nota Técnica n. 25 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10955/1/NT_56_Diest_PorDentroVersao2021.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

MENEGHEL, Lirian; TOMAZZONI, Edgar Luis. A comunicação e a integração dos atores do turismo regional: O caso do observatório de turismo e cultura da serra gaúcha (Observatur). **Turismo-Visão e Ação**, Universidade do Vale do Itajaí, v. 14, n. 2, p. 246-260, 02 out 2012. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/2777>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Resolução nº 006. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0006-150689.PDF>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Resolução nº 292, de 21 de março de 2002. Diário Oficial da União, 8 mai. 2002. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=97906>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro nacional de entidades ambientalistas - CNEA.** Disponível em: <http://cnea.mma.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal.** Gov.br. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em: 29 jul. 2024.

OBSERVATÓRIO DE ATIVISMO AMBIENTAL AMAZÔNIA LEGAL (OBA). Disponível em: <https://obaal.com.br/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY. Disponível em: https://www.etymonline.com/word/activist?ref=etymonline_crossreference. Acesso em: 29 jul. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Acordo de Paris sobre o clima.** Organização das Nações Unidas - ONU. Paris, 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. ONU - Organização das Nações Unidas. Disponível em: [https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?](https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por) LangID=por. Acesso em: 4 jul. 2024.

ORTEGA, Cristina; VALLE, Roberto San Salvador del. Nuevos retos de los observatorios culturales. **Boletín Gestión Cultural**, v. 19, jan 2010. Observatorios culturales en el mundo. Disponível em: <https://www.uv.es/eutransforma/SESSION7/observatoriosOrtega.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PIERRE Lévy no Senac São Paulo: Diálogos sobre Ciberdemocracia. Senac São Paulo. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8EKm_Qsq8ck. Acesso em: 29 jul. 2024.

PNUMA/OTCA. **Perspectivas do meio ambiente na Amazônia**: Geo Amazônia. 2008. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/geoamazonia_28.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201014_livro_historias_das_politicas_regionais_no_brasil.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Câmara da Reforma do Estado - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado: 1995.

PREVISIA. **Conheça a PrevisIA**. Disponível em: <https://previsia.org.br/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RECEITA FEDERAL. **Organização da Sociedade Civil (OSC)**: Curso de extensão sobre organização da Sociedade Civil (OSC).. Gov.br. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/osc#:~:text=As%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20da%20Sociedade%20Civil,no%20atendimento%20%C3%A0s%20pessoas%20em>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RECEITA FEDERAL. **Tabela de Natureza Jurídica das Entidades Obrigadas à Apresentação do QSA**. Gov.br. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/cadastros/cnpj/tabelas-utilizadas-pelo-programa-cnpj/tabela-de-natureza-juridica-das-entidades-obrigadas-a-apresentacao-do-qa>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RHEINGOLD, Howard. **The Virtual Community**: Homesteading on the electronic frontier. Nova York: Harvill Secker, 1993.

SAKATA, Marici Cristine Gramacho *et al.* Construção do Observatório USP CONTECSI: Análise da dinâmica científica e impacto nacional e internacional de um congresso acadêmico. **Prisma.com**, v. 20, p. 71-111, 01 abr 2013. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/1928>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SANTAELLA, Lucia. **A ecologia pluralista da comunicação**: conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. A reinvenção solidária do estado. *In: A SOCIEDADE E A REFORMA DO ESTADO*. 1998, São Paulo: Oficina do CES, 1999. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/reinvencao-solidaria-e-participativa-estado>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SILVA, Silvado; BRAGATTO, Rachel; SAMPAIO, Rafael. Concepções, debates e desafios da democracia digital. *In: SILVA, Silvado (Org.); BRAGATTO, Rachel (Org.); SAMPAIO, Rafael (Org.). Democracia digital, comunicação política e redes*. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2016, p. 17-38.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colobiano aos desafios do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA: 2024-2027**. Gov.br. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/PRDA2427.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

TERRABRASILIS. **TerraBrasilis** : PRODES (Desmatamento). TerraBrasilis. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 29 jul. 2024.

TURKLE, Sherry. **Alone Together**: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other. Hachette UK, v. 2, 2017.

TURKLE, Sherry. **La vida en la pantalla**: la construcción de la identidad en la era de Internet. Grupo Planeta (GBS), v. 1, 1996.

UOL. **Ativismo digital**. TAB UOL. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/ativismo-digital/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

UOL. **Clique para humilhar**. TAB UOL. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/humilhar-internet/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

YANG, Guobin. China since Tiananmen: Online activism. **Journal of Democracy**, v. 20, n. 3, p. 33-36, jul 2009. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/270325>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ANEXO A — ENTIDADES MAPEADAS - LOCALIDADE, STATUS DO CNPJ E PRESENÇA DIGITAL

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continua)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Associação Andiroba	Rio Branco	Acre	03.674.341/0001-30	Ativo	Sim
Associação SOS Amazônia	Rio Branco	Acre	14.364.434/0001-85	Ativo	Sim
Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA)	Rio Branco	Acre	04.593.380/0001-76	Ativo	Não
Manxinerune Tsihi Pukte Hajene (MATPHA)	Rio Branco	Acre	43.979.312/0001-00	Ativo	Sim
Comitê Chico Mendes	Rio Branco	Acre	42.027.188/0001-01	Ativo	Sim
Comissão Pró Indígenas do Acre (CPI-AC)	Rio Branco	Acre	04.118.246/0001-13	Ativo	Sim
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	Rio Branco	Acre	05.273.721/0001-99	Ativo	Sim
Associação Instituto Mapinguari	Macapá	Amapá	23.436.167/0001-03	Ativo	Sim
Coletivo Utopia Negra Amapaense	Macapá	Amapá	47.755.307/0001-66	Ativo	Sim
Associação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (APOIANP)	Macapá	Amapá	Não encontrado	N/A	Não
Associação dos Povos indígenas de Tumucumaque (APITU)	Macapá	Amapá	00.728.076/0001-38	Ativo	Não
Instituto Excelsa	Itacoatiara	Amazonas	08.059.043/0001-54	Ativo	Sim

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Fundação Ecológica de Proteção Ambiental de Manacapuru (FEPAM)	Manacapuru	Amazonas	03.986.697/0001-00	Baixado	Sim
Associação Naturalista do Amazonas	Manaus	Amazonas	14.232.631/0001-40	Inapto	Não
Fundação Vitória Amazônica (FVA)	Manaus	Amazonas	34.544.346/0001-72	Ativo	Sim
Instituto Amazônia	Manaus	Amazonas	05.158.585/0001-96	Ativo	Sim
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM)	Manaus	Amazonas	07.339.438/0001-48	Ativo	Sim
Associação de Desenvolvimento Socioambiental da Amazônia (INDSAM)	Manaus	Amazonas	04.282.609/0001-51	Ativo	Não
Associação Xavante Wara (Idzo'uhu)	Primavera do Leste	Mato Grosso	01.657.219/0001-20	Ativo	Sim
Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (ÓSOCIOBIO)	Brasília	Distrito Federal	Não encontrado	N/A	Sim
Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	Manaus	Amazonas	09.351.359/0001-88	Ativo	Sim
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Bras (COIAB)	Manaus	Amazonas	63.692.479/0001-94	Ativo	Sim
SDSN Amazônia	Manaus	Amazonas	Não encontrado	N/A	Sim
Renovar Nosso Mundo (Amazonas)	Manaus	Amazonas	Não encontrado	N/A	Sim
União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB)	Manaus	Amazonas	12.112.096/0001-69	Ativo	Sim
Articulação das Organizações e Povos	Manaus	Amazonas	49.786.226/0001-59	Ativo	Sim

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Indígenas do Amazonas (APIAM)					
OSC Super Ação	Manaus	Amazonas	23.470.741/0001-31	Ativo	Sim
Associação Cidadania, Social e Sustentabilidade (ACSSUS)	Parintins	Amazonas	19.322.282/0001-71	Ativo	Sim
Coordenadoria das associações indígenas do médio e baixo Rio Negro (CAIMBRN)	Santa Isabel do Rio Negro	Amazonas	Não encontrado	N/A	Sim
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Tefé	Amazonas	03.119.820/0004-38	Baixado	Sim
Instituto Janeraka	Altamira	Pará	35.069.094/0001-30	Ativo	Sim
Instituto Aquífero Alter do Chão	Alter do Chão	Pará	33.384.451/0001-29	Ativo	Sim
Grupo Ação Ecológica Novos Curupiras	Ananindeua	Pará	83.367.680/0001-03	Inapto	Não
Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA)	Ananindeua	Pará	32.280.143/0001-90	Inapto	Sim
Instituto Beraca de Valorização da Sociobiodiversidade	Ananindeua	Pará	21.698.594/0001-26	Ativo	Sim
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)	Belém	Pará	34.891.085/0001-67	Ativo	Sim
Argonautas Ambientalistas da Amazônia	Belém	Pará	02.394.180/0001-69	Inapto	Sim
Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)	Belém	Pará	04.201.315/0001-58	Ativo	Sim
Congresso Internacional Israelita de Sociosferana	Belém	Pará	03.789.574/0001-89	Inapto	Não

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Amazônia (CISA)					
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	Belém	Pará	00.627.727/0001-01	Ativo	Sim
Instituto Floresta Tropical (IFT)	Belém	Pará	05.388.409/0001-40	Ativo	Sim
Instituto Vitória Régia	Belém	Pará	05.670.699/0001-10	Ativo	Sim
Núcleo de Ação para Desenvolvimento Sustentável (Poema)	Belém	Pará	00.7152.64/0001-21	Inapto	Não
Sociedade, Meio Ambiente, Educação, Cidadania e Direitos Humanos (SOMECDH)	Belém	Pará	02.614.277/0001-30	Ativo	Sim
Rede Jandyras	Belém	Pará	Não encontrado	N/A	Sim
Laboratório da Cidade	Belém	Pará	41.622.169/0001-60	Ativo	Sim
Ame o Tucunduba	Belém	Pará	Não encontrado	N/A	Não
Instituto Ambient IA	Belém	Pará	16.791.646/0001-74	Ativo	Sim
Associação do Grupo Indígena Tembê das Aldeias Sede a Ituaçu (AGITASI)	Capitão Poço	Pará	07.259.668/0001-05	Ativo	Sim
Fundação Zoobotânica de Marabá	Marabá	Pará	02.667.164/0001-00	Ativo	Sim
Centro de Empreendedorismo da Amazônia	Nazaré	Pará	23.752.402/0001-48	Ativo	Sim
ARQMO - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná	Oriximiná	Pará	23.060.742/0001-08	Ativo	Sim
Associação das Mulheres Indígenas do Gurupi	Paragominas	Pará	33.337.512/0001-05	Ativo	Não
Instituto de Estudos	Parauapebas	Pará	27.250.267/0001-93	Ativo	Sim

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Sustentáveis e tecnológicos da Amazônia (Amazoniatec)					
Instituto Kabu	Santa Luzia	Pará	09.510.050/0001-93	Ativo	Sim
Grupo de Defesa da Amazônia	Santarém	Pará	23.040.710/0001-40	Ativo	Não
Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA)	Santarém	Pará	07.106.314/0001-12	Ativo	Sim
Movimento Tapajós Vivo (MTV)	Santarém	Pará	Não encontrado	N/A	Sim
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS)	Santarém	Pará	55.233.555/0001-75	Ativo	Não
Povo Arara Guardiões do Iriri	Indeterminado	Pará	Não encontrado	N/A	Sim
Instituto Cerrado	Cuiabá	Mato Grosso	14.441.084/0001-03	Ativo	Sim
Instituto Cerrado e Sociedade (ICS)	Brasília	Distrito Federal	13.328.122/0001-53	Ativo	Sim
Comitê Dorothy Stang	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	Ativo	Sim
Observatório Indigenista	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Associação Plataforma Parceiros Pela Amazônia (PPA)	São Paulo	São Paulo	50.695.461/0001-02	Ativo	Sim
Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP)	Cuiabá	Mato Grosso	05.220.369/0001-23	Ativo	Sim
Instituto de Conservação de Animais Silvestres (ICAS)	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	25.338.124/0001-02	Ativo	Sim
Instituto Arara Azul	Campo Grande	Mato Grosso do		Ativo	Sim

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
		Sul	05.910.537/0001-02		
Instituto Rios Projeto	Manaus	Amazonas	44.188.511/0001-54	Inapto	Sim
Instituto Socio Ambiental SOS Pantanal	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	11.093.181/0001-64	Ativo	Sim
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA)	Pedreiras	Maranhão	12.538.682/0001-70	Ativo	Sim
Semente Amazônida	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
A Vida No Cerrado (AVINC)	Brasília	Distrito Federal	49.819.676/0001-09	Ativo	Sim
Associação Diamantense de Ecologia (ADE)	Diamantino	Mato Grosso	01.375.013/0001-08	Inapto	Não
Associação Rede de Sementes Xingu	Nova Xavantina	Mato Grosso	19.891.665/0001-60	Ativo	Sim
Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	Pontes e Lacerda	Mato Grosso	24.756.793/0001-31	Ativo	Sim
Grupo Pro-Ambiental (GPA)	Pontes e Lacerda	Mato Grosso	08.429.241/0001-62	Ativo	Não
Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental (ARPA)	Rondonópolis	Mato Grosso	24.773.566/0001-14	Ativo	Sim
Grupo Arareau de Pesquisa e Educação Ambiental	Rondonópolis	Mato Grosso	05.753.640/0001-96	Ativo	Sim
Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI)	Salvador	Bahia	13.100.342/0001-25	Ativo	Sim
Iyaletá - Pesquisa, Ciências e Humanidades	Salvador	Bahia	47.268.342/0001-50	Ativo	Sim

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Associação Agroecológica Tijupá	São Luís	Maranhão	35.109.230/0001-78	Ativo	Sim
Associação Ecológica Rio Novo (ECONOVO)	São Luís	Maranhão	02.098.100/0001-28	Ativo	Não
Associação Maranhense para a Conservação da Natureza (AMAVIDA)	São Luís	Maranhão	63.441.745/0001-06	Ativo	Sim
Coordenação das organizações e articulações dos povos indígenas do Maranhão (COAPIMA)	Imperatriz	Maranhão	06.077.773/0001-52	Ativo	Não
Associação, Educação e Meio Ambiente (EMA)	Pirapemas	Maranhão	08.334.655/0001-08	Ativo	Sim
Associação Instituto Iungo	Belo Horizonte	Minas Gerais	36.566.500/0001-32	Ativo	Sim
Movimento Bem Viver	Belo Horizonte	Minas Gerais	15.749.866/0001-77	Inapto	Sim
Savecerrado	Belo Horizonte	Minas Gerais	29.047.886/0001-00	Ativo	Sim
Instituto Alok	Niterói	Rio de Janeiro	31.292.730/0001-37	Baixado	Sim
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	33.700.956/0001-55	Ativo	Sim
Conservation International do Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	38.737.938/0001-61	Ativo	Sim
Ambiafro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	52.163.569/0001-71	Ativo	Sim
Instituto Marielle Franco	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	31.834.210/0001-09	Ativo	Sim
Nossas Cidades (Nossas)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	14.095.348/0001-14	Ativo	Sim
Centro Brasil no Clima	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	22.405.279/0001-26	Ativo	Sim
Fundación Avina	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	10.268.706/0001-92	Ativo	Sim
Associação PerifaConnection	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	47.567.884/0001-24	Ativo	Sim
Revolusolar	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	23.960.208/0001-58	Ativo	Sim

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Plataforma Cipó	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	42.387.269/0001-12	Ativo	Sim

82

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Uma Gota no Oceano	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	19.335.930/0001-24	Ativo	Sim
Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	40.390.569/0001-25	Ativo	Sim
Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	11.433.263/0001-00	Ativo	Sim
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	33.645.482/0001-96	Ativo	Sim
Instituto para Conservação dos Carnívoros Neotropicais	Atibaia	São Paulo	01.727.994/0001-05	Ativo	Sim
Minha Campinas	Campinas	São Paulo	04.341.844/0001-57	Ativo	Sim
Fundo Socioambiental Casa	Juquitiba	São Paulo	08.053.735/0001-95	Ativo	Sim
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE)	Nazaré Paulista	São Paulo	66.831.223/0001-09	Ativo	Sim
Associação Civil Greenpeace	São Paulo	São Paulo	64.711.062/0001-94	Ativo	Sim
Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM)	São Paulo	São Paulo	06.985.068/0001-53	Ativo	Sim
Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA)	São Paulo	São Paulo	08.184.933/0001-98	Ativo	Sim
Instituto o Direito por um Planeta Verde	São Paulo	São Paulo	01.269.167/0001-15	Ativo	Sim
Instituto Physis Cultura e Ambiente	São Paulo	São Paulo	59.060.517/0001-19	Ativo	Sim
Instituto Socioambiental (ISA)	São Paulo	São Paulo	00.081.906/0001-88	Ativo	Sim
The Green Initiative	São Paulo	São Paulo	08.606.505/0001-06	Ativo	Sim
Instituto Girl Up Brasil	São Paulo	São Paulo	50.742.235/0001-27	Ativo	Sim
Ashoka Brasil	São Paulo	São Paulo	05.865.089/0001-72	Ativo	Sim
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena	São Paulo	São Paulo	05.398.088/0001-65	Ativo	Sim

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
(IEPÉ)					
Associação de Jovens Engajamundo	São Paulo	São Paulo	18.110.579/0001-00	Ativo	Sim
Instituto Alana	São Paulo	São Paulo	05.263.071/0001-09	Ativo	Sim
Instituto de Apoio a Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura	São Paulo	São Paulo	44.622.127/0001-18	Ativo	Sim
Instituto Perifa Sustentável	São Paulo	São Paulo	47.222.053/0001-10	Ativo	Sim
Sistema B Brasil	São Paulo	São Paulo	25.366.919/0001-24	Ativo	Sim
Purpose Campaigns Brasil	São Paulo	São Paulo	14.443.062/0001-82	Ativo	Sim
Associação Mercy for Animals Brasil	São Paulo	São Paulo	26.795.584/0001-22	Ativo	Sim
Associação de Apoio à Saúde de Populações Remotas	São Paulo	São Paulo	43.982.556/0001-33	Ativo	Não
Instituto Black Jaguar	São Paulo	São Paulo	24.230.587/0001-93	Ativo	Sim
Conselho brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil)	São Paulo	São Paulo	04.862.253/0001-25	Ativo	Sim
Sitawi	São Paulo	São Paulo	09.607.915/0001-34	Ativo	Sim
Fundación Solidaridad Latinoamericana	São Paulo	São Paulo	18.001.216/0001-37	Ativo	Sim
WRI Brasil	São Paulo	São Paulo	19.946.671/0001-78	Ativo	Sim
Rede Nacional Pro- Unidades de Conservação (Rede Pró-UC)	Curitiba	Paraná	03.765.675/0001-10	Ativo	Sim
Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN)	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	04.358.174/0006-96	Ativo	Sim
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	Chapecó	Santa Catarina	00.479.105/0005-07	Ativo	Sim
Levante Nacional da Juventude	Indeterminado		Não encontrado	N/A	Sim

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
		Indeterminado			
Coletivos Jovens do Meio Ambiente	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Namaloca	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Jovens pelo Futuro Xingu	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Núcleo Digital	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Coletivo Miri	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Diálogo Florestal	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ)	Humaitá	Amazonas	09.145.332/0001-39	Ativo	Não
Rede de Apoio a Mulheres Agroflorestoras	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
350.org Brasil	Indeterminado	Indeterminado	04.929.268/0001-63	Inapto	Sim
Associação de Afro Envolvimento Casa Preta	Belém	Pará	19.244.750/0001-37	Ativo	Não
Instituto Maira	São José dos Campos	São Paulo	28.080.229/0001-00	Ativo	Sim
Coletivo Jovem Tapajônico	Indeterminado	Pará	Não encontrado	N/A	Sim
Articulação Indígena do Povo Galibi Marworno (AIPGM)	Oiapoque	Amapá	34.099.608/0001-37	Ativo	Não
Rede de Juventude Indígena	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Instituto Alceu Karipuna-Akari	Macapá	Amapá	49.219.865/0001-32	Ativo	Sim
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Instituto Nossa Voz	Belém	Pará	37.678.159/0001-70	Ativo	Sim

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Associação Kaapor Ta Hury do Rio Gurupi	Zé Doca	Maranhão	05.775.454/0001-58	Ativo	Sim
Associação do Povo Indígena Kali'na e da terra Indígena Galibi	Oiapoque	Amapá	50.366.887/0001-04	Ativo	Sim
Kamuri - Indigenismo, Ação Ambiental, Cultura e Educação	Campinas	São Paulo	08.078.187/0001-58	Ativo	Sim
Instituto Pato-Mergulhão	Alto Paraíso de Goiás	Goiás	50.419.602/0001-56	Ativo	Sim
Associação Guadalupe Agroflorestal	Alta Floresta	Mato Grosso	08.929.011/0001-62	Ativo	Sim
Laboratório do Observatório do Clima	Piracicaba	São Paulo	37.097.990/0001-38	Ativo	Sim
Instituto Raoni	Peixoto de Azevedo	Mato Grosso	04.413.610/0001-78	Ativo	Sim
Associação Floresta Protegida	Tucumã	Pará	02.633.539/0001-03	Ativo	Sim
Instituto Aritana	Canarana	Mato Grosso	47.103.819/0001-48	Ativo	Sim
Agência de Notícias Indígenas (ANIN)	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Associação Terra Indígena Xingu (ATIX)	Canarana	Mato Grosso	01.191.693/0001-00	Ativo	Sim
Instituto Juma	Altamira	Pará	40.597.137/0001-90	Ativo	Sim
Associação Cultural Indígena Kapot-Jarinã	Colider	Mato Grosso	07.006.314/0001-40	Ativo	Sim
Associação Comunitária Indígena Nova Esperança do Povo Kokama da Barreira da Missão	Tefé	Amazonas	12.574.999/0001-61	Ativo	Não

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
de Baixo					
Coletivo de Mulheres do Xingu	Altamira	Pará	36.933.302/0001-60	Ativo	Não
Fundação Txai	Cruzeiro do Sul	Acre	18.055.110/0001-16	Ativo	Sim
Instituição Manejo e Certificação Florest Agric. (Imaflora)	Piracicaba	São Paulo	00.580.567/0001-84	Ativo	Sim
Amigos da Terra - Amazônia Brasileira	São Paulo	São Paulo	00.205.909/0001-86	Ativo	Sim
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	03.537.443/0001-04	Ativo	Sim
Associação do Movimento dos Agentes Agrofloretais Indígenas do Acre (AMAAI-AC)	Rio Branco	Acre	05.273.721/0001-99	Ativo	Sim
Conselho das Aldeias Wajãpi (APINA)	Pedra Branca do Amapari	Amapá	00.772.568/0001-20	Inapto	Sim
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)	São Gabriel da Cachoeira	Amazonas	05.543.350/0001-18	Ativo	Sim
Hutukara Associação Yanomami	Boa Vista	Roraima	07.615.695/0001-65	Ativo	Sim
Organização Geral dos Mayuruna (OGM)	Atalaia do Norte	Amazonas	11.764.013/0001-53	Ativo	Sim
Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins	Carolina	Maranhão	01.143.318/0001-94	Ativo	Sim
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	Brasília	Distrito Federal	Não encontrado	N/A	Sim
Federação Indígena do povo	Tabatinga	Amazonas	16.862.108/0001-23	Ativo	Não

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Kukama-Kukamiria do Brasil, Peru e Colômbia					
IPRI Brasil	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Instituto Ação Climática	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	55.822.678/0001-41	Ativo	Não
Instituto Clima e Mobilidade (CMOB)	São Paulo	São Paulo	51.837.822/0001-62	Ativo	Sim
Instituto dos Guardiões da Floresta Amazônica (INGUAFA)	Santarém	Pará	09.586.502/0001-10	Inapto	Não
Movimento 342 Amazônia	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Associação do Observatório Socioambiental de Desenvolvimento Humano Sustentável na Amazônia	Porto Velho	Rondônia	27.017.945/0001-72	N/A	Não
Instituto de Apoio ao MapBiomass	São Paulo	São Paulo	46.296.516/0001-26	Ativo	Sim
Iniciativa Inter-Religiosa pelas Florestas Tropicais do Brasil (IRI-Brasil)	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Projeto Inhu	Indeterminado	Mato Grosso	Não encontrado	N/A	Sim
Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Rede Cerrado	Uberlândia	Minas Gerais	17.499.107/0001-29	Ativo	Sim
Casa Ninja Amazônia	Indeterminado	Indeterminado	Não encontrado	N/A	Sim
Fundo Socioambiental Casa	Juquitiba	São Paulo	08.053.735/0001-95	Ativo	Sim
Instituto Internacional Arayara de Educação e Cultura	Almirante Tamandaré	Paraná	04.803.949/0004-23	Ativo	Sim

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Instituto Amazônia Viva	Boa Vista	Roraima	07.316.513/0001-55	Ativo	Sim
Conselho Indígena de Roraima (CIR)	Boa Vista	Roraima	34.807.578/0001-76	Ativo	Sim
Associação Movimento Ecológico Amigos do Meio Ambiente	Araguaína	Tocantins	07.100.123/0001-43	Ativo	Não
Ong Associacao Comunitaria De Corpo De Bombeiro Civil Florestal Sem Fronteira	Paraíso do Tocantins	Tocantins	12.153.269/0001-97	Inapto	Não
Associação Conserv. Meio Amb. e Prod. Integ. de Alim. da Amazonia (Gaia)	Palmas	Tocantins	26.750.422/0001-78	Ativo	Não
Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Humano da Região Amazônica (IDAHRA)	Palmas	Tocantins	12.371.283/0001-67	Ativo	Sim
Instituto de Pesquisa Ambiental - Ekos	Palmas	Tocantins	05.214.023/0001-12	Ativo	Sim
Instituto Ecológica	Palmas	Tocantins	03.878.015/0001-45	Ativo	Sim
Articulacao dos Povos Indigenas de Tocantins (ARPIT)	Palmas	Tocantins	46.696.219/0001-78	Ativo	Sim
Associacao Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico	Brasília	Distrito Federal	35.796.929/0001-53	Ativo	Sim
Equipe de Conservação ao da Amazonia (ECAM)	Brasília	Distrito Federal	05.107.299/0001-0	Ativo	Sim
Grupo Ambientalista Ypê Amarelo (GAYA)	Brasília	Distrito Federal	04.034.480/0001-62	Baixado	Sim
Instituto de Conservação Ambiental The Nature	Brasília	Distrito Federal	00.104.175/0001-49	Ativo	Sim

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Conservancy do Brasil (TNC)					
Instituto Internacional de Educacao do Brasil (IEB)	Brasília	Distrito Federal	03.057.776/0002-17	Ativo	Sim
Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	Brasília	Distrito Federal	26.445.312/0001-00	Ativo	Sim
Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres	Brasília	Distrito Federal	03.815.740/0001-74	Ativo	Sim
WWF Brasil (Fundo Mundial Para a Natureza)	Brasília	Distrito Federal	26.990.192/0006-29	Ativo	Sim
Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM Brasil)	Brasília	Distrito Federal	28.736.233/0001-76	Ativo	Sim
Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Brasília	Distrito Federal	51.692.168/0001-46	Ativo	Sim
Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)	Brasília	Distrito Federal	00.580.159/0001-22	Ativo	Sim
ONG Mãos que Plantam	Brasília	Distrito Federal	24.940.600/0001-06	Ativo	Sim
Instituto Oca Brasil	Alto Paraíso de Goiás	Goiás	02.938.238/0001-98	Ativo	Sim
Instituto Brasil Central (IBRACE)	Goiânia	Goiás	02.042.513/0001-90	Ativo	Sim
Instituto Onça-Pintada	Mineiros	Goiás	05.092.106/0001-86	Ativo	Sim
Banco Florestal	Senador Canedo	Goiás	06.265.555/0001-41	Inapto	Sim
Organização Não-Governamental Ambientalista Roncador. Araguaia (ONGARA)	Água Boa	Mato Grosso	05.107.312/0001-12	Inapto	Não
Associação dos Parques Ecológicos de Alta	Alta Floresta	Mato Grosso	00.785.189/0001-75	Ativo	Não

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (continuação)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Floresta - MT					
Sociedade Civil para o Desenvolvimento Sócio-Ambiental e Cultural (SSAC - Sociedade Formigas)	Alta Floresta	Mato Grosso	05.657.305/0001-94	Inapto	Não
Instituto Ambiental (AMEC)	Barão de Melgaço	Mato Grosso	07.465.457/0001-81	Ativo	Não
Instituto Araguaia Verde (IAV)	Barra do Garças	Mato Grosso	04.427.932/0001-76	Ativo	Não
Grupo Agroflorestal e Proteção Ambiental (GAPA)	Cláudia	Mato Grosso	03.216.437/0001-55	Ativo	Não
Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos (ECOTRÓPICA)	Cuiabá	Mato Grosso	32.983.785/0001-56	Ativo	Sim
Instituto Centro de Vida (ICV)	Cuiabá	Mato Grosso	26.812.784/0001-46	Ativo	Sim
Instituto Matogrossense de Direito e Educação Ambiental (IMADEA)	Cuiabá	Mato Grosso	04.369.982/0001-44	Ativo	Não
Pantanal do Mimoso Sociedade Ambientalista	Cuiabá	Mato Grosso	05.555.138/0001-70	Ativo	Não
Operação Amazônia Nativa (OPAN)	Cuiabá	Mato Grosso	93.017.325/0001-68	Ativo	Sim
Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOINT)	Cuiabá	Mato Grosso	32.678.220/0001-65	Ativo	Sim
Agência de Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico de Resíduos Sólidos Córrego Limpo (ADETEC)	Sinop	Mato Grosso	11.250.622/0001-94	Ativo	Não
Associação Mato-Grossense de Proteção e	Tangará da Serra	Mato Grosso	73.644.098/0001-93	Ativo	Não

Quadro 1 — Entidades mapeadas - Status do CNPJ (conclusão)

Nome da entidade	Cidade	Estado	CNPJ	Status CNPJ	Presença Digital
Recuperação Ambiental (AMPARA)					
Universo Verde (UNIVERDE)	Tangará da Serra	Mato Grosso	04.923.482/0001-02	Ativo	Não
Associação Wajapi Terra, Ambiente e Cultura (AWATAC)	Macapá	Amapá	13.553.231/0001-74	Ativo	Sim

Fonte: O autor (2024).

ANEXO B — ENTIDADES MAPEADAS - CANAIS DIGITAIS DE PREFERÊNCIA

Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades (continua)

Nome da entidade	Website próprio	Facebook	Instagram	X
Associação Andiroba	Sim	Não	Não	Não
Associação SOS Amazônia	Sim	Sim	Sim	Sim
Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA)	Não	Não	Não	Não
Manxinerune Tsihi Pukte Hajene (MATPHA)	Sim	Sim	Sim	Sim
Comitê Chico Mendes	Sim	Sim	Sim	Sim
Comissão Pró Índigenas do Acre (CPI-AC)	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	Não	Sim	Não	Não
Associação Instituto Mapinguari	Sim	Sim	Sim	Sim
Coletivo Utopia Negra Amapaense	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (APOIANP)	Não	Não	Não	Não
Associação dos Povos indígenas de Tumucumaque (APITU)	Não	Não	Não	Não
Instituto Excelsa	Sim	Sim	Sim	Não
Fundação Ecológica de Proteção Ambiental de Manacapuru (FEPAM)	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação Naturalista do Amazonas	Não	Não	Não	Não
Fundação Vitória Amazônica (FVA)	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Amazônia	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM)	Sim	Sim	Sim	Não
Associação de Desenvolvimento Socioambiental da Amazônia (INDSAM)	Não	Não	Não	Não
Associação Xavante Wara (Idzo'uhu)	Não	Sim	Sim	Não
Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (ÓSOCIOBIO)	Não	Não	Sim	Não
Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades (continuação)

Nome da entidade	Website próprio	Facebook	Instagram	X
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Bras (COIAB)	Sim	Sim	Sim	Sim
SDSN Amazônia	Sim	Sim	Sim	Sim
Renovar Nosso Mundo (Amazonas)	Sim	Sim	Sim	Sim
União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB)	Não	Sim	Sim	Não
Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (APIAM)	Não	Não	Sim	Não
OSC Super Ação	Sim	Sim	Sim	Não
Associação Cidadania, Social e Sustentabilidade (ACSSUS)	Sim	Sim	Sim	Não
Coordenadoria das associações indígenas do médio e baixo Rio Negro (CAIMBRN)	Sim	Sim	Não	Não
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Janeraka	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Aquífero Alter do Chão	Não	Sim	Não	Não
Grupo Ação Ecológica Novos Curupiras	Não	Não	Não	Não
Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA)	Não	Sim	Sim	Sim
Instituto Beraca de Valorização da Sociobiodiversidade	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)	Sim	Sim	Sim	Sim
Argonautas Ambientalistas da Amazônia	Não	Sim	Não	Não
Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)	Sim	Sim	Sim	Não
Congresso Internacional Israelita de Sociosfera na Amazônia (CISA)	Não	Não	Não	Não
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto Floresta Tropical (IFT)	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Vitória Régia	Sim	Sim	Não	Sim
Núcleo de Ação para Desenvolvimento	Não	Não	Não	Não

Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades (continuação)

Nome da entidade	Website próprio	Facebook	Instagram	X
Sustentável (Poema)				
Sociedade, Meio Ambiente, Educação, Cidadania e Direitos Humanos (SOMECDH)	Sim	Sim	Sim	Não
Rede Jandyras	Não	Não	Sim	Não
Laboratório da Cidade	Sim	Não	Sim	Não
Ame o Tucunduba	Não	Não	Não	Não
Instituto Ambient IA	Sim	Sim	Sim	Não
Associação do Grupo Indígena Tembê das Aldeias Sede a Ituaçu (AGITASI)	Não	Sim	Não	Não
Fundação Zoobotânica de Marabá	Não	Sim	Sim	Não
Centro de Empreendedorismo da Amazônia	Sim	Sim	Sim	Não
ARQMO - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná	Sim	Sim	Não	Não
Associação das Mulheres Indígenas do Gurupi	Não	Não	Não	Não
Instituto de Estudos Sustentáveis e tecnológicos da Amazônia (Amazoniatec)	Não	Sim	Sim	Não
Instituto Kabu	Sim	Sim	Sim	Sim
Grupo de Defesa da Amazônia	Não	Não	Não	Não
Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA)	Não	Sim	Sim	Não
Movimento Tapajós Vivo (MTV)	Sim	Sim	Sim	Não
Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS)	Não	Não	Não	Não
Povo Arara Guardiões do Iriri	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto Cerrado	Não	Não	Não	Não
Instituto Cerrado e Sociedade (ICS)	Sim	Sim	Sim	Não
Comitê Dorothy Stang	Não	Sim	Sim	Não
Observatório Indigenista	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação Plataforma Parceiros Pela Amazônia (PPA)	Sim	Sim	Sim	Não
Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP)	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto de Conservação de Animais Silvestres (ICAS)	Sim	Sim	Sim	Não

Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades (continuação)

Nome da entidade	Website próprio	Facebook	Instagram	X
Instituto Arara Azul	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Rios Projeto	Não	Não	Sim	Não
Instituto Socio Ambiental SOS Pantanal	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA)	Sim	Não	Sim	Não
Semente Amazônida	Não	Não	Sim	Não
A Vida No Cerrado (AVINC)	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação Diamantense de Ecologia (ADE)	Não	Não	Não	Não
Associação Rede de Sementes Xingu	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	Sim	Não	Não	Não
Grupo Pro-Ambiental (GPA)	Não	Não	Não	Não
Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental (ARPA)	Não	Sim	Sim	Não
Grupo Arareau de Pesquisa e Educação Ambiental	Não	Sim	Sim	Não
Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI)	Sim	Sim	Sim	Não
Iyaletá - Pesquisa, Ciências e Humanidades	Sim	Sim	Sim	Não
Associação Agroecológica Tijupá	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação Ecológica Rio Novo (ECONOVO)	Não	Não	Não	Não
Associação Maranhense para a Conservação da Natureza (AMAVIDA)	Sim	Sim	Sim	Não
Coordenação das organizações e articulações dos povos indígenas do Maranhão (COAPIMA)	Não	Não	Não	Não
Associação, Educação e Meio Ambiente (EMA)	Não	Sim	Não	Não
Associação Instituto Iungo	Sim	Sim	Sim	Sim
Movimento Bem Viver	Não	Sim	Sim	Sim
Savecerrado	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Alok	Sim	Sim	Sim	Sim
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE)	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades (continuação)

Nome da entidade	Website próprio	Facebook	Instagram	X
Conservation International do Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Ambiafro	Não	Sim	Não	Sim
Instituto Marielle Franco	Sim	Sim	Sim	Sim
Nossas Cidades (Nossas)	Sim	Não	Sim	Sim
Centro Brasil no Clima	Sim	Sim	Sim	Sim
Fundación Avina	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação PerifaConnection	Não	Sim	Sim	Sim
Revolusolar	Sim	Sim	Sim	Sim
Plataforma Cipó	Sim	Sim	Sim	Sim
Uma Gota no Oceano	Sim	Sim	Sim	Sim
Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto para Conservação dos Carnívoros Neotropicais	Sim	Sim	Sim	Sim
Minha Campinas	Sim	Sim	Sim	Sim
Fundo Socioambiental Casa	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE)	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação Civil Greenpeace	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM)	Sim	Sim	Não	Sim
Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA)	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto o Direito por um Planeta Verde	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Physis Cultura e Ambiente	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto Socioambiental (ISA)	Sim	Sim	Sim	Não
The Green Initiative	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto Girl Up Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Ashoka Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ)	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades (continuação)

Nome da entidade	Website próprio	Facebook	Instagram	X
Associação de Jovens Engajamundo	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Alana	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto de Apoio a Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Perifa Sustentável	Não	Sim	Sim	Não
Sistema B Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Purpose Campaigns Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação Mercy for Animals Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação de Apoio à Saúde de Populações Remotas	Não	Não	Não	Não
Instituto Black Jaguar	Sim	Sim	Sim	Sim
Conselho brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil)	Sim	Sim	Sim	Não
Sitawi	Sim	Sim	Sim	Sim
Fundación Solidaridad Latinoamericana	Sim	Sim	Não	Não
WRI Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim
Rede Nacional Pro-Unidades de Conservação (Rede Pró-UC)	Sim	Sim	Sim	Sim
Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN)	Sim	Sim	Sim	Não
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	Sim	Sim	Sim	Sim
Levante Nacional da Juventude	Sim	Sim	Sim	Sim
Coletivos Jovens do Meio Ambiente	Não	Não	Não	Não
Namaloca	Sim	Sim	Sim	Não
Jovens pelo Futuro Xingu	Não	Não	Sim	Não
Núcleo Digital	Sim	Sim	Sim	Sim
Coletivo Miri	Não	Sim	Sim	Não
Diálogo Florestal	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ)	Não	Não	Não	Não
Rede de Apoio a Mulheres Agroflorestoras	Não	Sim	Sim	Não
350.org Brasil	Sim	Sim	Sim	Não
Associação de Afro Envolvimento Casa Preta	Não	Não	Não	Não

Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades (continuação)

Nome da entidade	Website próprio	Facebook	Instagram	X
Instituto Maira	Sim	Sim	Sim	Sim
Coletivo Jovem Tapajônico	Não	Sim	Sim	Não
Articulação Indígena do Povo Galibi Marworno (AIPGM)	Não	Não	Não	Não
Rede de Juventude Indígena	Não	Sim	Sim	Não
Instituto Alceu Karipuna-Akari	Não	Sim	Não	Não
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Nossa Voz	Não	Sim	Sim	Não
Associação Kaapor Ta Hury do Rio Gurupi	Não	Sim	Sim	Não
Associação do Povo Indígena Kali'na e da terra Indígena Galibi	Não	Não	Não	Não
Kamuri - Indigenismo, Ação Ambiental, Cultura e Educação	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto Pato-Mergulhão	Sim	Sim	Sim	Não
Associação Guadalupe Agroflorestal	Sim	Sim	Sim	Não
Laboratório do Observatório do Clima	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Raoni	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação Floresta Protegida	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Aritana	Não	Sim	Não	Não
Agência de Notícias Indígenas (ANIN)	Não	Sim	Sim	Não
Associação Terra Indígena Xingu (ATIX)	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto Juma	Sim	Sim	Sim	Não
Associação Cultural Indígena Kapot-Jarinã	Não	Sim	Sim	Não
Associação Comunitária Indígena Nova Esperança do Povo Kokama da Barreira da Missão de Baixo	Não	Não	Não	Não
Coletivo de Mulheres do Xingu	Não	Não	Não	Não
Fundação Txai	Não	Sim	Sim	Não
Instituição Manejo e Certificação Florest Agric. (Imaflora)	Sim	Sim	Sim	Sim
Amigos da Terra - Amazônia Brasileira	Sim	Sim	Sim	Sim
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades (continuação)

Nome da entidade	Website próprio	Facebook	Instagram	X
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAI-AC)	Não	Sim	Não	Não
Conselho das Aldeias Wajãpi (APINA)	Sim	Sim	Não	Não
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)	Sim	Sim	Sim	Sim
Hutukara Associação Yanomami	Sim	Sim	Sim	Sim
Organização Geral dos Mayuruna (OGM)	Não	Sim	Não	Não
Associação Wyty-Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins	Não	Sim	Não	Não
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	Sim	Sim	Sim	Sim
Federação Indígena do povo Kukama-Kukamiria do Brasil, Peru e Colômbia	Não	Não	Não	Não
IPRI Brasil	Sim	Não	Sim	Não
Instituto Ação Climática	Não	Não	Não	Não
Instituto Clima e Mobilidade (CMOB)	Sim	Não	Sim	Não
Instituto dos Guardiões da Floresta Amazônica (INGUAFA)	Não	Não	Não	Não
Movimento 342 Amazônia	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação do Observatório Socioambiental de Desenvolvimento Humano Sustentável na Amazônia	Não	Não	Não	Não
Instituto de Apoio ao MapBiomias	Sim	Sim	Sim	Sim
Iniciativa Inter-Religiosa pelas Florestas Tropicais do Brasil (IRI-Brasil)	Sim	Sim	Sim	Sim
Projeto Inhu	Não	Não	Sim	Não
Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana	Não	Sim	Sim	Sim
Rede Cerrado	Sim	Sim	Sim	Sim
Casa Ninja Amazônia	Sim	Sim	Sim	Não
Fundo Socioambiental Casa	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Internacional Arayara de Educação e Cultura	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Amazônia Viva	Não	Sim	Não	Não

Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades (continuação)

Nome da entidade	Website próprio	Facebook	Instagram	X
Conselho Indígena de Roraima (CIR)	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação Movimento Ecológico Amigos do Meio Ambiente	Não	Não	Não	Não
Ong Associação Comunitaria De Corpo De Bombeiro Civil Florestal Sem Fronteira	Não	Não	Não	Não
Associação Conserv. Meio Amb. e Prod. Integ. de Alim. da Amazonia (Gaia)	Não	Não	Não	Não
Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Humano da Região Amazônica (IDAHRA)	Sim	Não	Não	Sim
Instituto de Pesquisa Ambiental - Ekos	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto Ecológica	Sim	Sim	Não	Não
Articulacao dos Povos Indigenas de Tocantins (ARPIT)	Não	Não	Sim	Não
Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico	Sim	Sim	Sim	Sim
Equipe de Conservação ao da Amazonia (ECAM)	Sim	Sim	Sim	Sim
Grupo Ambientalista Ypê Amarelo (GAYA)	Não	Não	Não	Não
Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC)	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Internacional de Educacao do Brasil (IEB)	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN)	Sim	Sim	Sim	Sim
Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres	Sim	Sim	Sim	Sim
WWF Brasil (Fundo Mundial Para a Natureza)	Sim	Sim	Sim	Sim
Rede Eclesial Pan- Amazônica (REPAM Brasil)	Sim	Sim	Sim	Sim
Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)	Sim	Sim	Sim	Sim
ONG Mãos que Plantam	Não	Sim	Sim	Sim
Instituto Oca Brasil	Não	Sim	Sim	Não
Instituto Brasil Central (IBRACE)	Não	Sim	Sim	Sim
Instituto Onça-Pintada	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 2 — Mapeamento de presença digital das entidades (conclusão)

Nome da entidade	Website próprio	Facebook	Instagram	X
Banco Florestal	Sim	Não	Não	Não
Organização Não-Governamental Ambientalista Roncador. Araguaia (ONGARA)	Não	Não	Não	Não
Associação dos Parques Ecológicos de Alta Floresta - MT	Não	Não	Não	Não
Sociedade Civil para o Desenvolvimento Sócio-Ambiental e Cultural (SSAC - Sociedade Formigas)	Não	Não	Não	Não
Instituto Ambiental (AMEC)	Não	Não	Não	Não
Instituto Araguaia Verde (IAV)	Não	Não	Não	Não
Grupo Agroflorestal e Proteção Ambiental (GAPA)	Não	Não	Não	Não
Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos (ECOTRÓPICA)	Sim	Sim	Sim	Não
Instituto Centro de Vida (ICV)	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Matogrossense de Direito e Educação Ambiental (IMADEA)	Não	Não	Não	Não
Pantanal do Mimoso Sociedade Ambientalista	Não	Não	Não	Não
Operação Amazônia Nativa (OPAN)	Sim	Sim	Sim	Sim
Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT)	Sim	Sim	Sim	Não
Agencia de Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico de Resíduos Sólidos Córrego Limpo (ADETEC)	Não	Não	Não	Não
Associação Mato-Grossense de Proteção e Recuperação Ambiental (AMPARA)	Não	Não	Não	Não
Universo Verde (UNIVERDE)	Não	Não	Não	Não
Associação Wajapi Terra, Ambiente e Cultura (AWATAC)	Não	Não	Não	Não

Fonte: O autor (2024).